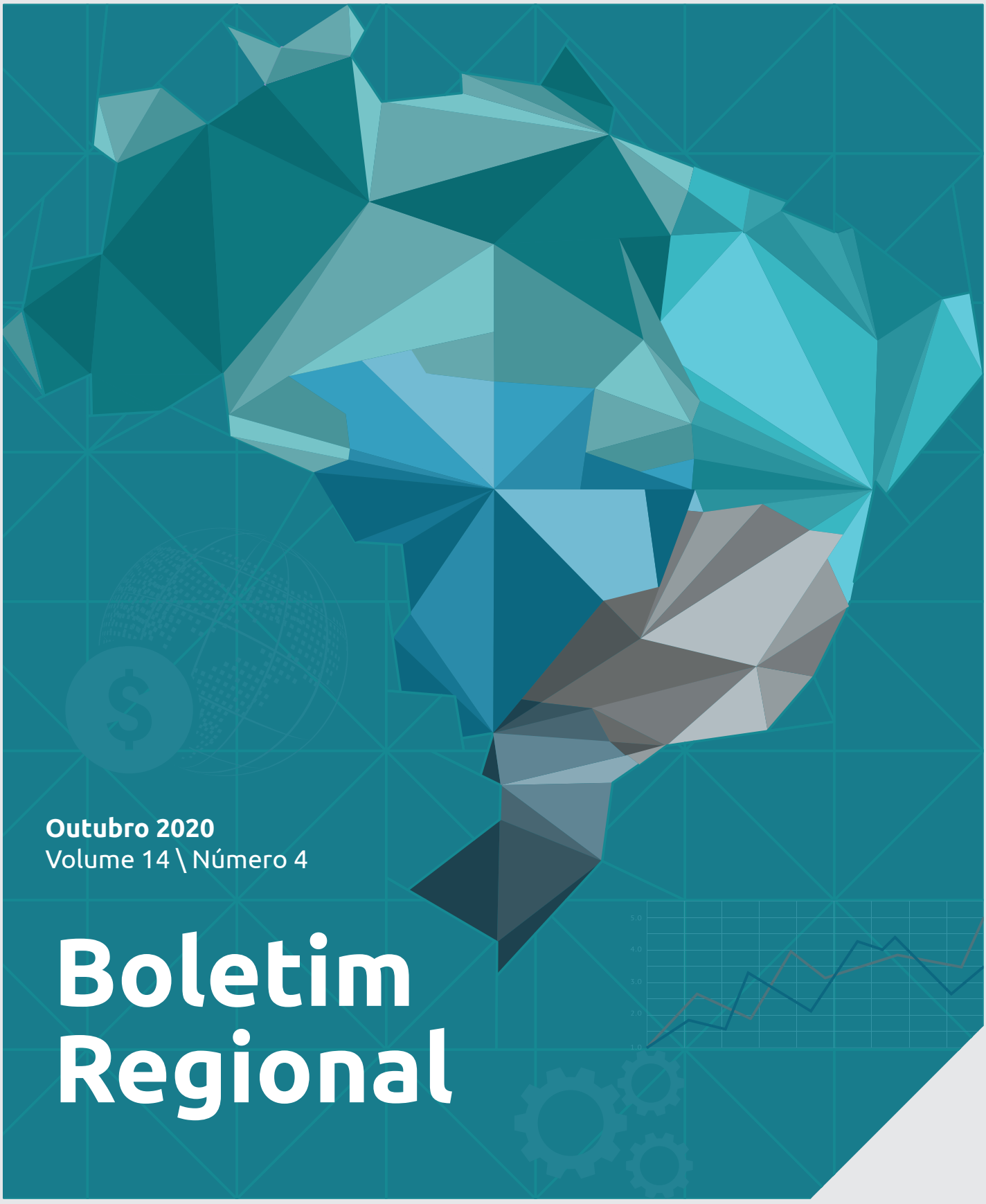


Outubro 2020
Volume 14 \ Número 4

Boletim Regional

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Outubro 2020
Volume 14 \ Número 4

Boletim Regional

ISSN 2175-9278
CNPJ 00.038.166/0001-05

Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico**.**

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: depec@bcb.gov.br):

Região Norte – Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará (*e-mail*: pa.depec@bcb.gov.br);

Região Nordeste – Coordenação Regional do Nordeste (*e-mail*: pe.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia (*e-mail*: ba.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará (*e-mail*: ce.depec@bcb.gov.br),

Região Centro-Oeste – Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),

Região Sudeste – Coordenação Regional do Sudeste (*e-mail*: sp.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais (*e-mail*: mg.depec@bcb.gov.br),
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro (*e-mail*: rj.depec@bcb.gov.br);

Região Sul – Coordenação Regional do Norte e Sul (*e-mail*: rs.depec@bcb.gov.br);
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná (*e-mail*: pr.depec@bcb.gov.br).

Informações sobre o Boletim
Telefone: (61) 3414-1061
Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 14, n. 4.

Convenções estatísticas

...	dados desconhecidos.
-	dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
0 ou **0,0**	menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
*****	dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.
A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo
70074-900 Brasília – DF
Telefone: 145 (custo de ligação local)
Internet: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/faleconosco>

Sumário

Apresentação 5

Sumário executivo 7

Região Norte 9

Região Nordeste 13
- Bahia 18
- Ceará 21
- Pernambuco 24

Região Centro-Oeste 27

Região Sudeste 31
- Minas Gerais 35
- Rio de Janeiro 38
- São Paulo 41

Região Sul 45
- Paraná 50
- Rio Grande do Sul 54

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais 59

Boxes
- Heterogeneidade da recuperação dos serviços 65
- Estimativa mensal do total de horas trabalhadas por região 68
- Inflação por faixa de renda familiar em 2020 70

Apêndice 73

Apresentação

O "Boletim Regional do Banco Central do Brasil" é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do "Boletim Regional" buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O "Boletim Regional" analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos

de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

Sumário executivo

Indicadores recentes da atividade sugerem recuperação desigual entre setores na economia brasileira. Os programas governamentais de recomposição de renda favoreceram retomada relativamente forte do consumo de bens. Contudo, várias atividades do setor de serviços, sobretudo aquelas mais diretamente afetadas pelo distanciamento social, permanecem bastante deprimidas. Em termos regionais, os movimentos das economias também foram desiguais, refletindo, em alguns casos, a estrutura produtiva distinta, e, em outros, as diferenças do aumento da mobilidade e dos impulsos dos programas emergenciais. Prospectivamente, apesar de melhor dimensionamento dos impactos iniciais da pandemia, a pouca previsibilidade associada à sua evolução e ao necessário ajuste dos gastos públicos a partir de 2021 aumenta a incerteza sobre a velocidade da retomada da atividade econômica.

A atividade econômica do Norte apresentou o maior ritmo de recuperação após o impacto da pandemia. Contribuíram para esse movimento o aumento da mobilidade ainda em maio, a estrutura industrial voltada para bens duráveis destinados ao mercado doméstico e para as exportações de *commodities* e a maior importância relativa dos benefícios sociais. Nesse cenário, o Índice de Atividade Econômica Regional da Região Norte (IBCR-N) cresceu 6,7% no trimestre até agosto, em relação ao encerrado em maio (-6%), de acordo com dados dessazonalizados, sendo a única região a superar o nível do primeiro bimestre (período pré-pandemia). Os crescimentos do comércio, da prestação de serviços e da produção industrial foram superiores aos das demais regiões, e refletiram também em indicadores relativamente melhores no mercado de trabalho.

No Nordeste, a atividade econômica, no trimestre encerrado em agosto, recuperou parcialmente a retração ocorrida no trimestre anterior, favorecida pelo aumento de mobilidade e reabertura de atividades econômicas, pela recomposição da renda decorrente do auxílio emergencial (AE) e pela expansão do crédito. Apesar do crescimento no trimestre, a economia da

região apresenta a maior retração comparativamente ao período pré-pandemia. Esse resultado repercute os desempenhos regionais mais fracos nos serviços e na indústria, além de piores indicadores no mercado de trabalho. O comércio ampliado, favorecido pelo auxílio emergencial, registra crescimento acima da média nacional.

As especificidades da economia do Centro-Oeste contribuíram para arrefecer os impactos da pandemia no nível de atividade da região. A vocação agrícola e a produção recorde de grãos impulsionaram as indústrias de processamento de alimentos e os serviços de logística, mitigando os efeitos adversos durante o período mais crítico de restrição de circulação e funcionamento das empresas. Nesse contexto, refletindo esses aspectos, o IBCR-CO cresceu 0,5% frente ao trimestre anterior (quando a retração não tinha sido tão severa quanto no restante do país), na série com ajuste sazonal. Ressalta-se que o setor industrial da região é o único a recuperar o nível do primeiro bimestre do ano.

Os principais indicadores de atividade do Sudeste sinalizaram recuperação da economia no trimestre encerrado em agosto, após queda acentuada no trimestre anterior. O aumento gradual da mobilidade social permitiu retomada da indústria e do comércio e, em menor medida, do setor de serviços, com reflexos positivos sobre o mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-SE avançou 4,3% no período, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando decrescera 6,8%, no mesmo tipo de comparação. Adicionalmente, a trajetória de dados mais tempestivos – como os de consumo de energia elétrica e vendas com cartão de débito – sugere que a economia continuou o processo de recuperação em setembro e outubro, embora com alguma acomodação na margem.

Na região Sul, os principais indicadores corroboram recuperação gradual da economia, em linha com a evolução relativamente mais positiva da crise sanitária. Os processos de retomada, estimulados por medidas fiscais e creditícias, mostram-se distintos entre os setores e com baixa intensidade no mercado de trabalho. O nível de atividade no Sul – medido pelo IBCR-S – avançou 5,1% no trimestre encerrado em agosto, na comparação com o finalizado em maio, quando a queda de 7,1% repercutira os efeitos severos da pandemia sobre a região. A despeito da evolução na margem, a atividade permanece em patamar deprimido – o IBCR-S contraiu 2,5% em relação ao intervalo pré-crise.

Região Norte

Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Norte
Dados dessazonalizados
2019 = 100

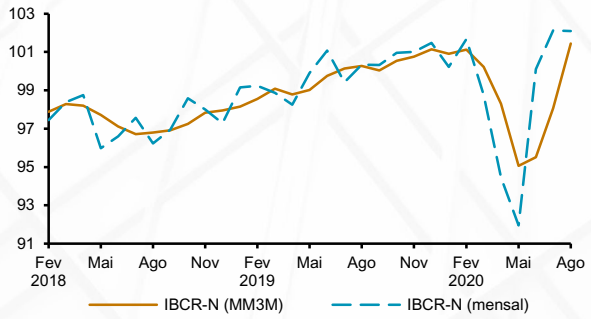
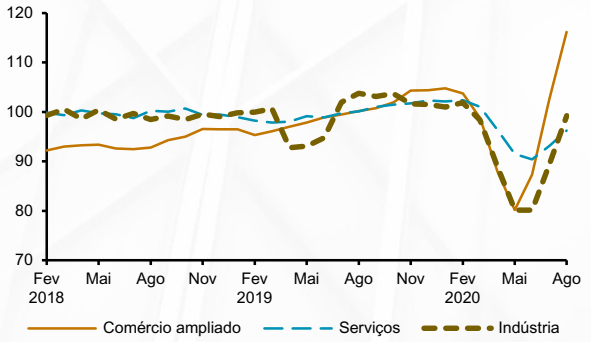
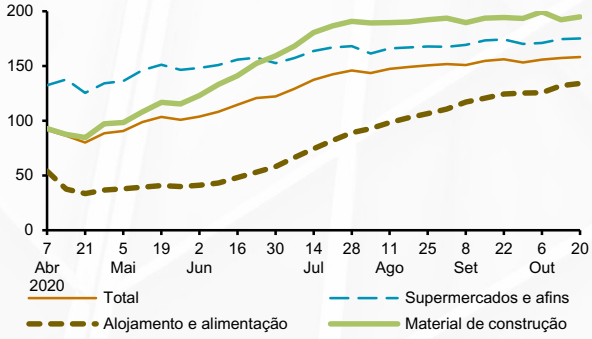


Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Vendas com cartão de débito – Norte[1/]
Média das semanas de 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB
1/ Média móvel de quatro semanas.

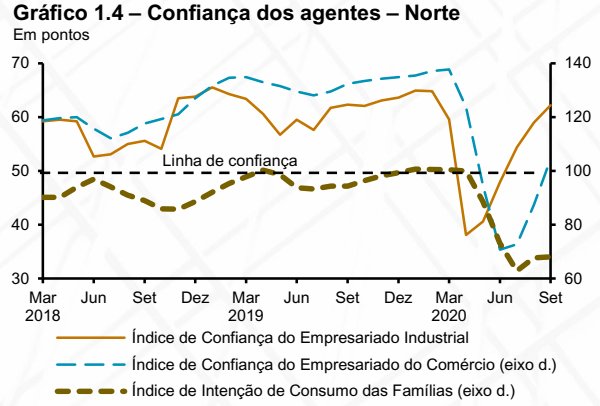
Os principais indicadores econômicos evidenciam expressiva recuperação na atividade econômica da região Norte no trimestre encerrado em agosto, após os impactos provocados pela pandemia da Covid-19. A recuperação na região ocorre de forma mais intensa do que nas demais, com destaque para os indicadores na indústria, comércio, serviços e, também, no mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-N expandiu 6,7% no trimestre até agosto, retornando ao patamar observado no período pré-crise, de acordo com dados dessazonalizados, com crescimentos de 4,9% no Pará e de 16,8% no Amazonas (estado com forte contração no trimestre anterior, -16,1%). No mês, o IBCR-N registrou estabilidade, sinalizando alguma acomodação da atividade.

Em relação aos indicadores de demanda, o volume de vendas do comércio ampliado cresceu 44,9% no trimestre finalizado em agosto, ante o encerrado em maio (-22,7%), de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Na comparação com o primeiro bimestre, período anterior aos impactos da pandemia, as vendas aumentaram 11,4% (-2,4% no país). O maior ritmo de recuperação refletiu a flexibilização do isolamento social a partir do final de maio, associado ao maior impacto das medidas do governo destinadas à recomposição da renda[1].

Informações mais tempestivas sinalizam estabilidade do comércio varejista e relativa melhora nos serviços em setembro e outubro (até dia 20). As transações de bens e serviços efetuadas com cartão de débito registraram expansão nominal de 2,8% na média móvel de quatro semanas até vinte de outubro, em relação às quatro semanas até 25 de agosto, segundo dados da Câmara Interbancária de Pagamentos – Sistema de Liquidação de Cartões (CIP/SLC). O Norte foi a primeira região a apresentar o volume de vendas superior ao período pré-pandemia em todos os setores acompanhados, destacando-se o crescimento das vendas de material de construção.

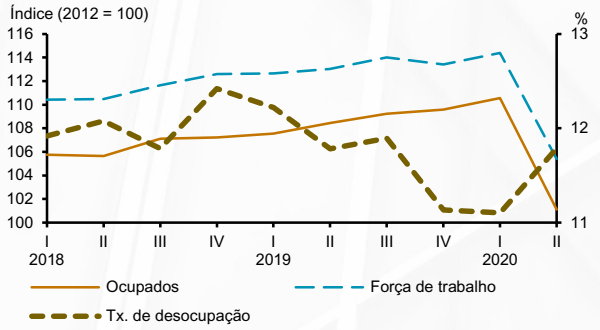
1/ Ver boxe "Consumo por faixa de renda municipal" no Boletim Regional de julho, que destacava o desempenho das vendas no Norte a partir de junho.

Gráfico 1.4 – Confiança dos agentes – Norte



Fontes: CNI e CNC

Gráfico 1.5 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Norte[1/]



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Sondagens relacionadas à confiança de consumidores e empresários refletiram as expectativas positivas dos agentes à medida que o nível de atividade econômica na região vem se recuperando, porém com dinâmicas distintas. Enquanto o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), já superaram a linha da neutralidade, a evolução do índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF) ainda vem se mostrando mais tênue, refletindo, possivelmente, incertezas quanto a evolução da renda pessoal nos próximos meses.

O setor de serviços, após atingir o pior nível no mês de maio, vem anotando expansão pelo terceiro mês consecutivo, embora em ritmo mais moderado que os outros setores da economia. O indicador agregado da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, cresceu 5,1% no trimestre finalizado em agosto comparativamente ao trimestre terminao em maio, com alta em cinco estados da região. Considerada a evolução da média móvel semanal das vendas com cartão de débito (CIP/SLC) relativas ao segmento de alojamento e alimentação observou-se crescimento de 34% em relação ao período pré-pandemia, em sintonia com a tendência de maior circulação de pessoas em estabelecimentos de lazer e varejo não essencial, como é possível observar nos dados de Mobilidade do Google[2].

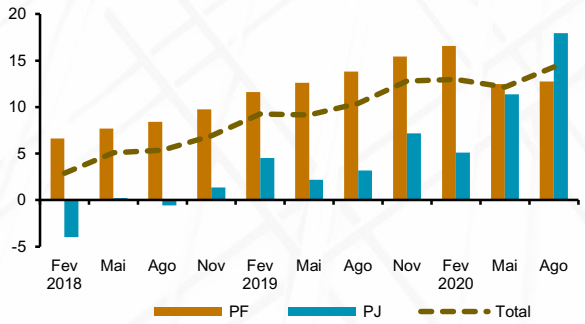
O mercado de trabalho regional também sofreu com o impacto da crise, mas em menor magnitude comparativamente às demais regiões. Dados dessazonalizados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) do IBGE apontam que no segundo trimestre a taxa de desocupação no Norte (11,8%) avançou 0,7 p.p. em relação ao trimestre anterior (1,5 p.p. no país), dados dessazonalizados, tendo a população ocupada recuado 8,6% (-10,4% no país). As informações da PNAD COVID19, pesquisa experimental do IBGE que permite o acompanhamento mais tempestivo, evidenciaram crescimento da taxa de desocupação ao longo do segundo trimestre, com estabilidade da população ocupada.

No mercado formal, a economia do Norte gerou 42,1 mil postos no trimestre encerrado em agosto (21,7 mil em igual período de 2019), destacando-

2/ https://www.google.com/covid19/mobility/

Gráfico 1.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Tabela 1.1 – Produção industrial – Norte

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2020		
		Mai[2/]	Ago[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-21,4	23,8	-3,2
Indústrias extrativas	38,3	-11,1	13,8	-2,5
Indústrias de transformação	61,7	-34,1	42,8	-4,6
Informát., eletrôn. e ópticos	12,9	-28,3	51,5	-0,5
Bebidas	10,4	-45,2	48,4	-4,1
Outros equip. transporte	8,4	-65,0	158,4	-12,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Tabela 1.2 – Comércio exterior – Norte

Janeiro-setembro

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	16 103	17 437	8,3
Básicos	13 559	14 501	6,9
Industrializados[1/]	2 544	2 936	15,4
Importações	9 681	8 684	-10,3
Bens de capital	698	707	1,3
Bens intermediários	8 024	7 130	-11,1
Bens de consumo	388	258	-33,6
Combustíveis e lubrificantes	571	589	3,1
Saldo comercial	6 422	8 753	36,3

Fonte: Ministério da Economia

1/ Inclui operações especiais.

se os setores da construção civil, indústria de transformação e comércio. Por outro lado, educação e alojamento e alimentação registraram demissões líquidas no período.

O volume de crédito cresceu 4,5% no Norte no trimestre encerrado em agosto. O crédito destinado às pessoas jurídicas (PJ) variou 5,5% e aquele destinado às pessoas físicas (PF), 4,1%. Dentre as operações destinadas às PJ destacaram-se as de capital de giro (12,3%) e de financiamento de veículos (9,7%). Para PF, destacou-se a modalidade cartão de crédito, com crescimento de 27,0% no período.

Quanto ao setor primário, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro, do IBGE, para a colheita de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2020 projeta crescimento de 9,6% na produção em relação a 2019, com alta de 12,0% para a soja e de 8,5% para o milho. Em relação às demais culturas, destaca-se a estimativa de queda de 8,0% na produção de mandioca.

A produção industrial da região apresentou forte expansão no trimestre encerrado em agosto, de acordo com os dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, com destaque para a recuperação do segmento de outros equipamentos de transportes. Apesar desse crescimento, o Nível de utilização da capacidade instalada (Nuci), segundo a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), recuou 2,7 p.p. em relação ao observado em maio, impactado principalmente pela ociosidade no setor de máquinas equipamentos.

O comércio externo da região segue com desempenho positivo no terceiro trimestre do ano, com *superavit* de US$3,9 bilhões. As exportações totalizaram US$6,9 bilhões, com variações trimestrais de 0,3% no *quantum* e de -0,2% nos preços. As importações atingiram US$3 bilhões no período, com variações positivas nos preços (2,4%) que compensaram, em parte, a diminuição no volume transacionado (11,2%).

A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na região cresceu 13,3% no trimestre encerrado em setembro em relação ao mesmo período de 2019, influenciada, sobretudo, pelo desempenho do Pará, onde atingiu o maior valor da série histórica, segundo dados da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) e do Boletim Mensal de Arrecadação de setembro

Tabela 1.3 – IPCA – Norte[1/]

Var. %

Discriminação	Pesos[2/]	2019	2020		
		Ano	II Tri	III Tri	12 m
IPCA	100,0	5,35	-0,69	1,73	4,29
Livres	73,8	5,05	0,25	1,29	5,67
Alimentação no domicílio	17,2	8,92	2,88	4,33	18,05
Bens industrializados	24,6	2,20	-0,56	0,88	1,39
Serviços	32,0	4,07	-0,81	-0,54	0,46
Monitorados	26,2	6,35	-3,27	3,00	0,46
Principais itens					
Alimentação	23,1	7,65	2,28	3,36	14,28
Habitação	16,7	4,39	-1,42	2,46	-0,32
Artigos de residência	4,1	0,60	-2,42	1,53	-0,62
Vestuário	4,4	1,61	0,02	-1,43	-0,30
Transportes	18,4	4,57	-4,43	3,10	-0,21
Saúde	13,8	6,23	-1,27	1,17	1,34
Despesas pessoais	8,4	6,01	0,24	-0,01	4,28
Educação	6,3	5,46	-0,17	-6,62	-1,00
Comunicação	4,8	0,81	0,80	1,24	2,09

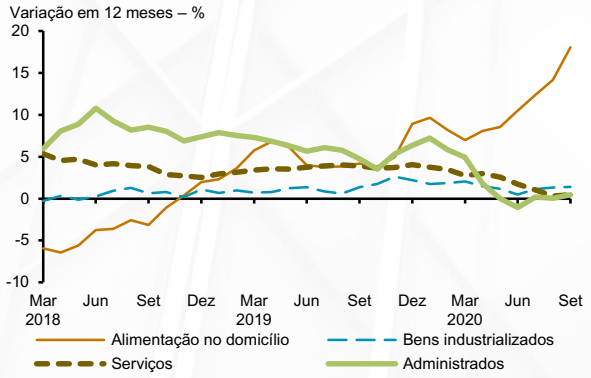
Fonte: IBGE

1/ Dados referentes à Região Metropolitana de Belém e o município de Rio Branco.

2/ Referentes a setembro de 2020.

Gráfico 1.7 – IPCA – Norte

Variação em 12 meses – %



Fontes: IBGE e BCB

da Secretaria da Fazenda. As transferências da União, excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), no trimestre encerrado em setembro, totalizaram R$5,5 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registrando variação nominal de -12,1%, na comparação com igual período do ano anterior.

A evolução dos preços na região, considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou elevação no trimestre encerrado em setembro. No período, os preços variaram 1,73%, ante -0,69% do trimestre anterior, impulsionados principalmente pelos preços da alimentação no domicílio. Em doze meses, os preços subiram 4,29%, ante 3,14% no país.

Em síntese, após a atividade econômica no Norte ter sido expressivamente impactada pelos efeitos da pandemia, a região apresentou recuperação em ritmo maior que o observado nas demais regiões. O melhor desempenho foi registrado praticamente em todos os segmentos, e, em especial, no comércio – beneficiado diretamente pelo aumento da renda da população fomentado pela maior representatividade do auxílio emergencial na região. Prospectivamente, o ritmo e a sustentabilidade do processo de retomada da economia local dependerão em grande parte da evolução do mercado de trabalho, em ambiente de interrupção das medidas emergenciais de recomposição de renda.

Região Nordeste

2

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Nordeste
Dados dessazonalizados
2019 = 100

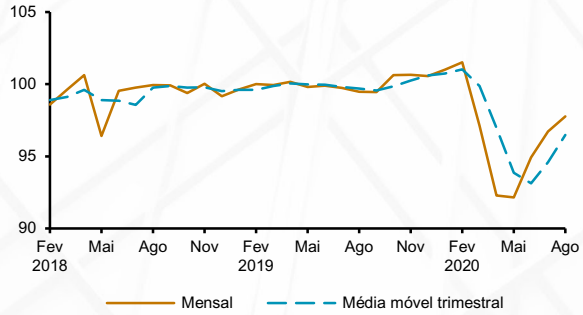
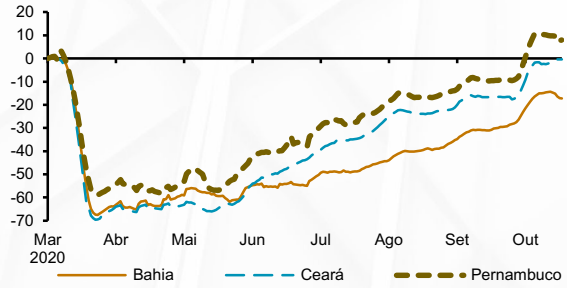
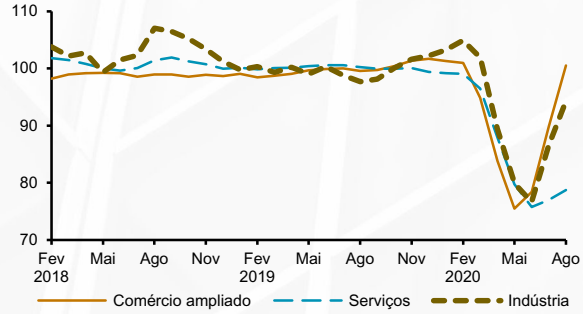


Gráfico 2.2 – Indicador de mobilidade – Transporte[1/]
Média móvel de sete dias
Referência da semana encerrada em 8.3.2020



Fonte: *Google Mobilty Report* – dados até 20.10.2020
1/ Tendência de mobilidade de lugares como terminais de transporte público – estações de metrô, ônibus e trem.

Gráfico 2.3 – Comércio, serviços e indústria
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

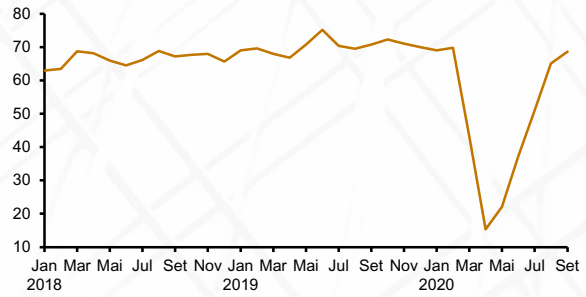
A atividade econômica nordestina recuperou, no trimestre encerrado em agosto, parte da queda verificada no trimestre anterior, em decorrência da pandemia da Covid-19, embora o ritmo esteja aquém do assinalado nas demais regiões. Em contexto de aumento de mobilidade e reabertura de atividades econômicas, a recomposição da renda decorrente do auxílio emergencial e a expansão do crédito contribuíram para a retomada do comércio, indústria e, em menor escala, dos serviços. Há sinais de melhora no mercado de trabalho, especialmente nos segmentos mais afetados pelo distanciamento social.

O IBCR-NE avançou 2,8% no período, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando decrescera 7,1%, no mesmo tipo de comparação. Observa-se heterogeneidade dos estados da região para os quais se calcula o IBCR, com crescimentos de 8,3% no Ceará e de 6,3% em Pernambuco, e retração de 1,1% da Bahia. É possível que diferentes estágios da pandemia – os primeiros foram atingidos mais cedo e estariam em estágio mais avançado de normalização gradual do funcionamento das atividades – influenciem os resultados. Na margem, com dados dessazonalizados, o indicador regional cresceu 1,1% em agosto comparativamente ao mês anterior, situando-se 3,4% abaixo do nível pré-pandemia (média de janeiro a fevereiro). Indicadores mais tempestivos como os de licenciamento de veículos, expectativas, vendas com cartão de débito e consumo de energia sugerem continuidade do crescimento.

Indicadores de demanda mostraram recuperação refletindo reaberturas de atividades comerciais e maior disponibilidade de serviços somado aos repasses do auxílio emergencial, cuja cobertura passou de 54,8% do total de domicílios da região em maio para 58,8% em setembro (PNAD COVID19), impulsionando a compra, principalmente de bens.

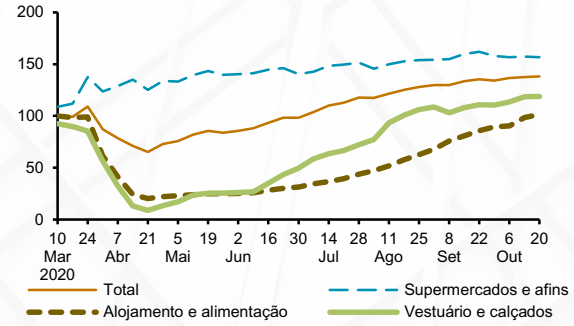
As vendas do comércio ampliado cresceram 33,2% no trimestre encerrado em agosto em relação ao terminado em maio com dados dessazonalizados da PMC divulgada pelo IBGE, após retração de

Gráfico 2.4 – Emplacamentos de automóveis e comerciais leves – Nordeste
Dados dessazonalizados
2014 = 100



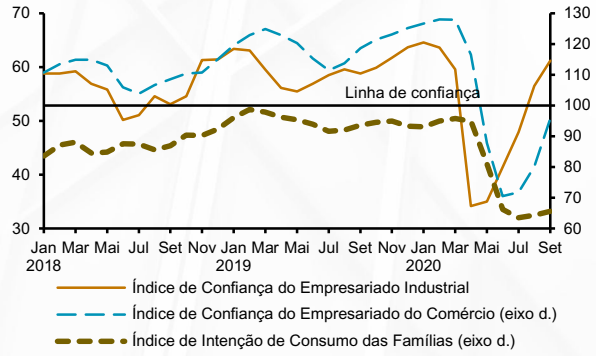
Fonte: Fenabrave

Gráfico 2.5 – Vendas com cartão de débito – Nordeste[1/]
Média das semanas de 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100



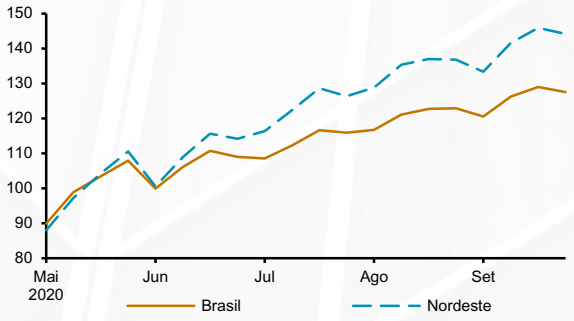
Fonte: CIP/SLC
1/ Média móvel de quatro semanas.

Gráfico 2.6 – Confiança dos agentes – Nordeste
Em pontos



Fontes: CNI e CNC

Gráfico 2.7 – Horas efetivamente trabalhadas – Nordeste
Média de maio de 2020 = 100



Fonte: IBGE (PNAD COVID19)

25,2%. Houve retomada das vendas de automóveis e comerciais leves, de acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), dessazonalizados pelo Banco Central. Em agosto o comércio ampliado se encontrava 7,3% acima do patamar do primeiro bimestre (10,7% no conceito restrito).

Diferente do verificado no setor de bens, a reação nos serviços foi modesta e mais tardia. Na PMS do IBGE, com dados dessazonalizados, houve alta de 3,2% em agosto ante julho, com crescimento em todos os estados à exceção de Alagoas e Sergipe.

Avaliações qualitativas, divulgadas pela CNC, de sentimento dos agentes mostram que a confiança dos empresários do comércio cresceu mais do que a dos consumidores, que se mostram preocupados com a evolução do mercado de trabalho. O Icec atingiu em setembro patamar de 95,7 pontos ante 70,5 pontos em junho. O ICF alcançou 65,6 pontos, com pequena recuperação nas expectativas de renda e emprego.

Dados mais contemporâneos mostram evolução favorável da demanda. As vendas com cartão de débito no comércio e serviços elevaram 2,0%, na comparação da média de quatro semanas até 20 de outubro com a das quatro semanas imediatamente anteriores. Destacaram-se alojamento e alimentação (18,6%) – marcando também o retorno gradual do turismo na região – vestuário e calçados (7,3%), cabeleireiros e outros serviços pessoais (6,3%) e postos de combustível (2,6%).

Os reflexos da pandemia no mercado de trabalho foram mais acentuados na região do que na média do país, em parte pela maior participação de trabalhadores informais[3] (53,8% e 41,1% de acordo com a média de 2019 da PNAD Contínua). Da redução de 3,1 milhões do número de ocupados no trimestre encerrado em junho em relação ao mesmo período do ano anterior, 2,7 milhões corresponderam a informais, com ênfase no comércio, serviços às famílias e construção civil.

Com dados isentos de influência sazonal, a taxa de desocupação da região avançou a seu maior nível histórico da PNAD Contínua, iniciada em 2012, alcançando 15,8% no segundo trimestre (0,9 p.p. acima do primeiro trimestre). Ocorreram retrações

3/ Os informais correspondem ao empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, conta própria e empregador sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada e trabalhador familiar auxiliar.

de 12,5% na força de trabalho e 13,4% na população ocupada. A queda de 8,0% da massa salarial ante idêntico trimestre de 2019 foi compensada pelo auxílio emergencial.

Mais recentemente, contudo, observa-se retorno gradual ao trabalho, com crescimento das horas efetivamente trabalhadas[4] em todos os meses, de acordo com dados da PNAD COVID19 (maio a setembro). Em média, o crescimento mensal do indicador na região foi 9,0% ante 5,9% da média nacional, mas ocorre sobre uma base deprimida; diversas atividades encontram-se abaixo das horas habitualmente trabalhadas. A expectativa é que a ociosidade do mercado de trabalho permaneça alta. Em contexto de restrições de diversas atividades ainda em curso, o aumento da busca por emprego – pelo retorno das pessoas que suspenderam a procura por conta da pandemia – deve continuar a pressionar a taxa de desocupação.

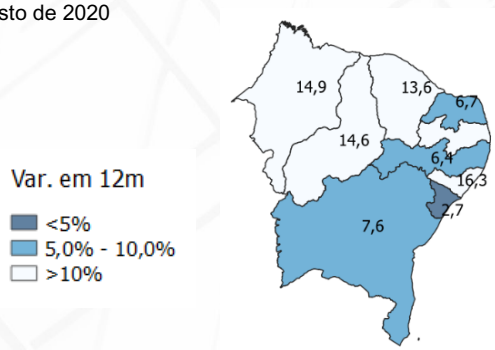
No mercado formal, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, houve contratações líquidas de 83,4 mil postos no trimestre encerrado em agosto (42,4 mil no mesmo período de 2019). Com dados dessazonalizados, o índice de emprego formal retraiu 1,0% no trimestre encerrado em agosto ante o anterior.

A expansão do crédito tem contribuído para sustentar a demanda. No trimestre encerrado em agosto, o saldo de crédito foi impulsionado pela recuperação no segmento livre a pessoas físicas e direcionado a pessoas jurídicas. No segmento de pessoas jurídicas houve crescimento total de 4,6% no período (ante 3,7% em maio), refletindo as necessidades de capital de giro – a demanda das micro, pequenas e médias empresas foi em parte atendida pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC). Para pessoas físicas, houve expansão de 3,3% (retração de 1,4% no trimestre anterior), destacando-se cartão de crédito à vista, crédito consignado e financiamento imobiliário.

A produção do setor agrícola não foi afetada pela pandemia e beneficiou-se de regime de chuvas dentro da média histórica. Em 2020 a produção de grãos no Nordeste deverá atingir 22,3 milhões de

Figura 2.1 – Crédito a pessoas jurídicas – Nordeste[1/]

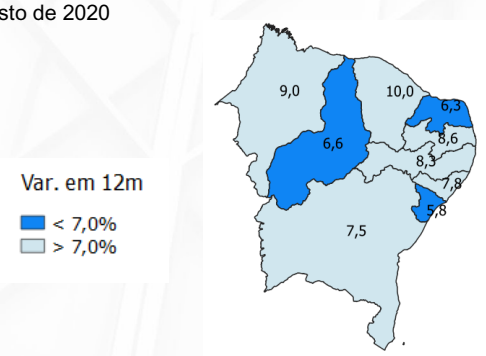
Agosto de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

Figura 2.2 – Crédito a pessoas físicas – Nordeste[1/]

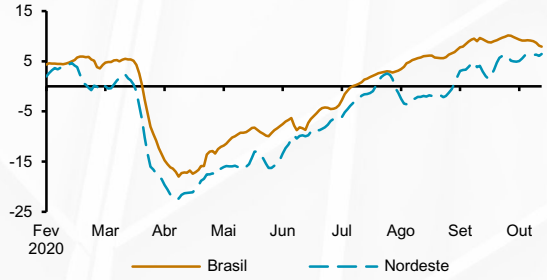
Agosto de 2020



1/ Variação % dos saldos das operações com valor superior a R$1 mil.

Gráfico 2.8 – Consumo de energia – Indústria de transformação[1/]

Variação % ante janeiro de 2020
Média móvel de 5 dias úteis



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
1/ Para outubro, dados disponíveis até dia 16.

4/ Comparativo regional desse indicador encontra-se no boxe "Estimativa mensal do total de horas trabalhadas por região" desta edição do Boletim Regional do Banco Central.

Tabela 2.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Agosto de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
AL	7 005	-766	-293	7 197	-829	-472
BA	22 546	624	1 353	25 736	-1 011	- 263
CE	9 479	-409	164	14 119	-24	562
MA	5 432	-366	-71	1 435	-2 931	-2 715
PB	2 731	-446	-346	940	-1 943	-1 860
PE	12 322	-904	-209	15 095	- 235	272
PI	4 307	-439	-202	3 507	399	547
RN	3 717	-59	23	2 666	-35	66
SE	3 482	-144	37	5 354	509	651
Total (A)	**71 020**	**-2 909**	**457**	**76 050**	**-6 100**	**-3 212**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**947 423**	**-25 729**	**16 046**
(A/B) (%)	**7,8**	**17,6**	**1,4**	**8,0**	**23,7**	**-20,0**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.
4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.2 – Comércio exterior – Nordeste
Janeiro-Setembro

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	12 472	11 438	-8,3
Básicos	3 626	3 908	7,8
Industrializados	8 846	7 530	-14,9
Semimanufaturados	3 692	3 137	-15,0
Manufaturados	5 154	4 393	-14,8
Importações	15 160	10 421	-31,3
Bens de capital	1 278	1 112	-13,0
Bens intermediários	8 098	6 232	-23,0
Bens de consumo	923	786	-14,9
Combustíveis	4 859	2 286	-53,0
Saldo comercial	-2 687	1 017	137,8

Fonte: Ministério da Economia/Secex

toneladas, de acordo com informações do LSPA do IBGE de setembro, alta de 16,4% em relação ao colhido em 2019.

A indústria cresceu de forma disseminada entre os segmentos. Dados da PIM-PF do IBGE mostram que a atividade industrial nordestina, cresceu 17,9% no trimestre encerrado em agosto ante o finalizado em maio, segundo dados dessazonalizados (expandiram doze dos quatorze ramos pesquisados). Em setembro e início de outubro, dados setoriais de consumo de energia elétrica da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) sugerem continuidade da retomada da produção industrial nordestina, com destaque para os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Maranhão.

A confiança dos empresários nordestinos registrou melhora na percepção da atividade. O Icei, divulgado pela CNI, avançou 27,0 pontos em setembro, para 61,2 pontos, ante 34,2 pontos em abril, recuperando, em setembro, patamar do início do ano.

O saldo da balança comercial do Nordeste, apresentou *superavit*, US$1,0 bilhão, nos nove primeiros meses do ano. O resultado reflete efeitos econômicos causados pela pandemia da Covid-19, sobretudo, na redução das importações, 31,3%, no período (-15,3% nos preços e -18,9% no *quantum*). A retração nas compras foi registrada em todas as categorias, com maior ênfase em combustíveis. As exportações retraíram 8,3% no período (-16,6% nos preços e 10,0% no *quantum*). Produtos básicos foi a única categoria a apresentar expansão (soja em grãos e demais produtos básicos).

No âmbito fiscal, os governos estaduais, capitais e demais municípios da região Nordeste apresentaram *superavit* primário de R$6,1 bilhões nos doze meses encerrados em agosto de 2020. Quando apropriados juros por competência, o resultado nominal dos governos regionais do Nordeste alcançou *superavit* de R$3,2 bilhões até agosto. A dívida pública totalizou R$76,1 bilhões em agosto de 2020, apresentando alta de 7,1% frente ao registrado em dezembro de 2019.

A arrecadação do ICMS atingiu, nos três primeiros trimestres de 2020, R$62,1 bilhões, representando queda nominal de 2,2% ante igual período de 2019, segundo a Cotepe. As transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundeb, decresceram 8,2% para R$49,4 bilhões, de acordo

Tabela 2.3 – IPCA – Nordeste

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2020			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	0,90	-0,13	1,35	3,63
Livres	74,1	1,22	0,48	1,02	4,38
Alimentação no domicílio	16,5	3,44	3,83	3,49	16,30
Bens industrializados	24,4	0,15	-0,79	1,11	0,53
Serviços	33,2	0,97	-0,19	-0,28	1,33
Monitorados	25,9	0,01	-1,87	2,33	1,50
Principais itens					
Alimentação e bebidas	22,4	2,83	3,27	2,93	13,23
Habitação	14,7	0,74	-0,17	2,59	2,61
Artigos de residência	4,1	-0,99	-0,50	2,77	0,38
Vestuário	5,2	-0,52	-2,74	-1,48	-4,58
Transportes	18,0	-0,81	-3,72	2,01	-1,49
Saúde	14,9	0,32	0,06	0,45	1,90
Despesas pessoais	9,6	0,67	-0,21	0,06	3,14
Educação	6,2	4,81	0,02	-4,00	0,83
Comunicação	5,0	-0,06	0,89	2,19	3,43

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2020.

com a STN, em função da retração da atividade econômica pelos impactos da Covid-19.

Os preços ao consumidor na região[5], medidos pelo IPCA, registraram variação de 1,35% no terceiro trimestre (-0,13% no segundo trimestre). A reversão do comportamento refletiu aumento nos dos preços livres, 1,02% ante 0,48%, e nos preços monitorados, 2,33% ante -1,87%, repercutindo reajustes nos preços de óleo diesel, gasolina, energia elétrica residencial e gás de botijão. A variação do IPCA acumulada em doze meses atingiu 3,63% em setembro de 2020.

Em síntese, ainda que com diferenças entre os estados analisados, observa-se reação da atividade econômica no Nordeste após os efeitos mais agudos da pandemia. Em geral, dados econômicos mais tempestivos sugerem continuidade da retomada, acompanhando a reabertura gradual das atividades e o retorno ao trabalho. A perspectiva para o mercado de trabalho contudo, é desafiadora, com o encerramento de medidas de apoio à renda e emprego e do fim do auxílio emergencial.

5/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador. A partir de maio de 2018 foram incluídas as variações dos municípios de Aracaju e São Luís.

2.1 Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) estadual recuou 8,9% no segundo trimestre de 2020 em comparação ao primeiro trimestre na série com ajuste sazonal, de acordo com os dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Apenas a agricultura apresentou resultado positivo. Dados mais recentes mostram, na margem, retração menos intensa da atividade. O IBCR-BA apresentou variação negativa de 1,1% no trimestre encerrado em agosto, ante variação de -4,7% no trimestre anterior. Em agosto, o nível de atividade se encontrava 5% abaixo da média dos dois primeiros meses do ano.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), que considera todos os grandes setores de atividade, calculado pela SEI, apresentou, em setembro, melhoria da confiança dos empresários comparativamente ao observado no mês anterior. Trata-se do quarto avanço após quatro recuos mensais consecutivos. O ponto mais baixo da série histórica foi alcançado em maio. Nos dois primeiros meses do ano apresentou média de 62 pontos, zona considerada de otimismo moderado; em setembro havia recuado para -220 pontos, zona qualificada de pessimismo moderado.

O comércio varejista se beneficiou do crescente retorno das atividades com crescimento de 25,1% no trimestre ante variação de -27,1% no trimestre passado, na série com ajuste sazonal. Os segmentos que mais contribuíram para o resultado foram móveis e eletrodomésticos e veículos, motocicletas, partes e peças.

O setor de serviços apresentou queda de 5,1% no trimestre ante variação de -19,1% no trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. As atividades turísticas e os serviços prestados às famílias continuam sendo os setores mais afetados pela crise. No entanto, esses setores apresentaram crescimento no mês de agosto, em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal.

Dados mais recentes das vendas efetuadas com cartão de débito mostram crescimento em setores varejistas e de prestação de serviços. O faturamento do setor de alojamento e alimentação com esse tipo de pagamento cresceu 26% nas quatro semanas entre 23 de setembro e 20 de outubro, em relação

Gráfico 2.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Bahia
Dados dessazonalizados
2019 = 100

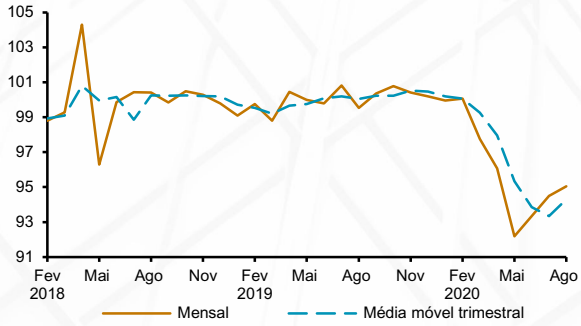
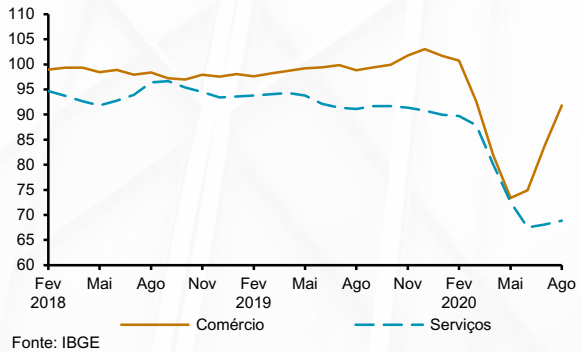
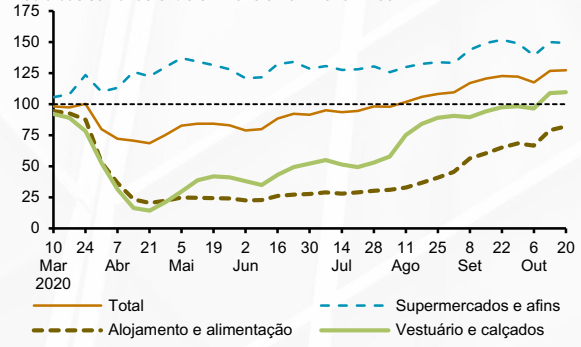


Gráfico 2.1.2 – Comércio varejista e serviços – Bahia
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.1.3 – Vendas com cartão de débito – Bahia
Média móvel de 4 semanas
Média das semanas entre 8.1.2020 e 25.2.2020 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB

Tabela 2.1.1 – Evolução do emprego formal – Bahia

Novos postos de trabalho

Dado mensal (em mil)

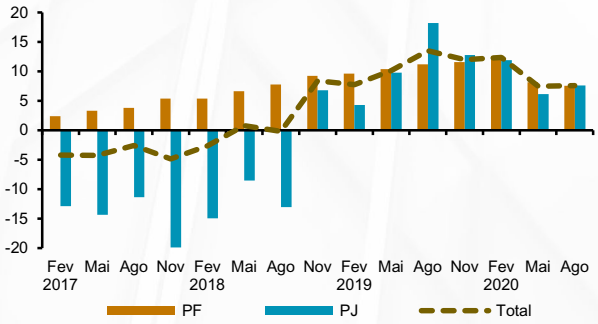
Discriminação	2020				
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Total	-32,5	-17,0	-2,5	3,2	9,4
Indústria de transformação	-2,9	-4,4	-0,4	1,3	2,8
Comércio	-9,6	-4,2	-1,1	-0,2	1,2
Serviços	-14,0	-6,1	-1,1	-0,5	0,5
Construção civil	-5,6	-1,7	-0,9	0,8	2,6
Agropecuária	-0,1	-0,2	1,2	1,7	1,9
SIUP	0,0	-0,2	-0,2	0,1	0,1
Outros[1/]	-0,3	-0,4	0,0	0,0	0,3

Fonte: Ministéria da Economia/Novo Caged

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 2.1.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia[1/]

Variação em 12 meses – %

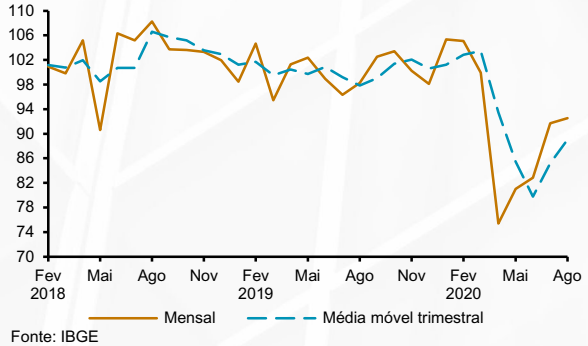


1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Gráfico 2.1.5 – Produção industrial – Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2019 = 100



Fonte: IBGE

ao igual período imediatamente anterior. Já o setor de vestuário e calçado apresentou alta de 12,5%, no mesmo tipo de comparação.

No que se refere aos empregos com carteira, foram criados 10,1 mil postos no trimestre até agosto, em comparação com novas 3,5 mil vagas em igual período do ano anterior, de acordo com o Caged. O setor de serviços foi o que mais influenciou positivamente esse resultado, principalmente devido às contratações em saúde humana e serviços sociais e na agropecuária, que juntos somaram 8,8 mil vagas. Na direção contrária, alojamento e alimentação e educação foram os setores de maior saldo negativo, -3,7 mil e -2,1 mil, respectivamente. Na margem, o índice de emprego formal, com dados dessazonalizados, se estabilizou em junho (ante maio), e se expandiu nos dois meses subsequentes.

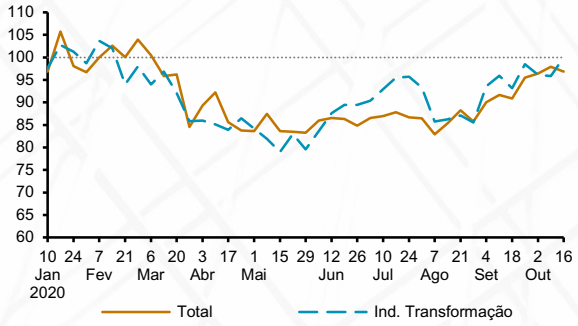
De acordo com a PNAD Contínua trimestral do IBGE, a desocupação alcançou 19,7% no segundo trimestre de 2020, o que representa alta de 2 p.p. comparativamente ao anterior, segundo dados dessazonalizados. O resultado repercutiu retrações de 16% da população ocupada e de 13,3% da força de trabalho. Dados da PNAD COVID19 para os meses de julho a setembro apontam crescimento da taxa de desocupação; esse crescimento viria acompanhado, no entanto, de aumento da procura por trabalho sobrepujando o aumento do número de novas vagas. Em setembro, 58,8% dos domicílios do estado receberam auxílio emergencial.

O mercado de crédito baiano cresceu 3,2% no trimestre encerrado em agosto, dando continuidade ao crescimento do crédito às pessoas jurídicas e revertendo a queda observada no crédito às pessoas físicas. Destaque-se, em relação às famílias, o crescimento nos gastos com cartão de crédito, de 17,2%, após retração de 22,1% no trimestre anterior. A expansão do crédito às empresas, anteriormente liderada pelo financiamento às exportações, que no trimestre atual apresentou forte recuo, ocorreu especialmente para capital de giro (12,7%).

Relativamente às condições de oferta, a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas está estimada em 9,9 milhões de toneladas neste ano, o que representa expansão de 20,3% na comparação com 2019, segundo dados do LSPA de setembro.

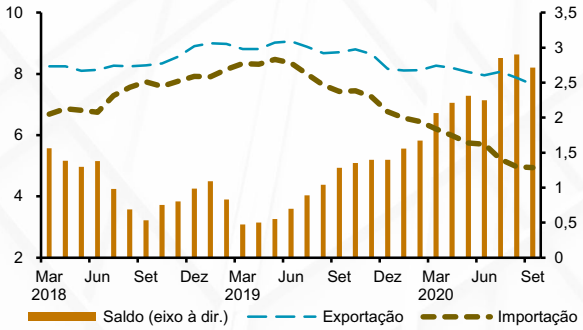
A indústria baiana se recupera lentamente dos efeitos da pandemia, registrando alta de 4,2%, no

Gráfico 2.1.6 – Consumo de energia elétrica – Bahia
Média móvel de 5 dias úteis
Média das semanas entre 8.1.2020 e 25.2.2020 = 100



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Gráfico 2.1.7 – Balança comercial – Bahia
Acumulado 12 meses – Em US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.1.2 – IPCA – Salvador

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,00	3,93	0,05	0,98	3,31
Livres	74,02	3,29	0,41	1,04	4,13
Alimentação no domicílio	15,82	5,92	5,00	4,16	18,08
Bens industrializados	22,55	1,01	-1,56	0,95	-0,48
Serviços	35,65	3,43	-0,24	-0,26	1,14
Monitorados	25,98	5,95	-1,00	0,81	0,95
Principais itens					
Alimentação	21,89	4,97	4,27	3,14	14,29
Habitação	14,04	4,22	0,44	2,85	3,65
Artigos de residência	4,08	-1,02	-1,10	2,71	-1,10
Vestuário	4,89	-0,57	-4,63	-2,63	-8,08
Transportes	17,78	4,45	-3,90	-0,36	-4,21
Saúde	15,51	4,58	0,29	0,44	2,59
Despesas pessoais	10,77	4,58	0,01	-0,10	2,98
Educação	6,08	5,11	-0,02	-2,85	1,90
Comunicação	4,96	0,79	1,23	2,35	3,82

Fonte: IBGE
1/ Referentes a setembro de 2020.

trimestre encerrado em agosto, ante queda de 16,9% no trimestre encerrado em maio, segundo dados dessazonalizados do IBGE. A recuperação é heterogênea entre os setores da indústria de transformação: seis setores apresentaram aumento da produção e cinco outros apresentaram queda. Os dados de consumo de energia elétrica até a segunda semana de outubro mostram continuidade da recuperação industrial.

A balança comercial da Bahia foi superavitária em US$2,1 bilhão nos primeiros nove meses do ano, refletindo recuos de 8,5% nas exportações e de 35% nas importações, que somaram US$5,5 bilhões e US$3,4 bilhões, respectivamente. O comportamento das vendas externas repercutiu o recuo de 15,7% nas vendas de bens manufaturados e semimanufaturados e alta de 8,2 % em bens básicos. A redução das importações foi influenciada, principalmente, por reduções em combustíveis e lubrificantes (-70,2%) e bens intermediários (-33,1%).

A inflação, medida pelo IPCA para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), alcançou 0,98% no trimestre encerrado em setembro, ante 0,05% no trimestre finalizado em junho. Entre os preços livres, houve aceleração para 1,04% (ante 0,41% em junho), puxado principalmente por itens de alimentação no domicílio, principalmente carnes (19,82%) e arroz (22,03%). Por sua vez, os preços monitorados passaram de -1,00% para alta de 0,81% no trimestre atual, destacando-se as altas em gás de botijão (7,01%) e energia elétrica residencial (4,63%).

Nos doze meses encerrados em setembro, a alta nos preços na RMS foi 3,31%, ante 2,34% em junho, refletindo a aceleração na inflação dos alimentos.

2.2 Ceará

Gráfico 2.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Ceará
Dados dessazonalizados
2019 = 100

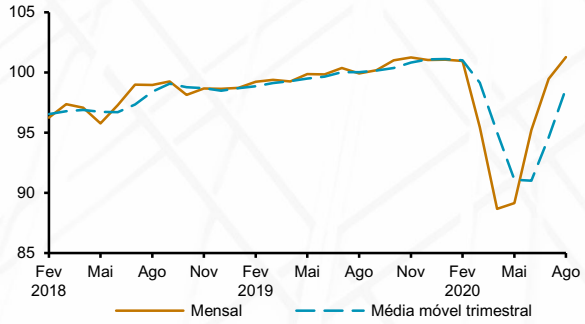
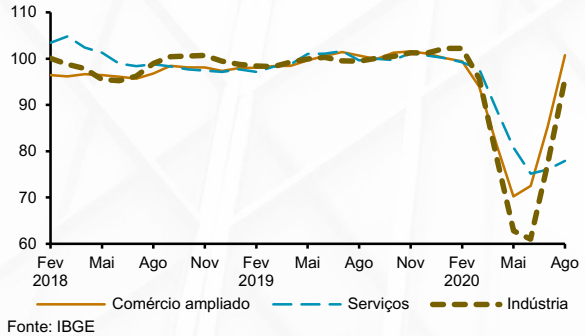
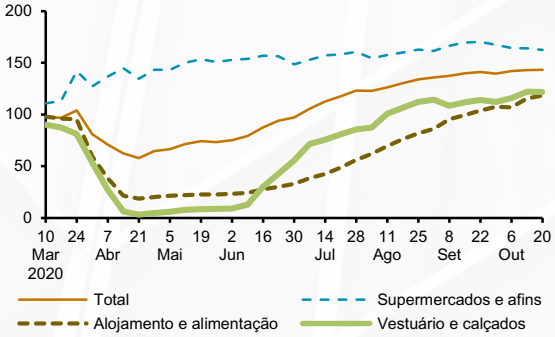


Gráfico 2.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Ceará
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.2.3 – Vendas com cartão de débito – Ceará[1/]
Média das semanas de 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100



Fonte: CIP/SLC
1/ Média móvel de quatro semanas.

A economia do Ceará sofreu os impactos da pandemia associada ao Covid-19 ainda no mês de março e adotou um amplo isolamento social dentre outras políticas adicionais de prevenção, com consequências sobre a produção, o emprego e o consumo. Em junho começou a implementação de plano de flexibilização gradual de retomada das atividades econômicas que atualmene abrange todo o estado em sua fase final, com restrições pontuais em setores econômicos. A retomada continuada permitiu recuperação da produção industrial, do comércio e, em menor magnitude, do setor de serviços, com consequente reflexo na arrecadação estadual e favorecendo a recuperação da atividade econômica.

Sob efeito da pandemia, o PIB do Ceará registrou no segundo trimestre de 2020, conforme dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), retração de 12,5% no período, comparativamente ao mesmo trimestre de 2019. Dados mais recentes mostram recuperação da atividade. O IBCR-CE variou, na série com ajuste sazonal, 8,3% no trimestre finalizado em agosto, repercutindo rmelhora dos indicadores de comércio e indústria e certa acomodação nos serviços. Em agosto, o IBCR-CE situou-se 0,3% acima do nível pré-pandemia (média de janeiro e fevereiro).

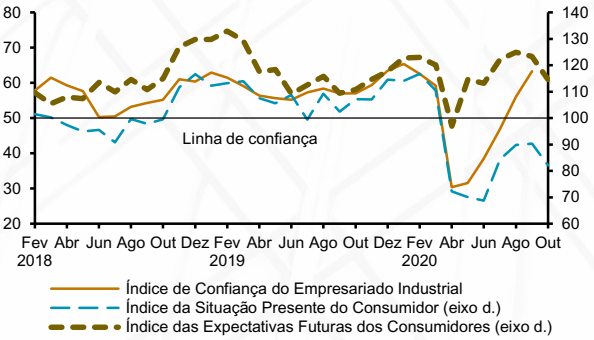
As vendas do comércio ampliado tiveram alta de 9,5% em agosto ante julho, de acordo com dados dessazonalizados da PMC divulgados pelo IBGE, com expansão de 43,5% no trimestre encerrado em agosto; enquanto o volume de prestação de serviços não financeiros registrou elevação de 3,8% no mês e retração de 3,6% no trimestre, de acordo com dados da PMS do IBGE.

Dados mais recentes mostram continuidade da recuperação da atividade econômica cearense. Em relação à demanda, os valores das vendas efetuadas com cartão de débito registraram alta de 1,6% em valores nominais, na comparação da média de quatro semanas terminadas em 20 de outubro com a das quatro semanas imediatamente anteriores, de acordo com dados da CIP/SLC. Excetuando os setores de supermercados e afins e farmácias e afins, que, como na região, foram mais demandados no início da pandemia, houve elevação em diversos setores com destaque para restaurantes, hotéis e similares (14,0%), vestuário e calçados (7,0%), cabeleireiros e outros serviços pessoais (6,8%) e postos de

combustível (4,4%), influenciado pelo aumento da mobilidade aliado ao auxílio emergencial (58,7% das famílias do estado receberam em comparação aos 43,6% no país, segundo dados da PNAD COVID19).

Gráfico 2.2.4 – Confiança dos agentes – Ceará

Em pontos



Fonte: Fiec e Fecomércio CE

Indicadores qualitativos de sentimento dos consumidores mostram tendência de continuidade da recuperação das vendas. O Índice de Confiança do Consumidor divulgado pela Federação do Comércio do Estado do Ceará (Fecomércio-CE) ultrapassou a faixa de cem pontos em julho e atingiu 101,6 pontos em outubro (87,1 pontos em abril). O Índice da Situação Presente do Consumidor (ISP), contudo, permanece abaixo desse patamar (82,1 pontos em outubro); o Índice das Expectativas Futuras dos Consumidores (IEF), atingiu 114,6 pontos em outubro.

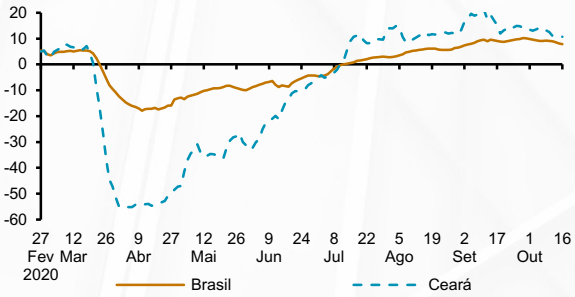
Segundo a PIM-PF do IBGE, a indústria cresceu 52,0% em agosto ante maio, patamar superior ao da recuperação verificada na região com crescimento de 17,9% na mesma base, dados dessazonalizados.

A confiança dos empresários, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), registrou aumento expressivo no terceiro trimestre. O Índice de Confiança do Empresariado Industrial avançou para 63,3 pontos em setembro (acima de 50 pontos significa otimismo), ante 30,4 pontos em abril, nível mais baixo da série histórica iniciada em janeiro de 2016.

Gráfico 2.2.5 – Consumo de energia – Indústria de transformação[1/]

Variação % janeiro de 2020

Média móvel de 5 dias úteis



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

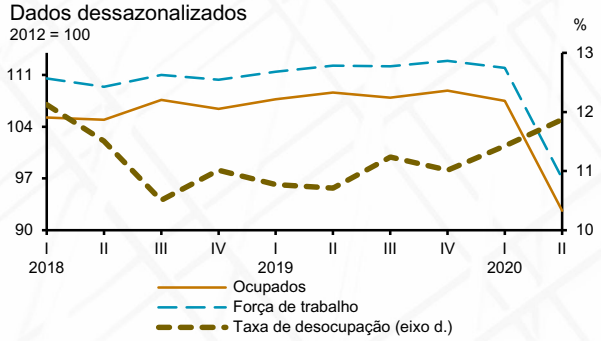
1/ Para outubro, dados disponíveis até o dia 16.

Dados de consumo de energia elétrica da CCEE após os recuos no 2º trimestre e início do 3º trimestre indicam maior utilização do insumo pela indústria de transformação, com perspectivas positiva para a produção industrial nos próximos meses.

O mercado de crédito estadual, no trimestre finalizado em agosto, mostrou recuperação no segmento de pessoas físicas (4,7% ante -1,8% em maio) – reflexo do retorno ao financiamento de cartão de crédito à vista; e arrefecimento, após forte expansão, no de pessoas jurídicas (0,9% ante 6,3% até maio). A expansão registrada na linha de crédito para capital de giro, impulsionada pelas linhas do Pronampe e PEAC, foram praticamente compensadas pelas retrações em financiamento de exportação, importação, imobiliários e rurais.

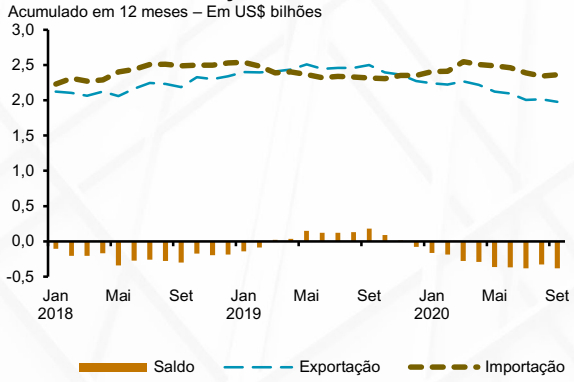
Foram criados 16,2 mil empregos com carteira assinada no estado no trimestre até agosto, ante eliminação de 42,7 mil postos até maio. O índice do emprego formal, dados dessazonalizados pelo

Gráfico 2.2.6 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Ceará
Dados dessazonalizados
2012 = 100



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Gráfico 2.2.7 – Balança comercial – Ceará
Acumulado em 12 meses – Em US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia/Secex

Tabela 2.2.1 – IPCA – Fortaleza

Variação %

Discriminação	Pesos[1/]	2020			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 Meses
IPCA	100,0	1,29	-0,30	1,55	4,14
Livres	73,8	1,75	0,50	1,12	5,26
Alimentação no domicílio	17,2	3,51	3,59	4,10	16,86
Bens industrializados	24,6	0,34	-0,59	1,56	1,65
Serviços	32,0	1,95	-0,24	-0,78	1,63
Monitorados	26,2	0,05	-2,54	2,79	0,97
Principais itens					
Alimentação	23,1	2,96	2,72	3,56	13,49
Habitação	16,7	1,01	-0,27	1,89	1,82
Artigos de residência	4,1	-0,11	-1,68	3,22	0,23
Vestuário	4,4	-0,46	-1,27	0,17	-1,80
Transportes	18,4	-0,26	-4,10	3,27	-0,48
Saúde	13,8	0,43	0,25	0,82	2,18
Despesas pessoais	8,4	1,20	-0,22	0,18	5,24
Educação	6,3	5,56	0,10	-7,83	-2,29
Comunicação	4,8	0,48	0,16	1,96	2,88

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

Banco Central, registrou queda 0,8% no trimestre encerrado em agosto ante o anterior. Dados da PNAD Contínua do IBGE, dessazonalizados pelo Banco Central, apontam redução de 13,8% na população ocupada e de 7,9% na força de trabalho no segundo trimestre de 2020 em relação ao primeiro, refletindo em aumentou de 0,5 p.p. na taxa de desocupação.

No âmbito fiscal, tanto a arrecadação do ICMS quanto os repasses federais mostram recuo. O volume de recurso do ICMS atingiu, nos nove primeiros meses de 2020, R$9,1 bilhões, queda nominal de 5,3% ante igual período de 2019, dados da Cotepe. As transferências da União, excluídos os valores destinados ao Fundeb, decresceram 7,8% totalizando R$6,9 bilhões, de acordo com a STN.

A balança comercial do Ceará registrou *deficit* de US$375,4 milhões nos primeiros nove meses do ano, ante *deficit* de US$69,9 milhões no mesmo período de 2019, decorrente, sobretudo, do aumento de 20,6% no *quantum* das importações (peças e acessórios para bens de capital, alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria, e peças para equipamentos de transporte). Os preços dos bens exportados e dos importados seguiram registrando redução no período, 16,2% e 16,7%, respectivamente.

O IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou inflação no trimestre finalizado em setembro, 1,55%, patamar superior ao registrado no País, 1,24%, e na região Nordeste, 1,35%, sobretudo, em decorrência de aumento mais acentuado dos preços livres na RMF, 1,12%, com destaque em cuidados pessoais e consertos e manutenção. Na variação nos preços dos bens industriais, 1,56%, destacaram-se reajustes em itens de material de construção e na dos preços de serviços, -0,78%, os destaques foram para as reduções em passagem aérea e transporte por aplicativo.

2.3 Pernambuco

Gráfico 2.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Pernambuco
Dados dessazonalizados
2019 = 100

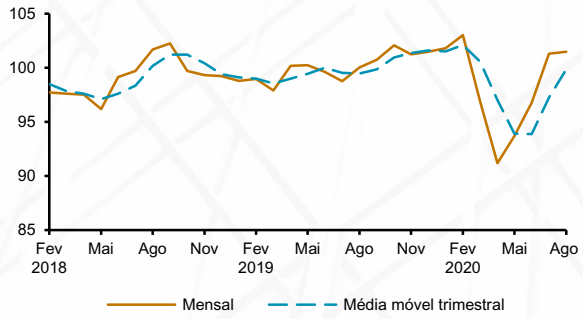
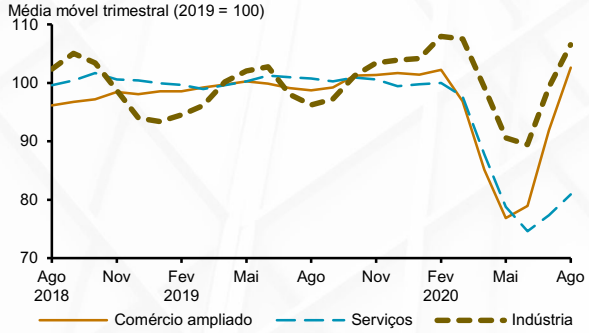
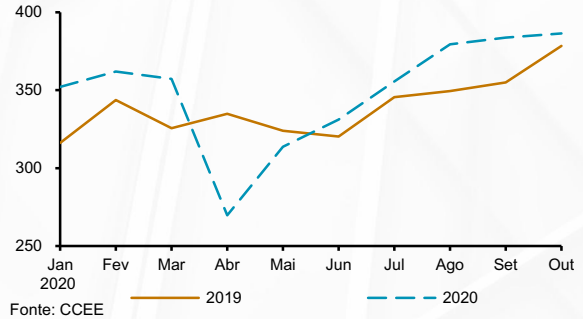


Gráfico 2.3.2 – Comércio, serviços e indústria – Pernambuco
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2.3.3 – Consumo de energia – Indústria de transformação – Pernambuco[1/]
Em MWm – Média mensal por dia útil



Fonte: CCEE
1/ Para outubro, dados até o dia 16

A retomada da indústria de transformação, comércio varejista e turismo em ambiente de ampliação gradual da mobilidade das pessoas contribuiu para a recuperação da atividade econômica estadual, mas o ritmo dos serviços e do mercado de trabalho permanece lento. O IBCR-PE expandiu 6,3% no trimestre encerrado em agosto em relação ao trimestre anterior, com dados dessazonalizados, após retração de 8,0% no mesmo tipo de comparação. Observe-se que o patamar de agosto se encontra 0,9% abaixo do nível verificado antes da pandemia (média de janeiro e fevereiro).

A produção da indústria de transformação cresceu 17,7% no trimestre findo em agosto em relação ao anterior com dados da PIM-PF do IBGE ajustados[6] e dessazonalizados pelo Banco Central, após retrair 16,1%. Sobressaíram a fabricação de automóveis – em parte direcionada ao mercado externo – e o refino de petróleo, refletindo o aumento do consumo de diesel de baixo teor de enxofre, principal produto da refinaria. Em agosto foi atingido o segundo maior nível da série dessazonalizada ajustada, iniciada em 2002. Nos últimos doze meses a indústria pernambucana expandiu 5,0%.

Na margem, o consumo de energia elétrica industrial (dados da CCEE) permanece acima dos níveis de 2019 em setembro e meados de outubro.

A melhora da atividade industrial foi acompanhada por perspectivas mais favoráveis do empresariado do setor. O índice de confiança (ICEI) apurado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) reverteu o pessimismo de junho (43,5 pontos) e alcançou 60,6 pontos em setembro.

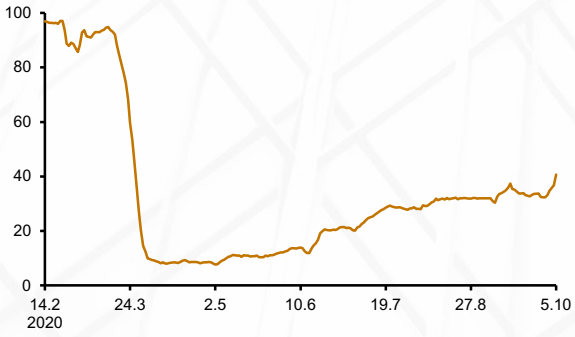
O comércio varejista foi impulsionado pela reabertura das lojas e pelo impacto positivo do auxílio emergencial. No trimestre encerrado em agosto, o volume de vendas no conceito ampliado, com ajuste sazonal, aumentou 33,5% frente ao trimestre anterior, após recuar 24,8%.

A confiança dos empresários do comércio aumentou no terceiro trimestre (de 72,9 pontos em junho para 93,4 em setembro), enquanto a dos consumidores apresenta estabilidade (de 59,1 para 59,6), segundo

6/ A PIM-PF do estado foi ajustada para incorporar os segmentos refino de petróleo e fabricação de automóveis, que ainda não fazem parte da pesquisa do IBGE em Pernambuco, a qual se baseia na estrutura produtiva de 2010, quando tais atividades ainda não existiam.

pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE). As avaliações das famílias acerca do nível atual de consumo e sua perspectiva foram pessimistas, o que pode refletir preocupação com o mercado de trabalho aliada à queda esperada do valor do auxílio emergencial.

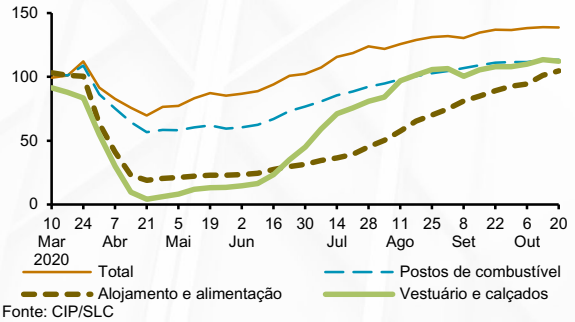
Gráfico 2.3.4 – Decolagens do Aeroporto do Recife
Média de jan-fev = 100, média móvel de 7 dias



Fonte: Anac

O ritmo do setor de serviços foi abaixo do comércio de bens. O volume de serviços não financeiros avançou 2,7% no trimestre encerrado em agosto (queda de 21,2% no trimestre anterior), segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Destaque-se a reação das atividades de serviços prestados às famílias e atividades turísticas no mês de agosto, embora estejam distantes de patamares do início do ano. A movimentação do aeroporto do Recife, medida pelas decolagens passou, em maio, de 8% do nível pré pandemia (média de janeiro e fevereiro) para 41% no início de outubro, de acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No setor de educação, acrescente-se o retorno parcial das aulas presenciais em outubro.

Gráfico 2.3.5 – Vendas com cartão de débito – Pernambuco
Média de quatro semanas
Média das semanas entre 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100

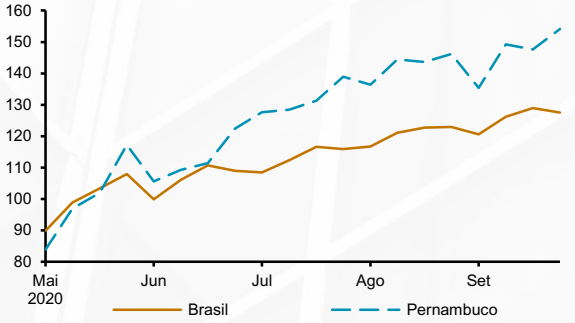


Fonte: CIP/SLC

No mesmo sentido, as vendas com cartões de débito (CIP) nas quatro semanas até 20 de outubro, comparadas ao mesmo período até 22 de setembro, permitem identificar recuperação de 17,6% em alojamento e alimentação, 4,1% em vestuário e calçados e 2,2% nos postos de gasolina.

No mercado de trabalho, as atividades associadas à informalidade foram mais atingidas pela pandemia. No trimestre encerrado em junho, dos 500 mil postos de trabalho fechados em relação ao mesmo período do ano anterior, 321 mil eram informais, segundo a PNAD Contínua. A taxa de desocupação avançou 0,7 p.p. na série com ajuste sazonal, resultado de retrações de 13,4% na população ocupada e 12,7% na força de trabalho. A massa salarial recuou em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, mas foi compensada pelo auxílio emergencial, pago a 56,3% das famílias do estado, de acordo com a PNAD COVID 19.

Gráfico 2.3.6 – Horas efetivamente trabalhadas – Pernambuco
Média de maio de 2020 = 100



Fonte: IBGE (PNAD COVID19)

Foram criados 14,1 mil empregos com carteira assinada no trimestre encerrado em agosto de acordo com dados do Caged (10,1 mil no mesmo trimestre do ano anterior). O início da safra de cana-de-açúcar favoreceu a indústria de transformação e a agricultura. Perdas de postos em alojamento, alimentação, educação e atividades recreativas realçam o contexto de distanciamento social.

Tabela 2.3.1 – Evolução do crédito[1/]
Geral e modalidades selecionadas

Segmentos	Variação % no período				Estoque
	2019	2020			(R$ bilhões)
	Ano	Mai[2/]	Ago[2/]	12 meses	Ago/2020
Crédito total	4,4	-0,9	4,6	7,7	81,2
Crédito total – rec. livres	17,5	-1,2	4,3	10,4	50,7
Crédito total – rec. direc.	-12,2	-0,4	5,0	3,5	30,5
Crédito PF – rec. livres	17,7	-4,5	4,5	7,5	36,4
Crédito consignado	13,5	0,8	2,1	8,6	15,1
Financ. veículos	22,9	-2,6	2,5	12,4	6,3
Créd. pessoal	21,4	1,4	-0,9	5,5	3,2
Outras operações	19,3	-13,3	10,7	4,1	11,8
Crédito PF – rec. direc.	8,7	2,1	3,1	10,2	17,6
Financ. imobiliário	9,0	2,1	3,0	10,1	16,3
Outras operações	4,7	2,0	3,4	11,9	1,3
Crédito PJ – rec. livres	16,9	8,3	3,8	18,7	14,2
Capital de giro	2,6	23,3	10,1	35,4	7,0
Títulos descontados	62,0	-6,6	7,6	23,8	1,8
Outras operações	16,8	-1,5	-4,0	4,6	5,4
Crédito PJ – rec. direc.	-29,8	-3,7	7,8	-4,6	12,9
Financ. rec. BNDES	-35,9	-5,4	-1,2	-16,4	6,4
Financ. imobiliário	-57,2	-5,8	-10,3	-43,2	0,5
Outras operações	-9,2	-1,1	22,0	21,4	6,0

1/ Operações com saldo superior a R$ 1 mil.
2/ Variação trimestral.

Tabela 2.3.2 – Comércio exterior
Janeiro-Setembro

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Corrente de comércio	4 815	3 474	-27,8
Saldo da balança comercial	-2 821	-1 372	-51,3
Exportações	997	1 051	5,4
Básicos	94	109	15,5
Semimanufaturados	29	31	7,4
Manufaturados	874	912	4,2
Importações	3 818	2 423	-36,5
Bens de capital	259	254	-1,8
Bens Intermediários	1 425	1 181	-17,2
Bens de consumo	430	314	-27,0
Combustíveis e lubrificantes	1 703	674	-60,4

Fonte: Ministério da Economia/Secex

O volume de crédito em Pernambuco atingiu R$81,2 bilhões em agosto (expansão de 7,7% em um ano). No trimestre, o saldo direcionado às empresas (PJ) cresceu 7,8%, impulsionadas por capital de giro, em parte às micro, pequenas e médias atendidas pelos programas do Pronampe e PEAC. O crédito para as pessoas físicas (PF) expandiu 4,0%, com destaque para cartão de crédito à vista.

No âmbito fiscal, os governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Estado, apresentaram *superavit* primário de R$235 milhões, consolidado em doze meses até agosto. O auxílio financeiro a estados e municípios exerceu papel preponderante para a obtenção desse resultado. A dívida líquida em agosto de 2020 somou R$15,1 bilhões, crescendo 22,5% com relação a dezembro do ano anterior.

A recuperação da atividade repercutiu na arrecadação. A receita com ICMS até setembro somou R$12,5 bilhões, diminuindo 0,9% ante igual período do ano anterior (no primeiro semestre o recuo da arrecadação do tributo havia sido de 6,9%). As transferências constitucionais da União, excluindo os valores destinados ao Fundeb, somaram R$6,6 bilhões, de acordo com a STN, diminuindo 8,9%, na comparação com igual intervalo do ano anterior.

No que se refere a agricultura, a PAM do IBGE, divulgada recentemente com dados de 2019, mostrou que a uva ultrapassou a cana-de-açúcar como principal produto agrícola por valor da produção (27,4% e 24,1%, respectivamente). O LSPA de setembro projeta, para o ano, queda de 13,2% na colheita de uva e elevação de 2,2% na safra de cana-de-açúcar, com relação ao ano anterior.

O *deficit* comercial do estado nos nove primeiros meses recuou na comparação com o mesmo período de 2019, motivado por menores importações (-36,5%, dos quais 28,2 p.p. devido à redução de *quantum*). As vendas ao exterior refletiram crescimento nas três categoriais analisadas.

O IPCA da Região Metropolitana do Recife registrou alta de 1,65% no terceiro trimestre de 2020 (0,14% no segundo). Houve aceleração nos preços dos preços livres (de 0,88% para 1,08%, com influência da elevação no preço das carnes, 10,54%) e monitorados (de -1,98% a 3,32%; gasolina, 12,84%). Em doze meses, a inflação foi 3,86%, acima da média da região (3,63%) e do país (3,14%).

Região Centro-Oeste

3

Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados

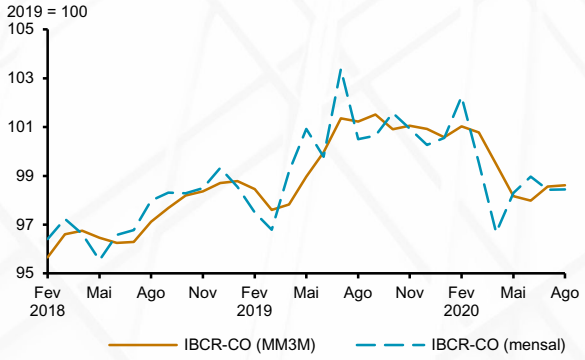
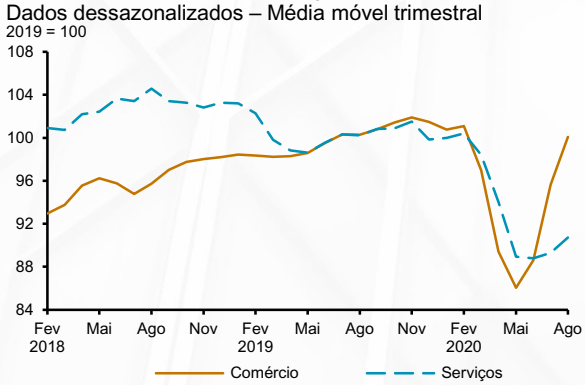
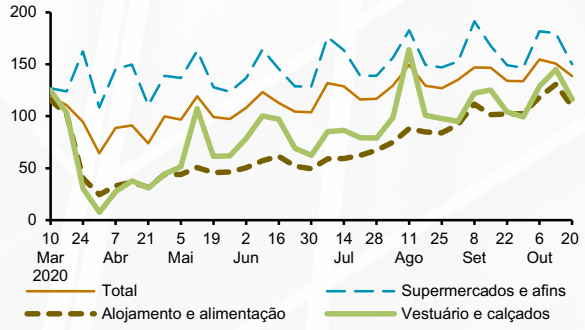


Gráfico 3.2 – Comércio e serviços – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 3.3 – Vendas com cartão de débito Centro-Oeste
Média das semanas de 7.1.2020 a 21.2.2020 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB

As especificidades da economia do Centro-Oeste contribuíram para arrefecer os impactos da pandemia no nível de atividade da região. A vocação agrícola local e a produção recorde de grãos impulsionaram as indústrias de processamento de alimentos e os serviços de logística. Nesse contexto, observou-se no trimestre encerrado em agosto resultados positivos na agricultura e na indústria de transformação, setores que mantiveram o nível de atividade durante o período mais crítico de restrição de circulação e funcionamento das empresas, e a recuperação do comércio. Refletindo esses aspectos, o IBCR-CO cresceu 0,5% frente ao trimestre anterior (cuja retração não tinha sido tão severa quanto no restante do país), na série com ajuste sazonal.

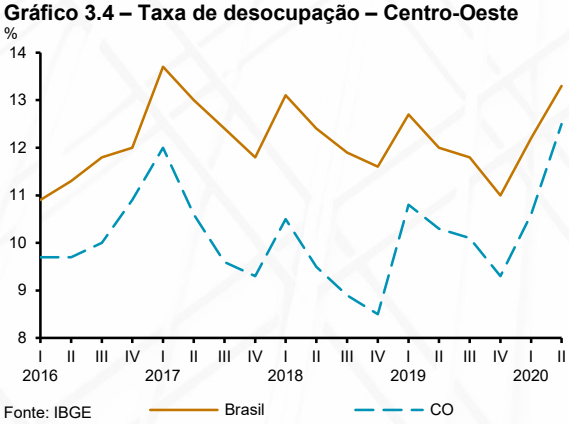
O comércio foi o segmento que apresentou recuperação mais rápida. Após registrar queda de 24,0% entre fevereiro e abril, segundo dados dessazonalidados da PMC/IBGE, as vendas do comércio ampliado na região cresceram 35,2% entre abril e agosto, alcançando o maior valor desde dezembro de 2015. No trimestre encerrado em agosto observou-se aumento de 16,3% em relação ao trimestre anterior, ressaltando-se o crescimento de 23,0% no Distrito Federal (no trimestre anterior havia registrado contração de 23,5%). Destacou-se, no agregado de Goiás e Distrito Federal, a recuperação nas vendas de móveis e eletrodomésticos, veículos e artigos de uso pessoal e doméstico.

O setor de serviços apresentou ritmo de recuperação mais lento, tendo em vista que muitas empresas operavam com restrições. Segundo dados da PMS/IBGE, o segmento cresceu 2,0% no trimestre encerrado em agosto, revertendo parcialmente a retração de 11,4% registrada no trimestre anterior.

Indicadores mais recentes sugerem continuidade da recuperação da atividade na região. Os pagamentos realizados com cartão de débito compilados a partir da CIP/SLC no período de 7 a 20 de outubro aumentaram 2,9% ante o período de 14 dias encerrado em 22 de setembro, com aumentos

maiores nos ramos de restaurantes e hotéis, e vestuário e calçados. Em relação ao faturamento médio registrado nos meses de janeiro e fevereiro, destacam-se os aumentos nos ramos de material de construção e de supermercados.

Gráfico 3.4 – Taxa de desocupação – Centro-Oeste



Fonte: IBGE

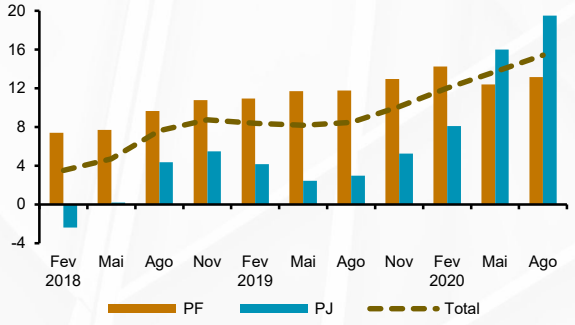
O mercado de trabalho no Centro-Oeste registrou, no segundo trimestre, redução de 744 mil pessoas na população ocupada (-9,5%), em relação ao mesmo trimestre de 2020, conforme a PNAD Contínua/ IBGE. A massa de rendimentos real do trabalho efetivamente recebida diminuiu R$7,3 bilhões (-12,1%) entre junho e agosto na comparação interanual, compensada pelo auxílio emergencial, que somou R$7,5 bilhões. A taxa de desocupação atingiu 12,5% no trimestre, com aumentos de 1,9 p.p. ante o primeiro e de 2,3 p.p. em relação ao mesmo período de 2019.

Os dados da PNAD COVID19 do IBGE mostraram recuperação do emprego e da renda ao longo do terceiro trimestre. A taxa de desocupação reduziu 0,3 p.p. entre junho e setembro, com diminuição de 2,2% na população desocupada e incremento de 1,0% no número de ocupados. A massa de rendimento real do trabalho efetivamente recebido aumentou 8,8% em setembro, relativamente a junho, assim como a média de horas trabalhadas semanais, que aumentaram 15,5% entre maio, o pior nível na crise, e agosto.

Os dados do Caged, relativos ao emprego formal, mostram a contratação líquida de 41,8 mil novos trabalhadores no trimestre encerrado em agosto. As contratações concentraram-se nos ramos de construção, serviços de informação e comunicação, comércio e indústria.

Gráfico 3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste[1/]

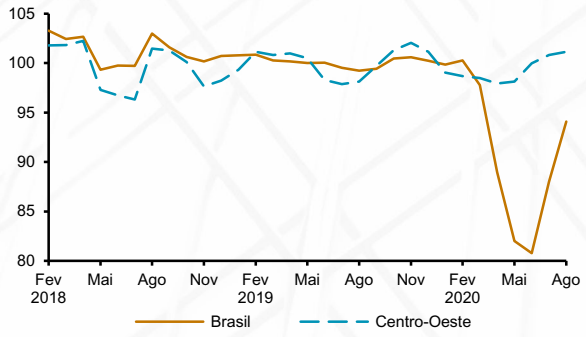
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

A demanda de crédito das empresas no contexto da pandemia seguiu elevada no trimestre encerrado em agosto, sendo atendida, em parte, pelos programas emergenciais, com destaque para as linhas de crédito do Pronampe e do PEAC. O volume de crédito na região aumentou 3,8% entre maio e agosto, o que elevou a variação interanual de 13,7% para 14,7%, com expansões de 23,0% no crédito livre e 8,1% no crédito direcionado. O crédito às empresas cresceu 5,0% no trimestre, alcançando variação interanual de 19,5% (16,0% em agosto). No segmento de pessoas físicas observa-se desaceleração na taxa de crescimento do crédito pessoal não consignado e dos financiamentos de veículos, e recuperação parcial nas operações de cartão de crédito à vista, modalidade que mais contraiu nos primeiros meses

Gráfico 3.6 – Produção industrial – Centro-Oeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 3.1 – Produção agrícola – Centro-Oeste
Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/]		Variação %
		2019	2020	2020/2019
Grãos	84,7	111 517	119 659	7,3
Soja	51,1	52 027	59 030	13,5
Milho	20,4	53 590	54 602	1,9
Algodão (caroço)	10,4	3 052	3 158	3,5
Feijão	1,6	679	641	-5,7
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	11,3	151 253	160 036	5,8

Fonte: IBGE
1/ Por valor da produção – PAM 2019.
2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2020.

da pandemia. Nesse contexto, com a expansão de 3,0% no trimestre, a taxa de crescimento interanual dos empréstimos às famílias desacelerou de 12,4% para 12,1% entre maio e agosto.

A indústria no Centro-Oeste mostrou comportamento distinto, tanto em relação à retração dos outros setores econômicos como em relação à queda da atividade industrial no país. No trimestre encerrado em maio a produção industrial havia recuado 0,6%, segundo os dados dessazonalizados da PIM/IBGE, contrastando com a queda de 18,2% no país. Essa diferença deve-se, em grande parte, à maior participação do segmento de processamento de alimentos na indústria da região[7] e ao desempenho do setor farmacêutico, cuja produção durante a pandemia se destacou em relação à média nacional. Com a recuperação na produção das indústrias de veículos e minerais não metálicos, e o aumento nas indústrias alimentícia e farmacêutica pelo segundo trimestre consecutivo, observou-se um crescimento de 3,1%[8] no trimestre encerrado em agosto.

O Icei do Centro-Oeste voltou para a área de otimismo em julho e atingiu 59,5 pontos em setembro (aumento de 11,9 pontos ante junho), influenciado pelo aumento do índice de expectativas, que alcançou 64,9 pontos. Houve melhora também no índice de condições atuais, que passou para 48,7 pontos (ainda na área de pessimismo).

O desempenho da agricultura contribuiu para diminuir os impactos da pandemia na atividade econômica do Centro-Oeste. A safra recorde de 120 milhões de toneladas impulsionou a agroindústria e o setor de serviços. No segundo semestre concentra-se a colheita da cana-de-açúcar, com encadeamentos para a produção de açúcar e de etanol. Para 2021, as primeiras estimativas indicam crescimento de 1,5% para a produção de grãos, segundo o primeiro levantamento realizado pela Conab. Na pecuária de corte, os abates de bovinos no Centro-Oeste retraíram 9,2% nos primeiros oito meses do ano, na comparação com igual período de 2019, segundo dados do Serviço de Inspeção Federal (SIF)/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações de carne bovina expandiram 10,4% em peso nesse período, e 24,1% em valor, refletindo a valorização dos preços no mercado internacional e

7/ O setor de fabricação de produtos alimentícios representa 39,2% da indústria geral no Centro-Oeste, segundo os dados do valor da transformação industrial divulgados na Pesquisa Industrial Anual (PIA)/IBGE para 2018, enquanto a participação desse setor em nível nacional corresponde a 15,6%.
8/ Dados referentes a Goiás e Mato Grosso, únicas unidades da região incluídas na PIM pelo IBGE.

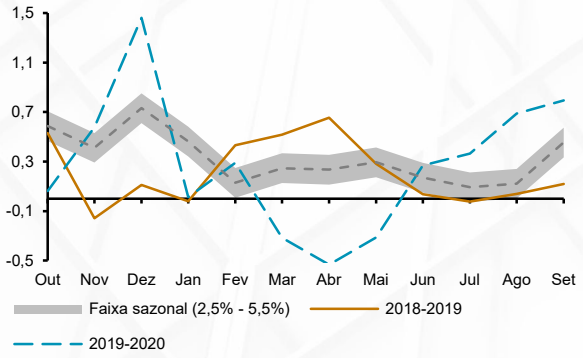
Tabela 3.2 – Balança comercial – Centro-Oeste
Janeiro-Setembro

US$ milhões

Discriminação	Centro-Oeste			Brasil
	2019	2020	Var. %	Var. %
Exportações	22 476	25 374	12,9	-7,7
Básicos	18 856	21 693	15,0	3,4
Industrializados	3 620	3 680	1,7	-19,8
Importações	6 606	6 106	-7,6	-14,4
Bens de capital	387	382	-1,3	1,9
Bens Intermediários	3 559	3 107	-12,7	-10,4
Bens de consumo	1 721	1 808	5,1	-25,0
Combustíveis e lubrificantes	907	790	-12,9	-32,5
Saldo comercial	15 870	19 267	21,4	17,2

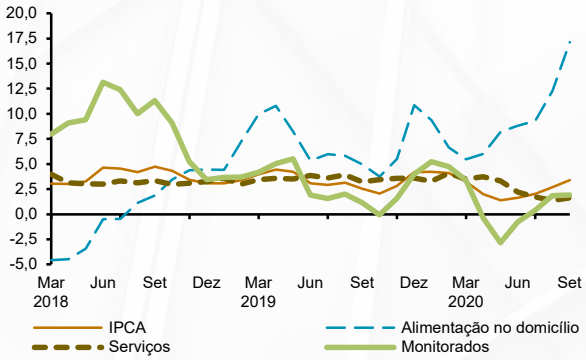
Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 3.7 – IPCA Centro-Oeste – Padrão sazonal
Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 3.8 – IPCA Centro-Oeste
Variação % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

a desvalorização cambial. Os abates de suínos e de aves aumentaram 2,1% e 1,2%, respectivamente, nesse período.

Relativamente ao comércio externo, o *superavit* alcançou US$19,3 bilhões nos primeiros nove meses do ano, com expansão de 21,4% em relação ao mesmo período de 2019. Esse resultado refletiu aumento de 12,9% das exportações, impulsionadas pelos embarques de soja, carne bovina, algodão em bruto e farelo de soja, e retração de 7,6% das importações, influenciadas pela diminuição nas aquisições de adubos e fertilizantes, gás natural, partes e peças para veículos e tratores, e máquinas e aparelhos agrícolas (exceto tratores).

O IPCA da região Centro-Oeste[9] variou 1,86% no terceiro trimestre (-0,58% no segundo trimestre). As principais pressões vieram dos grupos de alimentação no domicílio, com alta de 5,83% (carnes, arroz e leite e derivados), e preços monitorados, com variação de 3,45% (gasolina e óleo diesel). Esses itens explicam 1,52 pontos percentuais da variação do índice geral. Os bens industrializados apresentaram variação de 1,28% e os serviços, 0,19%.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA variou 3,39% em setembro, acelerando em relação a junho, quando havia registrado variação de 1,64%. Esse resultado decorreu principalmente do aumento de 17,13% nos preços do grupo alimentação no domicílio; enquanto os demais grupos apresentaram variações discretas: 1,92% em monitorados, 1,62% em serviços, e 0,34% em bens industrializados.

A economia do Centro-Oeste manteve relativamente estável o nível de atividade ao longo do ano, sustentado pelo peso do agronegócio na estrutura produtiva. As colheitas recordes de soja e milho contribuíram para os resultados até a metade do ano. Adicionalmente a desvalorização cambial e o nível de preços das *commodities* agrícolas devem estimular o setor agropecuário na próxima safra.

9/ Composto pela agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande.

Região Sudeste

4

Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Sudeste
Dados dessazonalizados
2019 = 100

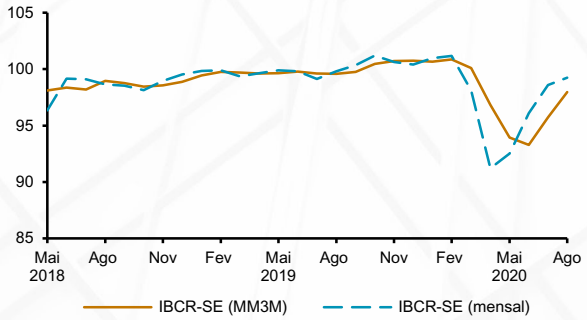
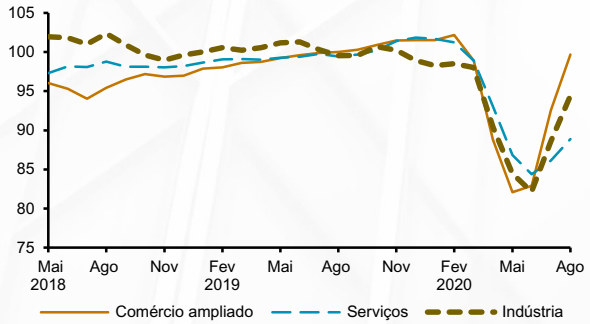
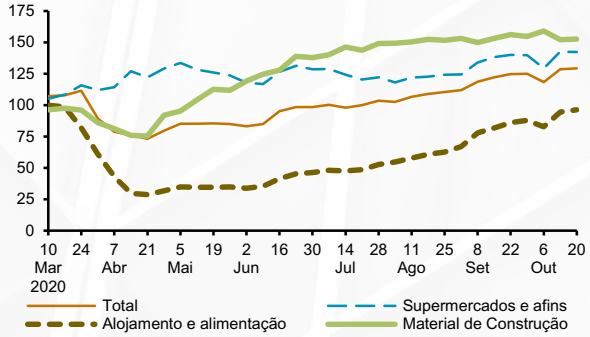


Gráfico 4.2 – Comércio, serviços e indústria – Sudeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.3 – Vendas com cartão de débito – Sudeste[1/]
Média das semanas de 7.1.2020 a 25.2.2020 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB
1/ Média móvel de quatro semanas.

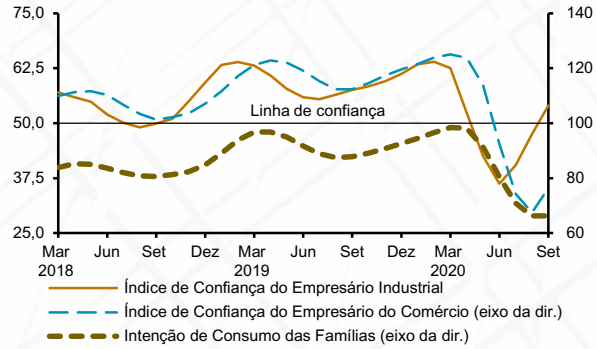
Os principais indicadores de atividade sinalizaram recuperação da economia do Sudeste no trimestre encerrado em agosto, após queda acentuada no trimestre anterior causada pelos impactos da pandemia da Covid-19. O aumento gradual da mobilidade social permitiu retomada da indústria e do comércio e, em menor medida, do setor de serviços, com reflexos positivos sobre o mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-SE avançou 4,3% no período, em relação ao trimestre encerrado em maio, quando decrescera 6,8%, no mesmo tipo de comparação. Adicionalmente, a trajetória de dados mais tempestivos – como os de consumo de energia elétrica e vendas com cartão de débito – sugere que a economia continuou o processo de recuperação em setembro e outubro, embora com alguma acomodação na margem.

O combate à pandemia da Covid-19 – com adoção de restrições ao funcionamento de atividades não essenciais – contribuiu para o recuo no consumo da região nos meses de março e abril. Por outro lado, as medidas de recomposição de renda adotadas pelo governo, notadamente o auxílio emergencial provido às famílias de baixa renda, contribuiu para a recuperação do consumo nos meses subsequentes. Em consequência, as vendas do comércio ampliado cresceram 21,4% no trimestre encerrado em agosto em relação ao terminado em maio, quando diminuíram 19,7%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE. As vendas aumentaram em nove dos dez segmentos pesquisados, com destaque para as altas nos segmentos de móveis e eletrodomésticos e tecidos, vestuário e calçados.

Informações de vendas com cartão de débito, disponibilizados pela CIP/SLC, mostram continuidade da recuperação das vendas no varejo, com elevação de 3,7% nos valores nominais recebidos pelas empresas em segmentos do comércio e de serviços, na comparação da média das quatro semanas terminadas em 20 de outubro com a das quatro semanas anteriores.

Gráfico 4.4 – Confiança dos agentes – Sudeste

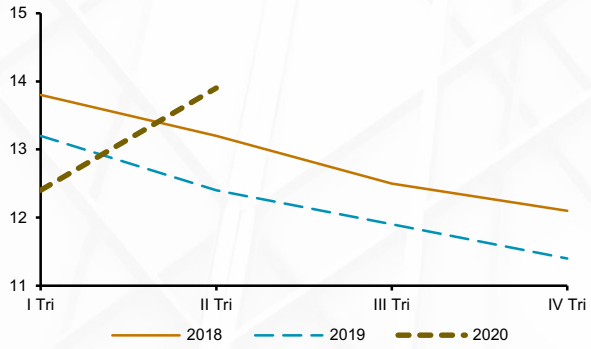
Em pontos – Média móvel trimestral



Fontes: CNC e CNI

Gráfico 4.5 – Taxa de desocupação – Sudeste

%



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo evidenciam acomodação para as famílias e aumento para os empresários. O ICF manteve-se praticamente estável (67,6 em junho e 67,3 em setembro, dados mensais), enquanto o Icec aumentou de 61,3 para 87,8 no mesmo período. O comportamento do ICF sugere alguma preocupação com a evolução do mercado de trabalho nos meses subsequentes.

O setor de serviços registrou recuperação em ritmo mais lento a partir de maio, refletindo ainda restrições em alguns segmentos. O indicador de volume de serviços não financeiros avançou 2,3% no trimestre encerrado em agosto frente ao trimestre anterior, quando decrescera 14,2% no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS/IBGE.

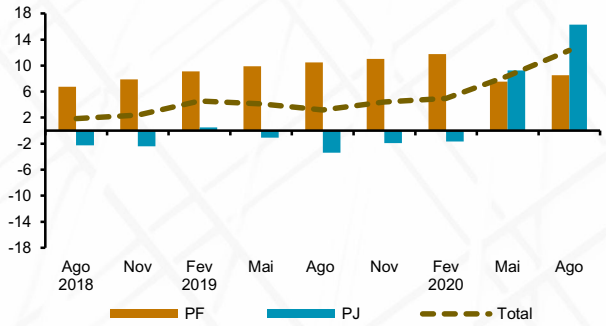
No mercado de trabalho formal, de acordo com o Caged, foram eliminados 859,4 mil postos de trabalho formais, no acumulado de março a junho de 2020, período de maior isolamento social em meio à evolução da pandemia. O setor de serviços foi o mais afetado, com redução de 430,2 mil postos. Em julho e agosto, houve contratações líquidas de trabalhadores formais, acumulando 155,1 mil novas vagas, com destaque para a indústria (+55,9 mil, sendo 55,3 mil na transformação).

Refletindo a piora do mercado de trabalho devido à pandemia, a taxa de desocupação subiu de 12,4% no segundo trimestre de 2019 para 13,9% no mesmo período de 2020, resultado que refletiu expressiva retração na ocupação (-11,5%) e na força de trabalho (-10,0%). O rendimento real cresceu 7,8%, relacionado, em grande parte, ao efeito composição em contexto de queda mais significativa de ocupação dos informais, que detém médias de rendimento mais baixos, que dos formais. Considerando dados dessazonalizados, a taxa de desocupação aumentou de 11,7% no primeiro trimestre de 2020 para 13,8% no segundo.

Dados mais tempestivos do mercado de trabalho, da PNAD COVID19 do IBGE, mostram recuperação da ocupação em agosto e setembro, com elevação acumulada de 1,5%. Todos os setores apresentaram alta nesse período, com destaque para o comércio, a indústria e a construção. Em relação às horas efetivamente trabalhadas por semana, houve aumento de 28,2 em maio (70% das horas habitualmente trabalhadas) para 35,8 em setembro (88% das horas habituais).

Gráfico 4.6 – Evolução do saldo das operações de crédito[1/] – Sudeste

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Tabela 4.1 – Produção industrial – Sudeste

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2020		
		Mai[2/]	Ago[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-14,2	11,7	-5,5
Indústrias extrativas	13,6	-0,4	6,7	3,5
Indústrias de transformação	86,4	-16,8	13,8	-6,6
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-65,8	97,1	-28,4
Produtos alimentícios	12,7	8,8	4,4	8,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	-7,6	5,8	1,9
Metalurgia	7,1	-18,0	8,3	-11,2
Outros produtos químicos	5,8	-4,4	7,2	-0,4

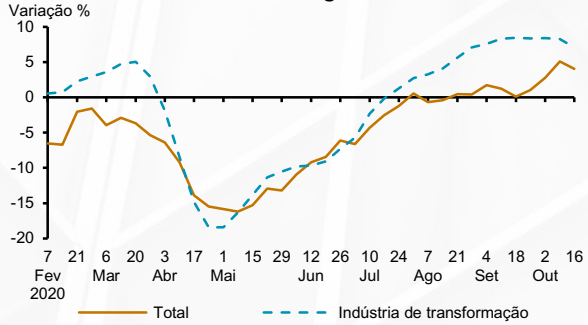
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.7 – Consumo de energia – Sudeste[1/]

Variação %



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); elaboração BCB

1/ Variação da média de quatro semanas em relação a igual período do ano anterior, com ajuste para dias úteis.

No mercado de crédito, a busca por adequação de liquidez e manutenção de contratos pelas empresas levou à expansão da carteira de pessoas jurídicas, 4,8% no trimestre encerrado em agosto, em função principalmente do capital de giro, O crédito para pessoas físicas se recuperou, 3,8% no trimestre, especialmente em função do aumento dos gastos com cartão de crédito à vista e do financiamento imobiliário.

Do lado da oferta, as projeções para a agricultura tendem a contrabalançar parcialmente os impactos da pandemia. O LSPA do IBGE, de setembro, aponta expansão de 8,0% da safra de grãos em 2020. Também são esperados aumentos para as colheitas de café (22,5%), em período de bienalidade positiva, e de cana-de-açúcar (2,9%).

A indústria do Sudeste, segundo a PIM-PF/IBGE, cresceu 11,7% no trimestre encerrado em agosto, em comparação à queda de 14,2% do trimestre até maio, considerando dados dessazonalizados. Em agosto, o nível de produção industrial retornou aos níveis do período pré-pandemia. Dez dos 22 setores apresentaram produção superior à de janeiro, com destaque para fumo, alimentos e indústria extrativa. Alguns setores, entretanto, ainda estão produzindo em nível inferior ao período anterior à pandemia, destacando-se confecção e vestuário, e veículos automotores.

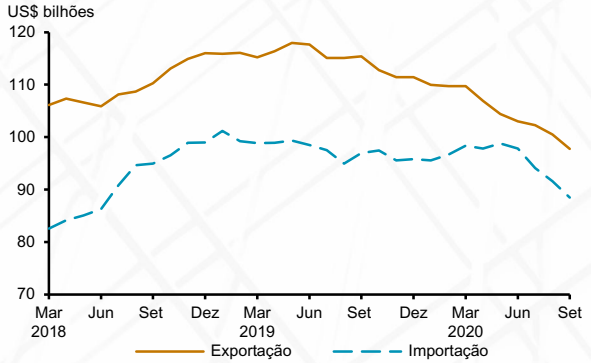
O Icei atingiu 54,0 pontos, na média do trimestre finalizado em setembro (36,3 pontos em junho). Considerando dados mensais, houve alta entre junho e setembro, quando o índice passou de 40,5 para 59,9, voltando ao patamar de março, 59,3. A recuperação entre junho e setembro ocorreu tanto no componente de expectativas quanto no associado às condições atuais.

Dados mais recentes de consumo de energia elétrica na região, segundo a CCEE, sugerem continuidade do aumento da produção fabril em setembro e outubro.

O Sudeste foi a única região a apresentar piora no resultado da balança comercial em 2020, com recuo do *superavit* para US$5,1 bilhões nos primeiros nove meses deste ano (US$11,5 bilhões em igual período de 2019). O comportamento foi condicionado, sobretudo, pela retração de 16,3% das exportações, decorrente de variações de -12,2% nos preços[10] e de -2,9% no *quantum*, com destaque para os produtos

10/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Gráfico 4.8 – Balança comercial – Sudeste
Acumulado em 12 meses
US$ bilhões



Fonte: Ministério da Economia

Tabela 4.2 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Agosto de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
ES	20	-321	-129	374	-206	-39
MG	130 289	522	8 684	142 664	245	7 546
RJ	185 102	665	11 536	202 775	-2 382	8 146
SP	342 909	-8 543	7 948	354 557	-4 856	7 756
Total (A)	**658 320**	**-7 677**	**28 039**	**700 371**	**-7 199**	**23 409**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**947 423**	**-25 729**	**16 046**
(A/B) (%)	**72,5**	**46,5**	**87,1**	**73,9**	**28,0**	**145,9**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.
4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 4.3 – IPCA – Sudeste

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,35	-0,38	1,02	3,03
Livres	74,3	3,88	0,17	0,79	3,66
Alimentação no domicílio	13,3	7,85	3,03	4,38	15,45
Bens industrializados	21,6	1,83	-0,21	1,00	1,54
Serviços	39,4	3,60	-0,53	-0,51	1,03
Monitorados	25,7	5,64	-1,96	1,68	1,26
Principais itens					
Alimentação	19,3	6,31	2,29	2,94	11,32
Habitação	16,5	4,44	-0,48	1,62	0,99
Artigos de residência	3,5	-0,12	1,67	2,34	1,48
Vestuário	3,9	0,88	-0,81	-1,21	-1,96
Transportes	19,2	3,57	-4,01	1,47	-0,79
Saúde	13,8	5,44	0,28	0,27	2,49
Despesas pessoais	11,1	4,39	-0,27	-0,11	2,06
Educação	6,5	4,54	0,05	-3,49	1,22
Comunicação	6,1	1,23	0,63	1,36	3,29

Fonte: IBGE
1/ Referentes a setembro de 2020.

industrializados responsáveis por 53% da pauta da região. As importações, sensibilizadas pelas variações de -4,4% nos preços e de -7,9% no *quantum*, recuaram 10,1%, com ênfase na contração das aquisições de bens intermediários e combustíveis e lubrificantes. Por outro lado, destaquem-se as maiores importações de bens de capital, notadamente plataformas de perfuração/exploração de petróleo.

No âmbito fiscal, o resultado primário consolidado para a região foi superavitário em R$7,2 bilhões no acumulado de doze meses até agosto (*superavit* de R$7,7 bilhões em 2019), repercutindo especialmente o desempenho de São Paulo. O *deficit* nominal recuou de R$28,0 bilhões em dezembro de 2019 para R$23,4 bilhões em agosto de 2020, na análise do acumulado de doze meses.

O IPCA no Sudeste variou 1,02% no terceiro trimestre (-0,38%, no segundo). O resultado refletiu maiores variações nos preços livres e monitorados. Os aumentos de preços dos itens do grupo alimentação no domicílio continuam pressionando a inflação no segmento livre, enquanto a variação dos preços monitorados apresentou reversão, de -1,96% para 1,68%, refletindo, principalmente, o comportamento dos preços da gasolina e das tarifas de energia elétrica residencial. Os serviços apresentaram variações de preços negativas, em parte, pelo comportamento dos itens de educação.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA registrou alta de 3,03% em setembro, refletindo pressões inflacionárias advindas do grupo alimentação no domicílio. Os preços de serviços, bens industriais e monitorados apresentaram comportamento benigno no período.

O processo de recuperação da atividade da região, iniciado a partir de maio, ganhou tração com a redução dos casos da Covid-19 e maior mobilidade. Entretanto, a retomada consistente depende da evolução dos riscos remanescentes ligados ao controle da pandemia e da reação do mercado de trabalho, especialmente em virtude da expectativa de que as transferências extraordinárias de recursos para recomposição de renda sejam finalizadas em dezembro. Nesse cenário, o nível de incerteza permanece elevado quanto à sustentação do ritmo de atividade nos próximos trimestres.

4.1 Minas Gerais

A atividade econômica recuou acentuadamente no segundo trimestre, em decorrência do afastamento social para conter a epidemia da Covid-19. O PIB mineiro recuou 9,8% na margem nesse período, segundo dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro. A retração se deu em todos os setores, com impacto mais discreto na agricultura e mais severo em serviços.

O IBCR-MG mostrou que a contração foi mais acentuada em abril, sendo observado recuperação dos níveis de produção, ainda que de forma heterogênea, nos meses seguintes. Empresas de diversos setores voltaram a operar gradualmente, o que elevou o IBCR-MG em 0,9% no trimestre encerrado em agosto, ressaltando-se os desempenhos positivos da agropecuária, das indústrias de transformação e extrativa, do comércio e dos transportes.

Entre os setores econômicos, o comércio apresentou recuperação mais rápida. Após registrar contração acumulada de 23,2% em março e abril, as vendas do comércio ampliado no estado cresceram 40,3% de maio a agosto, alcançando nesse mês o maior valor da série iniciada em janeiro de 2004, conforme dados dessazonalizados da PMC/IBGE. No trimestre encerrado em agosto, observou-se expansão de 18,0%, ressaltando-se a recuperação nas vendas de artigos de uso pessoal e doméstico, veículos e material de construção.

O setor de serviços se recupera em ritmo mais lento, com algumas atividades ainda com restrições de funcionamento, como os setores de cultura, lazer e recreação. O volume de serviços no estado atingiu o vale em abril, quando registrou queda de 15,4% em relação à média do primeiro bimestre, segundo os dados dessazonalizados da PMS/IBGE. Desde então, o indicador registrou crescimento de 12,7% até agosto, mas ainda situando-se 4,6% abaixo do primeiro bimestre. No trimestre encerrado em agosto, o setor de serviços mineiro cresceu 3,5%, com destaque para os ramos de transporte e outros serviços.

Os dados de pagamentos realizados com cartão de débito, disponibilizados pela CIP/SLC, sugerem continuidade da recuperação do comércio e serviços. Houve avanço de 2,7% no volume de pagamentos no período de quatorze dias encerrado em 20 de outubro, na comparação com as vendas registradas entre os dias 6 e 19 de setembro, com destaque

Gráfico 4.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Minas Gerais
Dados desazonalizados
2019 = 100

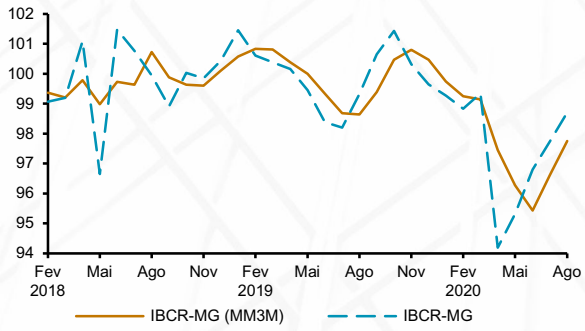
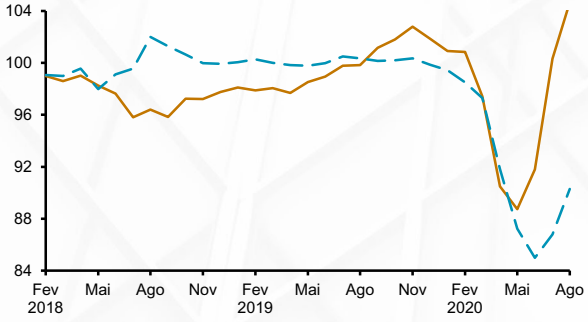
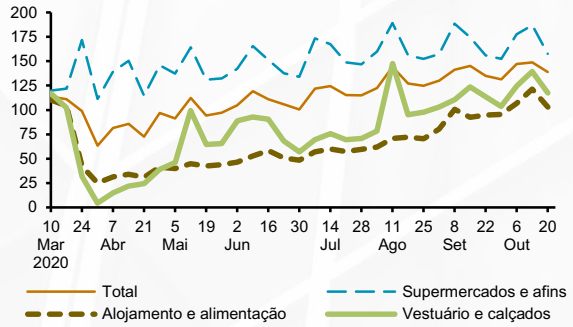


Gráfico 4.1.2 – Comércio e serviços – Minas Gerais
Dados desazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 4.1.3 – Vendas com cartão de débito – Minas Gerais[1/]

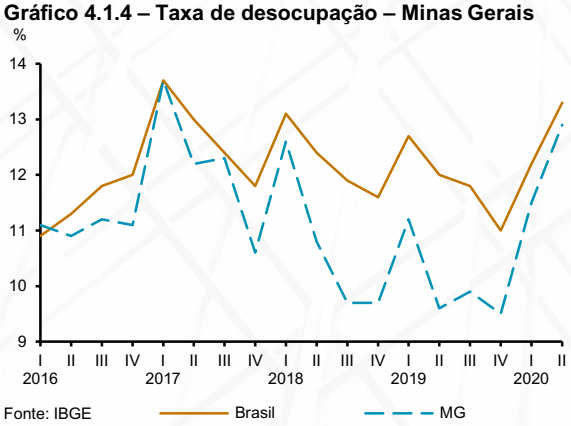


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB
1/Média das semanas entre 8.1.2020 a 21.2.2020 = 100.

para restaurantes, hotéis e similares; e vestuário e calçados.

No mercado de trabalho do estado, a taxa de desocupação aumentou para 12,9% no segundo trimestre, 3,4 p.p. maior que a do mesmo trimestre de 2019, segundo dados da PNAD Contínua do IBGE. Houve redução de 1,2 milhão de pessoas ocupadas, com participação maior dos informais (73%). Dados mais recentes da PNAD COVID19 mostram crescimento de 13,7% no número médio de horas efetivamente trabalhadas entre junho e setembro, sugerindo continuidade da recuperação da atividade econômica no terceiro trimestre.

Gráfico 4.1.4 – Taxa de desocupação – Minas Gerais

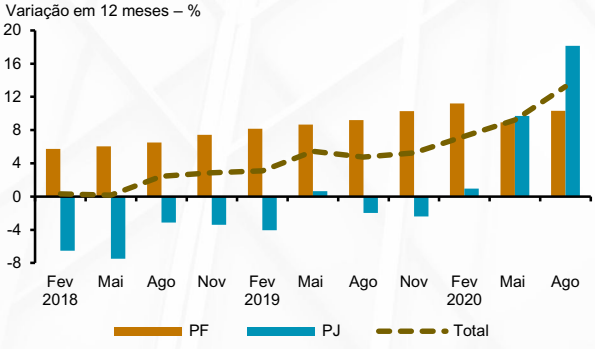


Fonte: IBGE

No mercado formal foram criados 46,0 mil novos empregos no trimestre de junho a agosto, segundo os dados do Caged, ante 28,1 mil no mesmo período em 2019. Esse aumento concentrou-se nos meses de julho e agosto, quando foram criados 44,2 mil novos empregos, a maioria deles no setor de construção e na indústria.

Gráfico 4.1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais[1/]

Variação em 12 meses – %



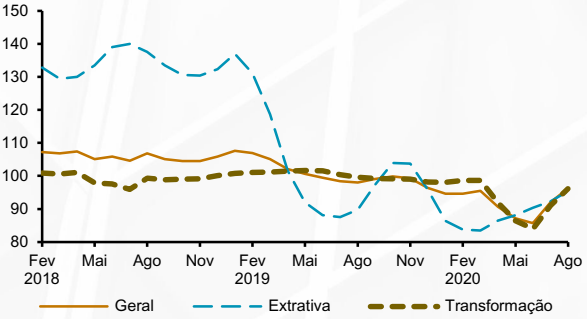
1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

O mercado de crédito seguiu em expansão, impulsionado pela necessidade de financiamento das empresas, principalmente as de micro, pequeno e médio porte, cuja demanda foi atendida parcialmente pelas linhas do Pronampe e do PEAC. Os financiamentos do SFN no estado cresceram 4,4% no trimestre encerrado em agosto, o que elevou a taxa de variação interanual de 9,2%, em maio, para 12,7%, com acréscimos de 16,0% no segmento de crédito livre e 8,6% em recursos direcionados. O saldo dos financiamentos às empresas aumentou 6,5% no trimestre, elevando a variação interanual para 18,1% (9,7% em maio). No segmento de pessoas físicas observou-se recuperação das operações de cartão de crédito à vista, modalidade que havia registrado a maior contração nos meses de março e abril.

Gráfico 4.1.6 – Produção industrial – Minas Gerais

Dados desazonalizados – Média móvel trimestral

2019 = 100



Fonte: IBGE

Assim como o comércio, a indústria registrou aumento na produção a partir de maio. A produção da indústria mineira cresceu 10,4% no trimestre encerrado em agosto, segundo dados com ajuste sazonal da PIM-PF, do IBGE, com expansão de 11,2% na transformação. Apesar do resultado positivo nesse trimestre, o nível de produção da indústria de transformação ainda se encontrava, em agosto, -3,3% abaixo da média registrada no primeiro bimestre do ano. A indústria extrativa apresentou resultado positivo de 8,2% no trimestre, alcançando, em agosto, o maior nível desde outubro de 2019.

Tabela 4.1.1 – Comércio exterior – Minas Gerais

Janeiro-Setembro

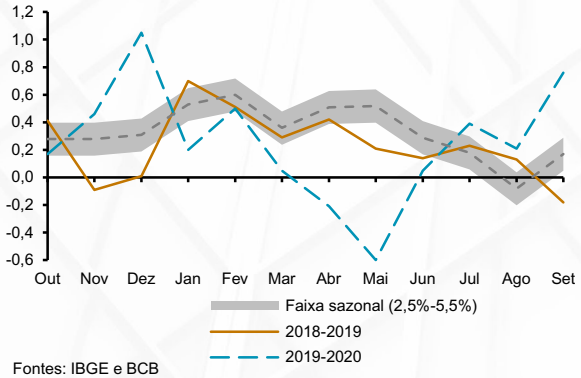
US$ milhões

Discriminação	Minas Gerais			Brasil
	2019	2020	Var. %	Var. %
Exportações	19 154	18 649	-2,6	-7,7
Básicos	11 055	11 733	6,1	3,4
Industrializados	8 099	6 916	-14,6	-19,8
Importações	6 623	5 716	-13,7	-14,4
Bens de capital	1 111	1 002	-9,8	1,9
Bens Intermediários	4 083	3 487	-14,6	-10,4
Bens de consumo	840	868	3,4	-25,0
Combustíveis e lubrificantes	590	358	-39,2	-32,5
Saldo comercial	12 531	12 933	3,2	17,2

Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 4.1.7 – IPCA RMBH – Padrão sazonal

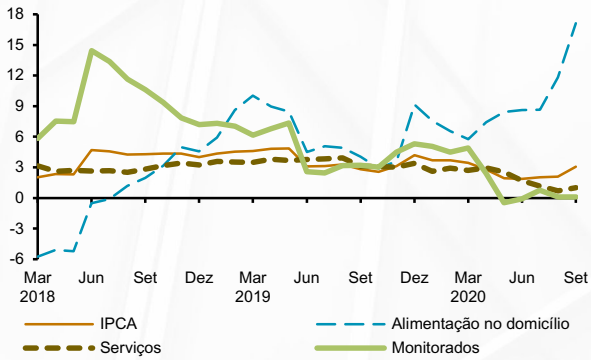
Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

Gráfico 4.1.8 – IPCA RMBH

Variação % acumulada em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Na agricultura, o trimestre encerrado em agosto foi marcado pela colheita da safra de café, cuja produção deverá alcançar nesse ano crescimento de 32,4%, influenciada pelo ciclo bienal de alta produtividade. Esse resultado, juntamente com os da produção de grãos e de cana-de-açúcar que devem atingir volume recorde, fazem com que a agricultura se destaque entre as atividades econômicas no estado, em um ano marcado pela queda generalizada da produção.

O saldo da balança comercial em Minas aumentou 3,2% no acumulado até setembro, alcançando *superavit* de US$12,9 bilhões. As exportações recuaram 2,6% no período, mas apresentaram tendência de recuperação ao longo do ano, influenciadas pelo aumento no valor das *commodities*, em especial, do minério de ferro. Pelo lado das importações, observa-se queda de 22,3% na comparação trimestral e contração de 13,7% no acumulado do ano.

A inflação, medida pelo IPCA na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), atingiu 1,37% no terceiro trimestre (0,76% no segundo). Os preços dos itens de alimentação em domicílio (principalmente, carnes, leite e arroz) e de monitorados (gasolina, gás de botijão) pressionaram o índice geral. Por outro lado, os preços de serviços apresentaram variação negativa, ressaltando-se a influência nos itens de educação e passagens aéreas. O índice de difusão passou de 47,9% no trimestre anterior para 56,0%.

Considerados períodos de doze meses, a inflação atingiu 3,06% em setembro, frente a 1,86% em junho. A variação de preços em alimentação no domicílio alcançou 17,13%, sendo determinante para a aceleração do IPCA, uma vez que os demais grupos tiveram impacto moderado no indicador, com variações de 1,47% em produtos industrializados, 1,01% em serviços e 0,09% em itens monitorados.

4.2 Rio de Janeiro

A atividade econômica fluminense mostrou importante recuperação no trimestre encerrado em agosto, após ter sido severamente impactada pelos efeitos da pandemia no trimestre anterior. O bom desempenho foi disseminado, com resultados positivos na indústria, no comércio e no setor de serviços, beneficiados pela expansão do crédito, pelo aumento da confiança empresarial e pelo aumento da mobilidade. Nesse cenário, o IBCR-RJ avançou 2,1% em relação ao trimestre terminado em maio, quando recuara 7,5%, considerando a série com ajuste sazonal.

As vendas do comércio ampliado cresceram 22,5% no trimestre terminado em agosto (-21,3% no trimestre finalizado em maio), de acordo com dados dessazonalizados da PMC/IBGE, favorecidas pelo pagamento do auxílio emergencial, pela expansão do crédito às pessoas físicas e pela redução do distanciamento social. Houve aumento de vendas em nove dos dez segmentos pesquisados.

Em linha com o comércio, o volume de serviços não financeiros no estado expandiu 3,0% no trimestre encerrado em agosto, após decréscimo de 15,5% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da PMS/IBGE. O resultado na margem foi influenciado, principalmente, pelos desempenhos positivos dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e dos serviços prestados às famílias, incluindo restaurantes, hotéis e salões de beleza, que começaram a recuperar as perdas provocadas pela pandemia.

Dados mais tempestivos corroboram os sinais de recuperação da atividade no estado. Segundo dados da CIP/SLC, o volume total de aquisições de bens e serviços através do uso de cartões de débito retornou ao patamar anterior ao início da epidemia, com destaque, no período mais recente, para alojamento e alimentação, importante setor da economia fluminense, e para o segmento de outros serviços pessoais, refletindo a continuidade do abrandamento do isolamento social e o retorno gradual do turismo e dos deslocamentos empresariais para o estado (a quantidade média de voos diários nos dois principais aeroportos do estado, que em abril representava apenas 4,2% do volume no período pré-pandemia, alcançou 27,2% em setembro, e 32,8% em outubro, até o dia 5).

Gráfico 4.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados
2019 = 100

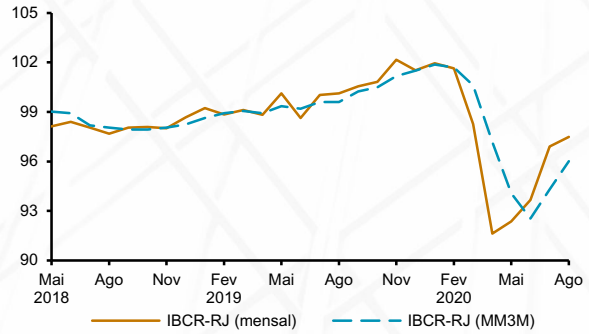
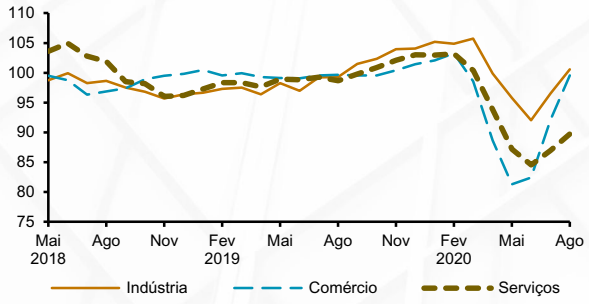
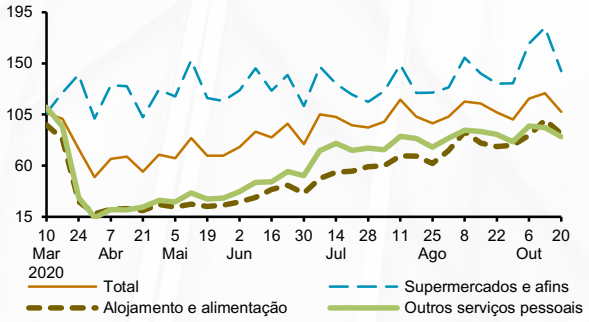


Gráfico 4.2.2 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



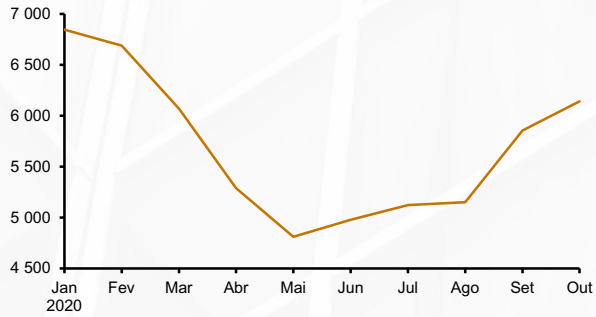
Fonte: IBGE

Gráfico 4.2.3 – Vendas com cartão de débito – Rio de Janeiro
Média das semanas entre 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB

Gráfico 4.2.4 – Consumo total de energia elétrica – Rio de Janeiro
MWm (média diária) – outubro dados até dia 16



Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

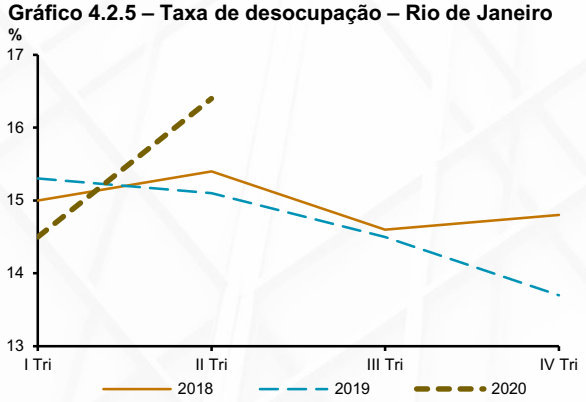
Tabela 4.2.1 – Produção industrial – Rio de Janeiro
Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2020		
		Mai[2/]	Agoi[2/]	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-8,7	5,0	4,1
Indústrias extrativas	28,1	-2,9	9,0	22,0
Indústrias de transformação	71,9	-14,1	5,1	-5,1
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	-6,6	-6,8	3,8
Metalurgia	10,4	-13,3	10,8	-3,6
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-66,4	59,8	-27,1
Bebidas	3,9	-9,1	23,5	-4,0

Fonte: IBGE
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.
2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 4.2.5 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)

Tabela 4.2.2 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro
Novos postos

No mês (em mil)

Discriminação	2020		
	Jun	Jul	Ago
Total	-16,8	-6,7	5,6
Indústria de transformação	-1,1	0,4	1,7
Comércio	-3,8	0,5	2,1
Serviços	-12,7	-8,0	-1,1
Construção civil	-0,5	0,9	2,9
Agropecuária	1,1	-0,4	-0,2
Serviços ind. utilidade pública	-0,1	-0,0	0,1
Outros[1/]	0,2	-0,1	0,2

Fonte: Caged
1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O consumo total de energia elétrica no estado, divulgado pela CCEE, reforça a continuidade da recuperação da atividade econômica. Em outubro, até o dia 16, o consumo médio diário de energia aumentou 27,6% em relação a maio, mês em que o indicador atingiu o menor nível da série. O patamar do indicador em outubro já é superior ao registrado em março, mas ainda é 8,2% inferior ao nível observado em fevereiro de 2020.

Assim como o comércio e o setor de serviços, a indústria fluminense retomou sua trajetória de expansão, avançando 5,0% no trimestre terminado em agosto. Enquanto a indústria de transformação cresceu 5,1%, com destaque para a recuperação do segmento de veículos automotores, o segmento extrativo aumentou 9,0% no período.

Dados da PNAD Contínua, do IBGE, evidenciam os impactos da epidemia no mercado de trabalho do estado, que opera com elevada ociosidade. A taxa de desocupação (15,8%) avançou 1,3 p.p. no segundo trimestre de 2020, em relação ao primeiro trimestre, de acordo com dados dessazonalizados, reflexo da queda de 12,4% da população ocupada e de 11,1% na força de trabalho. Na comparação interanual, a taxa de desemprego também aumentou 1,3 p.p. Dados mais recentes da PNAD COVID19 revelam que a taxa de desocupação no estado permaneceu em elevação de julho para agosto, apesar do acréscimo da população ocupada.

No mercado formal, o emprego mostra ligeira recuperação em agosto, reflexo da recuperação da atividade econômica. Segundo o Caged, foram criados 5,6 mil empregos em agosto, após eliminação de 170 mil postos de trabalho no período de março a julho de 2020. O índice de emprego formal, na série com ajuste sazonal, recuou 2,4% no trimestre finalizado em agosto, mas avançou 0,2% em agosto na comparação com o mês anterior.

O mercado de crédito evoluiu positivamente no trimestre finalizado em agosto, repercutindo a retomada das operações contratadas por pessoas físicas e a continuidade do aumento dos empréstimos destinados a pessoas jurídicas. A carteira de pessoas físicas expandiu 4,0% no trimestre, após recuo de 2,4% no trimestre anterior, com destaque para as modalidades cartão de crédito à vista, financiamentos imobiliários e crédito consignado. As operações com pessoas jurídicas cresceram 1,8%, ante elevação de 9,7% no trimestre anterior, refletindo,

Gráfico 4.2.6 – Evolução dos preços livres – Rio de Janeiro
Variação % em 12 meses

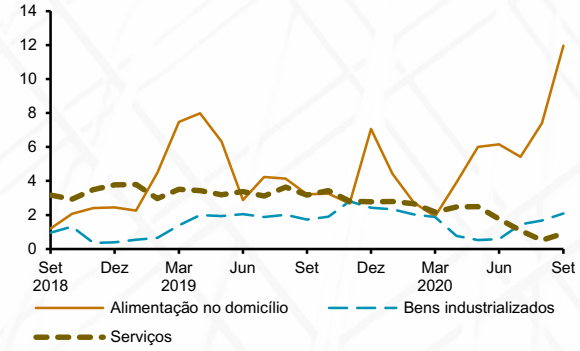
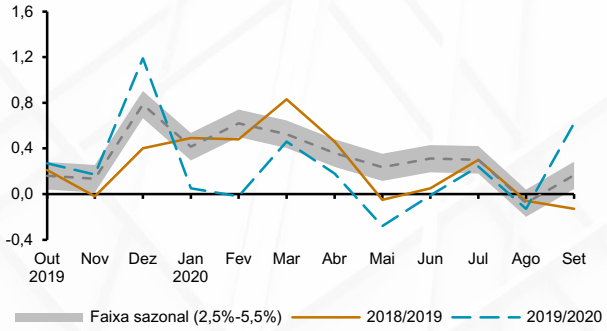


Gráfico 4.2.7 – IPCA RMRJ – Padrão sazonal
Variação % mensal



Fontes: IBGE e BCB

principalmente, o aumento nos financiamentos para empresas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás.

A balança comercial apresentou *superavit* de US$461 milhões nos primeiros nove meses de 2020 (US$4,7 bilhões em igual período de 2019), de acordo com o Ministério da Economia (ME). O desempenho refletiu, principalmente, o recuo das exportações, 17,6%, com ênfase na queda dos preços[11] (25,8%). As importações cresceram 3,2%, ressaltando-se o aumento nas aquisições de bens de capital, principalmente as importações fictas de plataformas de petróleo.

O IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) variou 0,73% no terceiro trimestre (-0,11% no trimestre anterior). A inflação no período foi impactada, em grande parte, pela reversão dos preços monitorados, de -0,90% para 0,51%, com destaque para as variações de gasolina e dos produtos farmacêuticos, e dos preços de bens industrializados, de -0,33% para 1,66%, destacando-se as altas em higiene pessoal e etanol. A inflação no setor de serviços permaneceu com variação negativa (-0,22%), repercutindo, principalmente, a queda nos preços dos itens de educação. O índice de difusão médio alcançou 52,8% no período, ante 43,2% no trimestre anterior.

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMRJ variou 2,77% em setembro, ante 3,00% em setembro de 2019, refletindo as desacelerações dos preços de serviços e dos preços monitorados.

11/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

4.3 São Paulo

A economia de São Paulo mostra trajetória de recuperação, após impacto negativo dos efeitos da pandemia da Covid-19. O IBCR-SP aumentou 5,3% no trimestre encerrado em agosto ante o finalizado em maio, condicionado pelo desempenho do comércio, indústria e, em menor proporção, pelo setor de serviços, ainda impactado pelo maior isolamento social. A construção civil, principalmente o segmento relacionado à construção residencial, também apresenta melhoria na margem.

O auxílio emergencial do Governo Federal, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, tem estimulado o consumo. Nesse contexto, as vendas do comércio ampliado cresceram 22,0% no trimestre encerrado em agosto frente ao terminado em maio quando recuaram 21,0% no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Excluindo os segmentos de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, as vendas do comércio varejista aumentaram 11,2% nesse trimestre frente a queda de 9,4% naquele encerrado em maio.

Os indicadores de confiança relacionados ao consumo sugerem cenário mais otimista entre os agentes econômicos. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado mensalmente pela Fecomércio-SP, avançou de 100,4 em junho para 108,4 pontos em setembro, influenciado pelo indicador relacionado às expectativas (135,8 pontos). No mesmo sentido, o Icec atingiu 85,9 pontos em setembro (61 pontos em junho).

Com a redução gradual do isolamento social em São Paulo, o volume de serviços não financeiros cresceu 3,2% no trimestre encerrado em agosto ante o trimestre de maio (PMS/IBGE, dados dessazonalizados), com recuperação disseminada por todos os segmentos, exceto serviços profissionais, administrativos e complementares (-5,2%). Dados mais recentes evidenciam a recuperação de segmentos mais dependentes do contato social. Nesse sentido, o setor de alojamento e alimentação aumentou as vendas por cartão de débito (dados CIP/SLC) em 11,6%, na média das quatro semanas finalizadas em 20 de outubro em relação ao mesmo período de quatro semanas anteriores.

Gráfico 4.3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – São Paulo
Dados dessazonalizados
2019 = 100

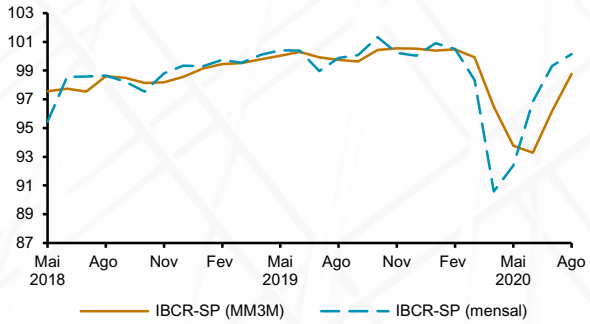
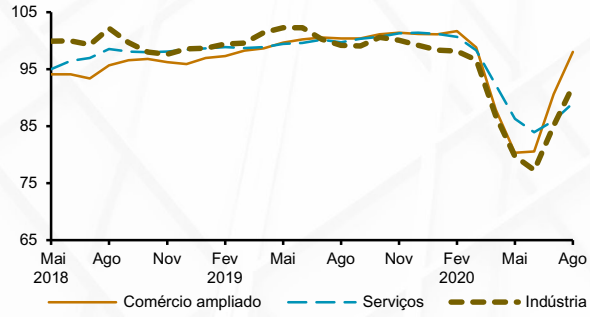
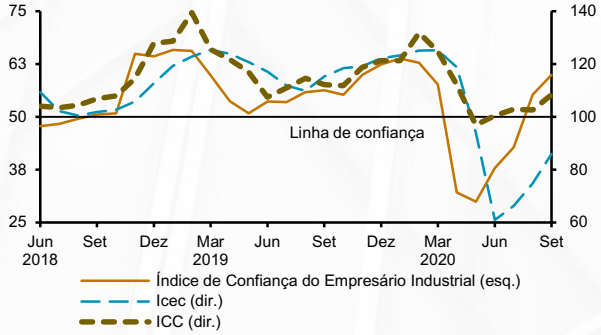


Gráfico 4.3.2 – Comércio, serviços e indústria – São Paulo
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2019 = 100



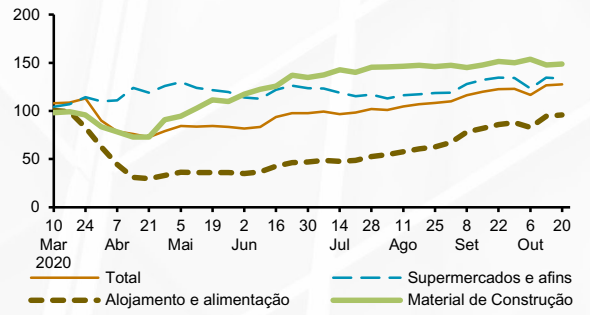
Fonte: IBGE

Gráfico 4.3.3 – Confiança dos agentes – São Paulo
Em pontos – dados mensais



Fontes: Fecomercio-SP e CNI

Gráfico 4.3.4 – Vendas com cartão de débito – São Paulo[1/]
Média das semanas de 7.1.2020 a 25.2.2020 = 100

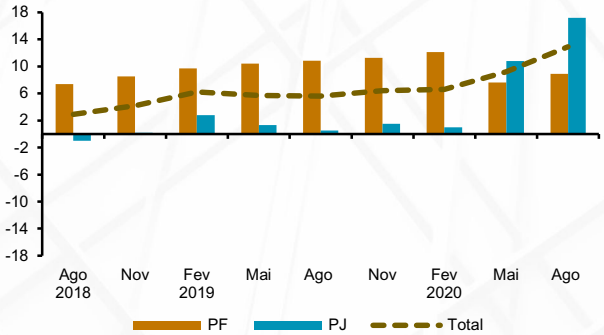


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB
1/ Média móvel de quatro semanas.

Indicadores do mercado imobiliário sinalizam desempenho positivo para a construção. Segundo pesquisa do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), as vendas de unidades residenciais novas na cidade de São Paulo cresceram 12,7% no acumulado de doze meses até setembro, comparado ao mesmo período de 2019. Ressalte-se que a significativa recuperação das vendas a partir de maio indica que a expectativa de retração do setor, em razão da pandemia, não se concretizou.

Gráfico 4.3.5 – Evolução do saldo das operações de crédito[1/] – São Paulo

Variação em 12 meses – %



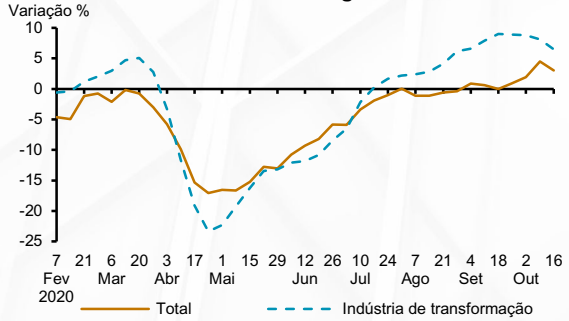
1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

As operações de crédito com pessoas jurídicas continuaram com bom desempenho em São Paulo, porém em desaceleração, com crescimento de 6,0% no trimestre encerrado em agosto (9,5% em maio), em função principalmente do capital de giro. Por sua vez, os empréstimos às pessoas físicas aumentaram 4,0% no trimestre, especialmente em função do cartão de crédito à vista, em linha com a elevação do consumo em contexto de redução gradual do isolamento social, e do financiamento imobiliário.

No mercado de trabalho formal, de acordo com o Caged, entre os meses de março e junho de 2020 foram eliminados 498,0 mil postos de trabalho. Nos meses de julho e agosto, voltou a haver contratações líquidas de trabalhadores formais, acumulando 97,7 mil novas vagas, com destaques para indústria, comércio e construção.

Gráfico 4.3.6 – Consumo de energia – São Paulo[1/]

Variação %



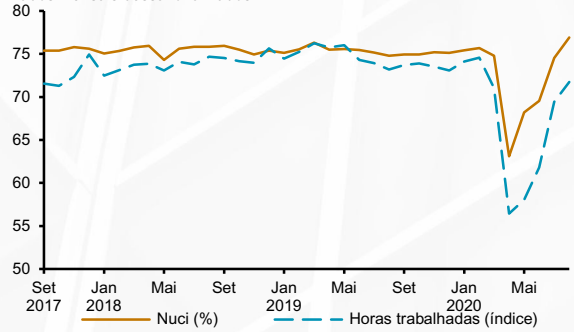
Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); elaboração BCB

1/ Variação da média de quatro semanas em relação a igual período do ano anterior, com ajuste para dias úteis.

A indústria paulista cresceu 15,3% no trimestre encerrado em agosto, comparativamente ao trimestre até maio, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE, com alta em 15 dos 18 setores. Números mais recentes do consumo de energia elétrica (dados da CCEE) da indústria de transformação indicam acomodação na margem. Na média das quatro semanas finalizadas em 16 de outubro ante o mesmo período de quatro semanas anteriores, houve aumento de 0,6%, com destaque para o segmento de metalurgia (3,1%), provavelmente atendendo, em parte, a demanda dos fabricantes de automóveis e da construção civil.

Gráfico 4.3.7 – Nuci e horas trabalhadas na produção industrial – São Paulo

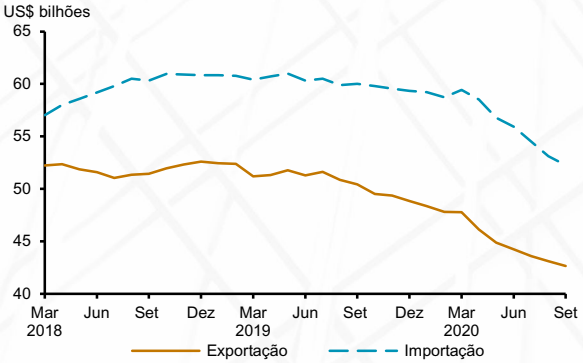
Dados mensais dessazonalizados



Fonte: Fiesp

De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o total de horas trabalhadas na produção, em agosto, situou-se 3,8% abaixo de fevereiro (mês anterior aos impactos provocados pela Covid-19). Nessa comparação, três setores apresentam resultados positivos: borracha e plástico, alimentos e móveis. O Nuci recuperou-se e atingiu 76,9% em agosto (maior nível desde junho de 2015). Em relação à confiança dos empresários, o Icei

Gráfico 4.3.8 – Balança comercial – Sudeste
Acumulado em 12 meses



Fonte: Ministério da Economia

atingiu 52,6 pontos, na média do trimestre finalizado em setembro (33,3 pontos em junho). Houve melhora tanto na percepção em relação às condições atuais quanto no componente associado às expectativas.

Refletindo a queda na atividade econômica, o *deficit* comercial de São Paulo diminuiu de US$8,4 bilhões, nos primeiros nove meses de 2019, para US$7,5 bilhões, no mesmo período em 2020. As importações recuaram 15,8%, em decorrência das retrações de 3,2% dos preços[12] e de 13,0% do *quantum*, enquanto as exportações caíram 17,0%, resultante de variações de -10,2% nos preços e de -7,6% no *quantum*. Houve retração nas vendas de manufaturados (26,9%) e de produtos básicos (7,4%).

12/ Os índices de preço e *quantum* não incluem as exportações e importações de plataformas de petróleo.

Região Sul

5

Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Região Sul
Dados dessazonalizados
2019 = 100

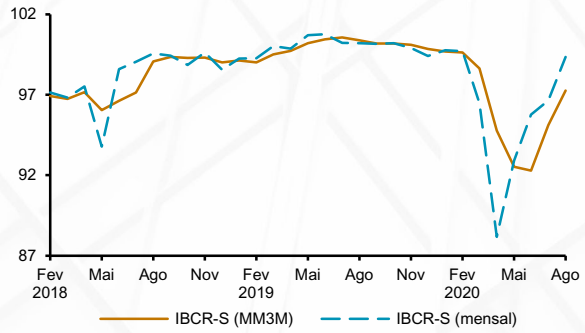
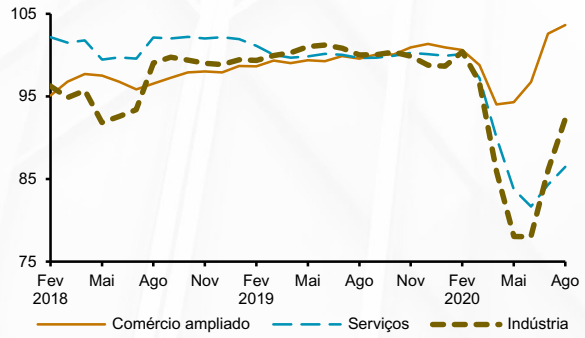


Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria – Sul
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

O conjunto de informações disponíveis nesse Boletim sugere recuperação gradual da economia, em linha com a evolução relativamente mais positiva da crise sanitária. Os processos de retomada, estimulados pelos programas de governo, mostram-se distintos entre os setores e com baixa intensidade no mercado de trabalho.

O nível de atividade no Sul – medido pelo IBCR-S – avançou 5,1% no trimestre encerrado em agosto, na comparação com o finalizado em maio, quando a queda de 7,1% repercutira os efeitos da pandemia. A despeito da evolução na margem, a atividade permanece em patamar deprimido – o IBCR-S contraiu 2,5% em relação ao intervalo pré-crise[13], 4,0% no ano e 2,3% em doze meses até agosto.

No âmbito do comércio, o aumento nas vendas resultou da combinação do retorno do varejo não essencial, ampliação da mobilidade,[14] alteração no padrão de gastos das famílias e auxílio emergencial.[15] A PMC assinalou crescimento significativo no trimestre finalizado em agosto, porém em ritmos diferentes, se considerado o conceito restrito (9,9%) e o ampliado (19,1%), que inclui os segmentos automotivo e de material de construção. Essas trajetórias distintas decorreram, em especial, da recuperação do comércio de veículos, após forte retração no intervalo anterior. Comparativamente ao bimestre pré-crise, a região recompôs o volume de vendas ampliadas e o varejo restrito expandiu 3,6%, condicionado pela mudança no perfil de gastos das famílias, que confirma o deslocamento para o comércio de gastos de serviços.

O aquecimento do mercado de veículos atestado pela PMC prosseguiu em setembro. Considerando dados livres de influência sazonal da Fenabrave, houve

13/ Para fins de comparação, o primeiro bimestre de 2020 foi definido como o intervalo pré-pandemia da Covid-19.

14/ De acordo com o *Google Mobility Report*, a visitação a locais de varejo e lazer, que havia diminuído cerca de 60% no auge da crise sanitária, na comparação com o período pré-pandemia (semana encerrada em 8.3.2020), atenuou a queda para próximo de 30% no final de agosto e de 25% na semana encerrada em 20.10.2020.

15/ A concessão do auxílio emergencial atingiu 29% dos domicílios da região em agosto, segundo a PNAD COVID19 do IBGE, e, de acordo com o Portal Transparência, totalizou R$10,9 bilhões no trimestre encerrado nesse mês.

acréscimo de 8,8% nos licenciamentos de automóveis e de comerciais nesse mês. Apesar da reação, no ano até setembro foram licenciados 228,5 mil veículos, 28,0% aquém dos de igual intervalo de 2019.

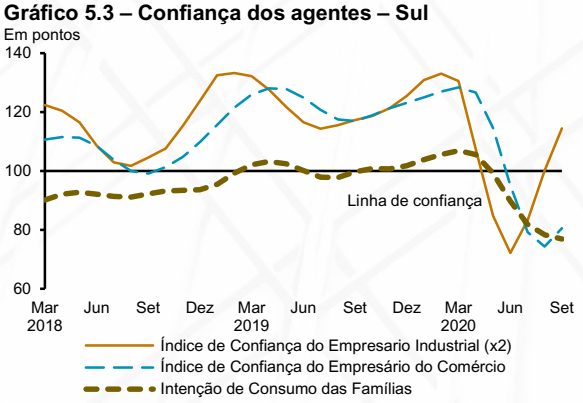
A confiança dos empresários do comércio ainda não retornou ao patamar anterior ao início da pandemia, a despeito da recuperação das vendas do setor. O Icec da CNC atingiu 89,4 pontos em setembro[16], após mínima histórica em junho (71 pontos), com perspectivas otimistas para os próximos meses e avaliação pessimista da situação atual. Embora possivelmente influenciado pela sazonalidade das admissões temporárias para o final do ano, o item relativo à contratação de funcionários aumentou 22 pontos na passagem de junho para setembro. Nesse período, as famílias mantiveram em baixa suas intenções de consumo – o ICF totalizou 76,4 pontos em setembro.

O volume de serviços não financeiros expandiu 3,2% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando a queda de 16,3% repercutira, sobretudo, o menor volume de serviços às famílias (-47,7%)[17]. Note-se que entre os meses de junho e agosto muitos deles (como cursos, estádios de futebol, academias esportivas e restaurantes) ainda estavam com restrições de funcionamento, o que justifica o retorno apenas parcial da atividade. O crescimento na margem foi puxado pelos serviços às empresas (8,8%). Em doze meses, a PMS – em queda desde o segundo semestre de 2018 – aprofundou a retração, para 7,9% em agosto.

Dados mais tempestivos sugerem continuidade da recuperação da demanda. O valor nominal das aquisições de bens e serviços efetuadas com cartão de débito (CIP/SLC) subiu 4,5% na comparação da média de quatro semanas finalizadas em 20 de outubro com as quatro semanas imediatamente anteriores.

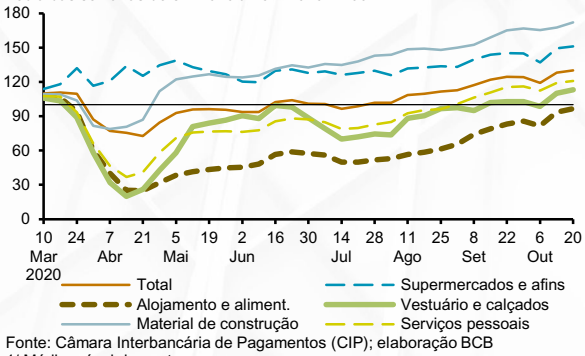
De acordo com dados para o segundo trimestre, a taxa de desocupação alcançou 8,9%, segundo a PNAD Contínua. Na comparação interanual, a elevação foi condicionada por redução mais intensa na ocupação (PO) do que na força de trabalho (FT). Nessas bases, houve aumento de 3,2% no rendimento médio real habitual e queda de 2,5% na massa de rendimentos. Considerando dados corrigidos para a sazonalidade, o desemprego ampliou de 7,5% no primeiro trimestre

Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul



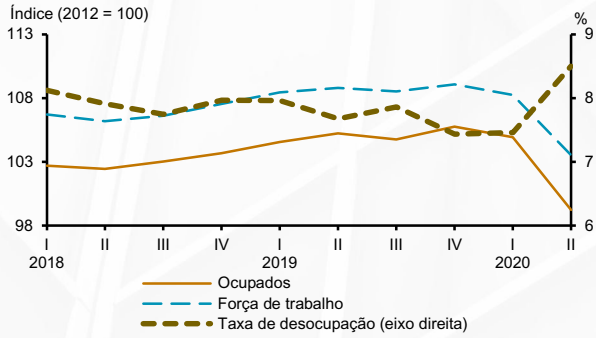
Fontes: CNI e CNC

Gráfico 5.4 – Vendas com cartão de débito – Sul[1/]



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB
1/ Média móvel de quatro semanas.

Gráfico 5.5 – Ocupados, força de trabalho e taxa de desocupação – Sul [1/]



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

16/ 100 pontos indicam neutralidade.
17/ A PMS não inclui os serviços de saúde e educação.

Tabela 5.1 – Evolução do emprego formal – Sul

Novos postos de trabalho

Acumulado no trimestre (em mil)[1/]

Discriminação	2019		2020[2/]		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	10,9	80,2	67,9	-313,6	64,5
Indústria de transformação	-9,4	3,2	25,6	-100,0	41,8
Comércio	-0,6	36,0	1,7	-77,0	9,2
Serviços	18,8	29,4	33,3	-106,7	2,8
Construção civil	3,3	3,0	4,8	-11,6	11,5
Agropecuária	-1,6	8,2	3,9	-9,7	1,6
Serviços ind. de utilidade pública	-0,2	0,0	0,1	-1,1	0,2
Outros[3/]	0,6	0,4	0,0	-7,5	-2,6

Fonte: Ministério da Economia

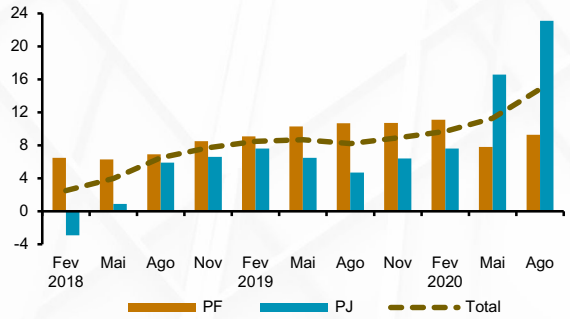
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Dados do Novo Caged sem ajuste para 2020.

3/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Gráfico 5.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$ 1 mil.

Tabela 5.2 – Produção agrícola – Sul

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/] 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	74,6	73 627	-4,7
Soja	46,2	34 234	-7,7
Milho	14,0	22 075	-12,0
Arroz	7,6	9 133	9,1
Trigo	3,8	6 014	31,7
Feijão	2,2	770	-5,6
Outras lavouras			
Fumo	7,1	666	-9,4
Cana-de-açúcar	3,2	41 026	0,3
Mandioca	2,6	4 743	7,7
Batata-inglesa	2,2	1 250	-5,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2019.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2020.

para 8,5% no segundo, com quedas na FT e, mais intensa, na PO.

Estatísticas do mercado de trabalho formal evidenciam o baixo ritmo de recomposição dos empregos no trimestre até agosto, com exceção da construção civil. A prestação de serviços, cujas atividades ainda refletem as restrições ao funcionamento e o isolamento social, foram as mais impactadas. A despeito da debilidade da reação, houve contratação de trabalhadores na quase totalidade dos segmentos com carteira assinada no trimestre.

De acordo com informações para setembro da PNAD COVID19 do IBGE, o percentual de horas efetivamente trabalhadas, em relação às habituais, evoluiu positivamente desde maio, passando de 77,0% para 88,6%.[18] A massa real de rendimentos cresceu 2,1% a.m. no mesmo intervalo. Apesar disso, no último mês, registrou-se aproximadamente 1,5 milhão de desocupados e 3,6 milhões de trabalhadores informais. Esses dados, juntamente com o alcance do auxílio emergencial para 30,7% dos domicílios na região, ratificam a precariedade do mercado de trabalho e mostram a importância do pagamento desse auxílio para a elevação no rendimento real *per capita* médio efetivamente recebido por essas famílias nessa fase da pandemia (2,5% a.m. de maio a setembro).

O mercado de crédito seguiu em expansão no Sul, com o aumento de 4,7% no trimestre encerrado em agosto sendo determinado tanto pelo dinamismo nas linhas a pessoas jurídicas (6,7%, ante 9,9% em maio) quanto pela retomada no crescimento do saldo a pessoas físicas (3,3%, ante -0,9% em maio). Em relação às empresas, a redução trimestral de 9,4% nos financiamentos à exportação foi compensada pelo avanço de 15,8% na modalidade de capital de giro e pela elevação de 81,8% em outros créditos direcionados, rubrica que contabiliza os saldos dos programas Pronampe e PEAC/FGI. A redução gradual das medidas de afastamento social sustentou a retomada nos gastos com cartão de crédito à vista pelas famílias, que avançaram 12,8% no trimestre.

A estimativa de setembro para a produção agrícola em 2020, permaneceu em 73,6 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, volume inferior ao do ciclo anterior, por conta de quedas em soja e milho no RS, mitigadas pela expansão esperada em trigo. A

18/ Estatísticas devem ser usadas com cautela, pois ainda estão em fase de testes e avaliação.

Tabela 5.3 – Produção industrial – Sul

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2020		
		Mai[2/]	Ago[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-22,2	18,1	-7,1
Produtos alimentícios	19,7	1,2	-0,9	4,4
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-56,1	49,7	-23,3
Máquinas e equipamentos	8,8	-19,7	18,8	-16,6
Deriv. petróleo e biocombustíveis	8,3	-8,4	10,4	1,2
Outros produtos químicos	5,7	-0,4	2,0	-8,5
Vestuário	3,9	-40,0	17,3	-18,1
Calçados	3,3	-42,6	-12,6	-20,9

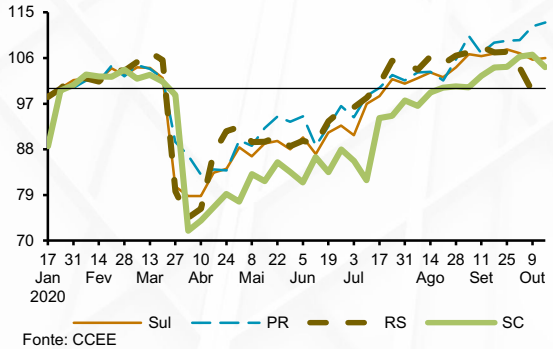
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.7 – Consumo de energia – Ind. transformação

Média entre 6.1.2020 e 21.2.2020 = 100



Fonte: CCEE

Tabela 5.4 – Comércio exterior – Sul

Janeiro-setembro

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	33 298	29 654	-10,9
Básicos	16 111	16 651	3,4
Industrializados	17 187	13 003	-24,3
Semimanufaturados	3 327	2571	-22,7
Manufaturados	13 860	10 432	-24,7
Importações	29 602	23 958	-19,1
Bens de capital	3 795	3 031	-20,1
Bens intermediários	18 455	15 205	-17,6
Bens de consumo	5 126	3 895	-24,0
Combustíveis	2 226	1 827	-17,9
Saldo comercial	3 696	5 696	54,1

Fonte: Ministério da Economia

cultura de arroz – cultivada em sistema de irrigação e concentrada no RS – teve sua colheita encerrada, e a quantidade superou marginalmente a inicialmente projetada. Dentre as demais lavouras, destaque para a diminuição nos volumes esperados de fumo e batata-inglesa, e o crescimento em mandioca.

A indústria recuperou parte da queda do produto ocorrida em função da pandemia, assinalando expansão em quinze das dezoito atividades no trimestre findo em agosto, após recuar fortemente no trimestre finalizado em maio, de acordo com dados do IBGE, consolidados e dessazonalizados. Além dos expressivos avanços no complexo metal mecânico, houve redução na intensidade da queda na indústria calçadista, que foi severamente impactada pelo evento sanitário. Comparado com o período pré-pandemia, seis atividades superaram o nível de produção e alguns segmentos enfrentam dificuldade de reposição de insumos.

Estatísticas mais recentes do consumo de energia pela indústria de transformação, disponibilizadas pela CCEE, apontam continuidade na recuperação da atividade fabril regional. Todavia, assinale-se que a demanda pelo insumo, após superar o patamar pré-pandemia nos três estados, registrou desaceleração em outubro (dados até 16.10.2020).

O *superavit* da balança comercial aumentou nos nove primeiros meses do ano, com redução mais intensa nas importações, relativamente às exportações. Excluídas as operações no âmbito do Repetro, houve crescimento de 0,6% no *quantum* exportado e recuo de 7,6% nos preços. As vendas de produtos básicos (56% da pauta) – beneficiados pela elevação na demanda e avanço nas cotações de *commodities* – expandiram 3,4%. As importações apresentaram retração nos preços (9,5%) e nas quantidades (10,8%), repercutindo a menor atividade e a depreciação cambial. A China sobressaiu como o principal parceiro do Sul, adquirindo 32,7% e fornecendo 27,1% dos produtos comercializados.

No âmbito fiscal, única região a apresentar *deficit* em doze meses até agosto, o primário consolidado dos governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Sul foi condicionado pela deterioração dos resultados no PR e RS, relativamente à posição em dezembro de 2019. Nessa base de comparação, a necessidade de financiamento regional ampliou 73,3% e a dívida pública, 3,9%, totalizando R$130 bilhões em agosto.

Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul[1/]

R$ milhões

UF	Dezembro de 2019			Agosto de 2020		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida[2/]	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal[3/]		Primário	Nominal[3/]
PR	10 049	-2 112	-1 370	7 619	941	1 449
RS	94 912	855	5 481	104 609	3 581	7 750
SC	20 096	- 387	503	17 724	-1 896	-1 202
Total (A)	**125 058**	**-1 644**	**4 614**	**129 952**	**2 626**	**7 997**
Brasil[4/] (B)	**908 220**	**-16 518**	**32 197**	**947 423**	**-25 729**	**16 046**
(A/B) (%)	**13,8**	**10,0**	**14,3**	**13,7**	**-10,2**	**49,8**

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e municípios. Dados preliminares.
2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.
3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.
4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

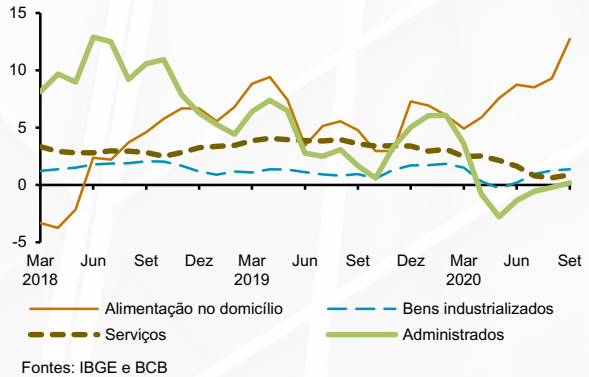
Tabela 5.6 – IPCA – Sul

Variação % no período ıo período

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,02	-0,71	1,35	2,50
Livres	74,0	3,68	0,15	0,97	3,33
Alimentação no domicílio	14,4	7,29	2,78	3,71	12,76
Bens industrializados	25,1	1,69	-0,58	1,11	1,37
Serviços	34,5	3,38	-0,38	-0,25	0,87
Administrados	26,0	5,04	-3,11	2,44	0,18
Principais grupos					
Alimentação	20,3	5,99	2,35	2,89	10,40
Habitação	14,8	2,44	-0,06	0,26	-0,96
Artigos de residência	4,1	-0,91	-0,91	3,33	0,63
Vestuário	4,9	1,15	0,35	0,22	0,71
Transportes	21,9	3,14	-4,95	3,43	-0,30
Saúde	12,2	5,92	-0,68	-0,10	0,42
Despesas pessoais	10,5	5,66	-0,25	-0,03	3,07
Educação	5,6	4,67	0,19	-3,14	1,10
Comunicação	5,9	1,32	1,29	0,50	2,86

Fonte: IBGE
1/ Referentes a setembro de 2020.

Gráfico 5.8 – IPCA – Sul
Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

A arrecadação de ICMS dos estados do Sul aumentou 3,3% em termos nominais no terceiro trimestre de 2020, em relação a igual período de 2019, após o impacto do menor nível de atividade econômica, especialmente no segundo trimestre (-18,2% interanual). As transferências constitucionais aos estados e municípios do Sul, exclusive Fundeb, totalizaram R$20,9 bilhões em doze meses até setembro, valor 3,8% inferior ao de igual intervalo anterior.

O IPCA do Sul registrou aceleração na passagem do segundo para o terceiro trimestre, tanto nos preços livres quanto nos monitorados. Nesse segmento, o movimento de reajuste foi mais intenso e refletiu, principalmente, o preço da gasolina, cuja alta de 11,45% no trimestre anulou a queda observada no trimestre anterior. O comportamento dos livres repercutiu, em especial, a alta em alimentação no domicílio (destaque para leite e arroz) e bens industriais (etanol). Apontando maior disseminação nos reajustes, o índice de difusão – percentual de itens com elevação de preços – atingiu 54,5% no terceiro trimestre, ante 46,7% no segundo. Em doze meses encerrados em setembro, o IPCA do Sul registrou variação de 2,50% ante 1,51% em junho.

Prospectivamente, espera-se arrefecimento na taxa de crescimento econômico do Sul nos próximos trimestres. Os efeitos sobre o consumo das famílias decorrentes da diminuição e posterior término do AE deverão ser parcialmente compensados pela redução da poupança precaucional e pela ampliação do emprego. Especificamente no mercado de trabalho, o ritmo lento que caracteriza sua evolução sugere que a retomada da economia deve ser acompanhada pela ampliação da taxa de desocupação nos próximos meses. O volume de serviços tende a ser estimulado pelas menores restrições de funcionamento e maior mobilidade das pessoas.

5.1 Paraná

O PIB paranaense retraiu 8,7% no segundo trimestre, comparativamente ao imediatamente anterior, de acordo com os dados dessazonalizados do Ipardes, refletindo recuos na agropecuária, indústria e serviços. O desempenho negativo do setor industrial foi aprofundado por queda na geração de energia elétrica, decorrente da estiagem. Indicadores mais recentes mostram recuperação da atividade econômica na margem. O IBCR-PR expandiu 1,5% no trimestre encerrado em agosto, ante diminuição de 5,3% no finalizado em maio[19], dados dessazonalizados.

A estimativa para a colheita de grãos se mantém superior à do ciclo anterior, sobretudo pela maior produção de soja. A estiagem afetou a produtividade da lavoura de trigo e, associada à irregularidade nas chuvas, característica do fenômeno *La Niña*, tem influenciado a semeadura das culturas da próxima safra de verão. Dentre as demais lavouras, destaque para o aumento nas produções de fumo e mandioca.

A maior mobilidade e o retorno gradual das atividades refletiram favoravelmente no índice de confiança dos empresários do comércio, embora permaneça em zona de pessimismo. Em setembro, observou-se crescimento nos três componentes do indicador, especialmente o relativo às condições atuais. Quanto à intenção de investimentos, destacou-se o item contratação de funcionários, possivelmente temporárias, que normalmente ocorrem próximo ao final do ano.

A disposição a consumir das famílias aumentou em setembro. A melhora foi mais significativa entre as que recebem acima de dez salários mínimos, especialmente sua perspectiva de consumo para os próximos meses. Mais afetadas pelos impactos da pandemia, a percepção da renda pessoal retraiu para as famílias na faixa até dez salários mínimos.

No trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, observaram-se variações de 15,5% no comércio ampliado, 9,9% na indústria de transformação e -2,9% nos serviços não financeiros. Houve elevação nas vendas em nove dos dez segmentos varejistas – especialmente veículos, material de construção, móveis e eletrodomésticos e tecidos, vestuário e calçados –, no volume produzido

Gráfico 5.1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Paraná
Dados dessazonalizados

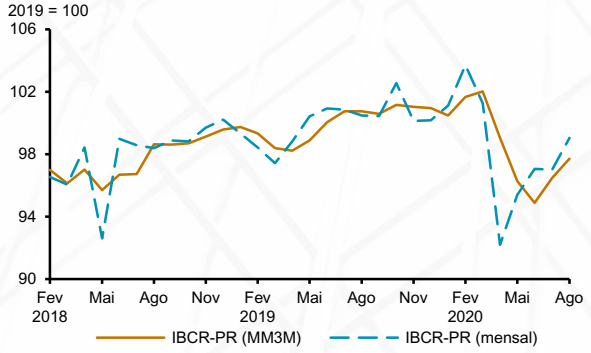


Tabela 5.1.1 – Produção agrícola – Paraná
Itens selecionados

Em mil toneladas

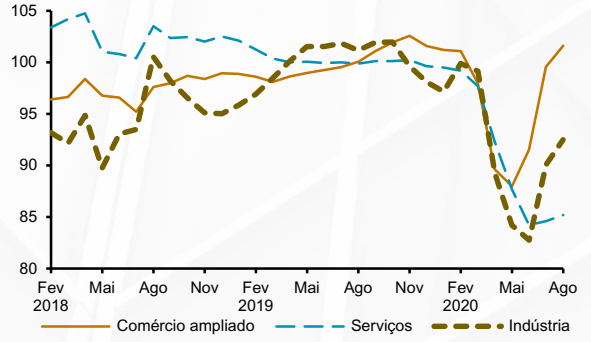
Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/] 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	76,1	40 590	12,5
Soja	46,7	20 774	28,5
Milho	20,0	15 224	-8,2
Trigo	4,5	3 323	55,8
Feijão	3,6	591	-3,9
Outras lavouras			
Cana-de-açúcar	6,9	40 294	0,5
Fumo	3,9	175	3,7
Mandioca	3,2	3 607	14,4
Batata-inglesa	2,6	762	0,4
Tomate	1,4	218	-8,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2019.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2020.

Gráfico 5.1.2 – Comércio, serviços e indústria – PR
Dados dessazonalizados
Média móvel trimestral (2019 = 100)



Fonte: IBGE

19/ A *proxy* da indústria, no IBCR-PR, considera o consumo de energia elétrica no estado, e não sua geração, em grande parte advinda da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. A metodologia de cálculo do indicador está sendo revista.

Tabela 5.1.2 – Produção industrial – Paraná

Geral e setores selecionados

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2020		
		Mai[2/]	Ago[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-15,7	9,9	-4,5
Produtos alimentícios	22,7	2,1	0,4	8,7
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-10,2	3,2	1,5
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-52,7	19,8	-22,2
Máquinas e equipamentos	6,7	-31,5	0,2	-25,8
Celulose e prod. papel	5,5	6,6	-12,4	1,4
Outros produtos químicos	4,7	-7,1	3,0	-8,8

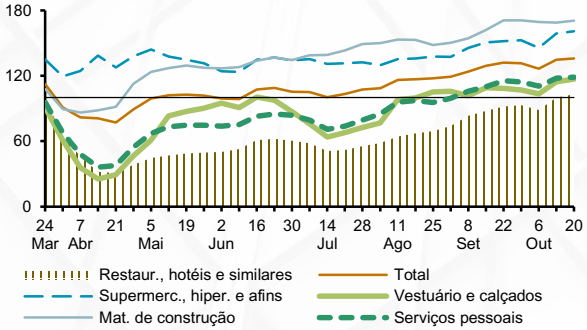
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.1.3 – Vendas com cartão de débito – Paraná[1/]

Média das semanas de 8.1.2020 a 25.2.2020 = 100

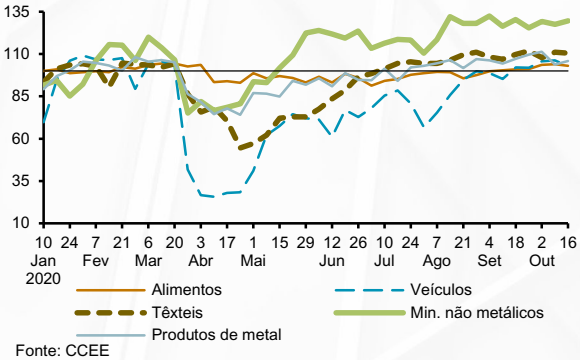


Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB

1/ Média móvel de quatro semanas.

Gráfico 5.1.4 – Consumo de energia – Ind. transf. – PR

Média entre 6.1.2020 e 21.2.2020 = 100



Fonte: CCEE

por doze das treze atividades industriais e no grupamento de serviços turísticos.

A evolução mensal dos dados dessazonalizados revela que o volume de vendas ao varejo em agosto foi 1,5% superior ao bimestre pré-crise[20], sobressaindo material de construção, móveis e eletrodomésticos e hipermercados e supermercados. Apesar de 6,5% abaixo do nível pré-pandemia, a recuperação na margem da produção fabril destacou a fabricação de produtos alimentícios, bebidas, móveis, além de produtos de madeira, minerais não-metálicos e metal, atividades impulsionadas pela sustentação da demanda das famílias e por retomada na construção civil, respectivamente. Coerente à melhoria nas vendas, a fabricação de veículos elevou marginalmente.

Informações mais tempestivas confirmam a recuperação gradual da demanda no Paraná. O total da receita nominal de vendas realizadas com cartão de débito (CIP/SLC) subiu 3,1% na comparação da média de quatro semanas finalizadas em 20 de outubro com a das quatro semanas imediatamente anteriores, com destaque para a aceleração nas transações em estabelecimentos de vestuário e calçados e desaceleração nas de restaurantes, hotéis e similares, e serviços pessoais. Relativamente ao período pré-pandemia, observou-se elevação de 36% nas vendas.

Indicadores de alta frequência sinalizam, até 16 de outubro, consumo de energia elétrica na indústria de transformação estadual 13% superior ao registrado no período de 6 de janeiro a 21 de fevereiro de 2020. Ressalte-se o comportamento da demanda pelo insumo na fabricação de produtos alimentícios e de minerais não-metálicos, coerente, pelo lado da oferta, com a expansão na produção agrícola e, do lado da demanda, pelo aumento nas vendas de supermercados e material de construção.

De acordo com dados das Secretarias da Fazenda e do Planejamento e Projetos Estruturantes do Paraná[21], o número de estabelecimentos em atividade no estado na última semana de setembro era aproximadamente equivalente ao observado no início de março. Elaborado pelo Ipardes, o valor médio diário das emissões de Nota fiscal eletrônica (NFe) em setembro subiu, comparativamente ao mês de agosto, nas atividades indústria de transformação

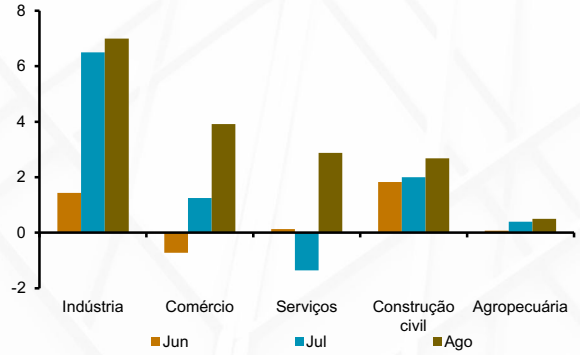
20/ Para fins de comparação, o primeiro bimestre de 2020 foi definido como o intervalo pré-pandemia da Covid-19.

21/ SEPL, SEFA e Receita Estadual, Boletim Semanal, 08 de outubro de 2020.

(16,1%), exclusive a fabricação de alimentos (8,2%), comércio atacadista (14,7%) e varejista (3,3%).

Como resultado da redução na atividade econômica – e a despeito da introdução de mecanismos para a mitigação dos efeitos e sustentação do emprego – a PNAD Contínua aponta que o mercado de trabalho foi fortemente impactado no segundo trimestre, com o PR apresentando a taxa de desemprego de 9,6%, a maior do Sul e 0,6 p.p. superior à do mesmo trimestre de 2019. Nessa base, houve aumento de 3,0% no rendimento médio real habitual e queda de 0,5% na massa de rendimentos.

Gráfico 5.1.5 – Emprego formal – Novo Caged – PR
Saldo da movimentação (em mil)

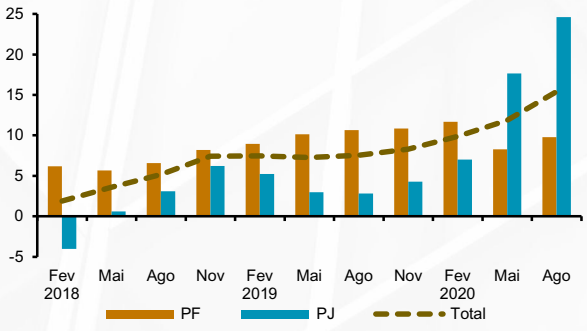


Fonte: Ministério da Economia

No início do segundo semestre, consonante à melhora na atividade econômica estadual, observou-se o início da retomada no mercado de trabalho. Foram criadas 28,7 mil vagas formais no trimestre finalizado em agosto, com a indústria (alimentação e móveis), serviços às empresas e a construção liderando as admissões líquidas. Os serviços que ainda seguem com medidas de restrição – educação e alojamento e alimentação – assinalaram os maiores desligamentos no trimestre.

Dados mais recentes ratificam o aumento do trabalho no Paraná. De acordo com a pesquisa PNAD COVID19 do IBGE, o número de horas trabalhadas, relativamente às habituais, passou de 78% em maio para 88% em setembro. A massa real de rendimentos do trabalho cresceu, em média, 1,6% a.m. no mesmo intervalo, aumentando na margem. A taxa de desocupação nesse mês situou-se em 11,1% da força de trabalho e 36% do total de domicílios paranaenses receberam auxílio emergencial.[22] Verificou-se expansão média mensal de 2,4% no rendimento real *per capita* médio efetivamente recebido por essas famílias nessa fase da pandemia.

Gráfico 5.1.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná[1/]
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

O mercado de crédito paranaense expandiu 5,3% no trimestre (3,0% em maio), reflexo do crescimento de 7,1% no saldo a pessoas jurídicas e de 4,1% a pessoas físicas. Nas modalidades livres destacam-se as operações de capital de giro às empresas (20,2%) e os gastos com cartão de crédito à vista pelas famílias (13,3%). Em relação ao crédito direcionado, a maior disponibilidade de linhas a micro, pequena e média empresa, especialmente no âmbito dos programas Pronampe e PEAC/ Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), elevou em 8,2% o saldo total desse segmento a pessoas jurídicas no estado; para as pessoas físicas, destacaram-se tanto os

22/ Estatísticas devem ser usadas com cautela, pois ainda estão em fase de testes e avaliação.

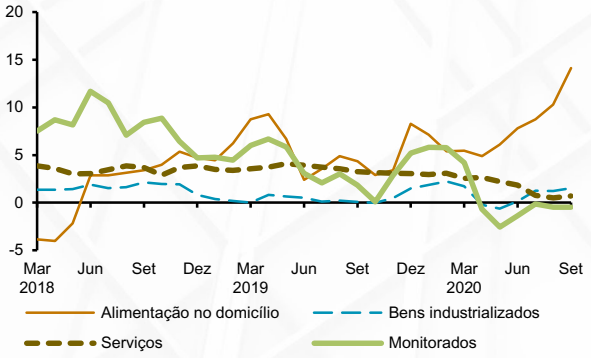
Tabela 5.1.3 – Comércio exterior – Paraná
Janeiro-setembro

US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	12 342	12 594	2,0
Básicos	6 396	7 246	13,3
Industrializados	5 946	5 348	-10,1
Semimanufaturados	1 409	1 359	-3,5
Manufaturados	4 537	3 989	-12,1
Importações	9 558	7 839	-18,0
Bens de capital	1 327	848	-36,1
Bens intermediários	5 692	5 147	-9,6
Bens de consumo	1 151	868	-24,6
Combustíveis	1 388	976	-29,7
Saldo comercial	2 784	4 755	70,8

Fonte: Ministério da Economia

Gráfico 5.1.7 – IPCA – RMC
Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

direcionamentos a financiamentos rurais (7,8%) quanto aos financiamentos imobiliários (3,6%).

A balança comercial do estado do Paraná apresentou elevação no *superavit* no período de janeiro a setembro de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, condicionada por queda das importações e crescimento das exportações. Destaque para o aumento das vendas de soja, cujo valor exportado cresceu 64,4%, atingindo US$4,1 bilhões. Assinale-se, também, a expansão de 33,8% nas vendas externas de carne suína, que totalizaram US$212,8 milhões, especialmente para Hong Kong, Cingapura, Uruguai, Vietnã e Argentina.

O IPCA da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) acelerou na passagem do segundo para o terceiro trimestre, repercutindo a trajetória tanto dos preços livres (destaque para arroz, leite e etanol) quanto dos monitorados (gasolina). O índice de difusão dos reajustes totalizou 54,9% na média do terceiro trimeste, ante 45,4% no intervalo anterior. Em doze meses encerrados em setembro, o IPCA da RMC acumulou uma variação de 2,47% (1,44% até junho), sobressaindo os reajustes de preços em itens de alimentação no domicílio.

5.2 Rio Grande do Sul

Tabela 5.2.1 – PIB

%

Discriminação	II Tri20 / I Tri20		Acumul. no ano	
	Brasil	RS	Brasil	RS
Agropecuária	0,4	-20,2	1,6	-33,3
Indústria	-12,3	-15,9	-6,5	-23,3
Ind. de transformação	-17,5	-11,6	-10,7	-11,5
Serviços	-9,7	-9,1	-5,9	-5,4
Comércio	-13,0	-6,7	-6,9	-7,2
PIB a preços de mercado	**-9,7**	**-13,7**	**-5,9**	**-10,7**

Fontes: DEE/Seplag e IBGE

Gráfico 5.2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Rio Grande do Sul

Dados dessazonalizados

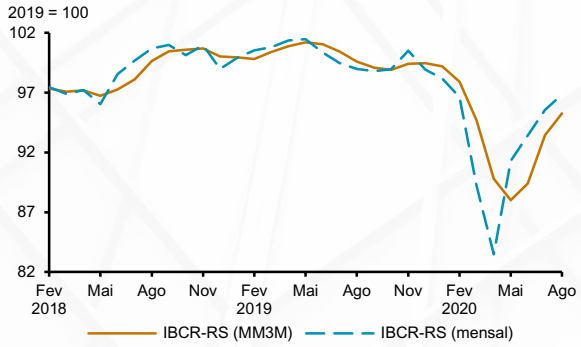
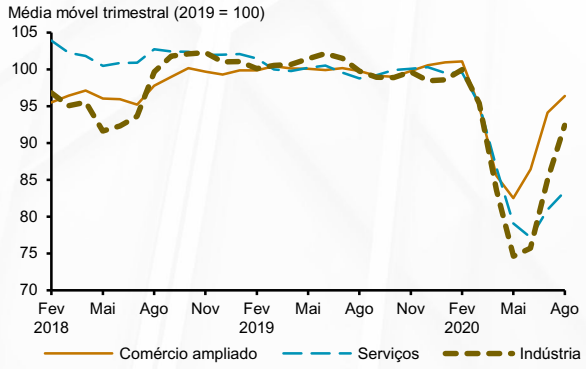


Gráfico 5.2.2 – Comércio, serviços e indústria – RS

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 5.2.2 – Produção industrial – Rio Grande do Sul

Geral e atividades selecionadas

Variação % no período

Setores	Pesos[1/]	2019	2020	
		Mai[2/]	Ago[2/]	12 meses
Indústria geral	100,0	-25,4	23,8	-6,2
Produtos alimentícios	16,4	1,5	-1,0	2,5
Veículos, reboques e carrocerias	13,8	-62,2	89,4	-25,2
Máquinas e equipamentos	12,0	-12,5	20,7	-0,7
Outros produtos químicos	10,3	-1,0	6,4	-5,3
Artef. couro e calçados	8,9	-42,6	-12,6	-49,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Os efeitos severos da estiagem e da pandemia impactaram negativamente o produto gaúcho no IITri20. O PIB do RS recuou de forma mais intensa que a média nacional, tanto no segundo trimestre quanto no primeiro semestre do ano, a despeito das menores quedas no comércio e na indústria de transformação. Dados mais recentes evidenciam retomada da atividade – o IBCR-RS aumentou 8,2% entre junho e agosto, relativamente ao trimestre anterior (-10,1%). Apesar da recuperação parcial na margem, o nível de atividade ainda está 2,2% aquém do período pré-pandemia[23] e acumulou contração de 7,2% nos oito primeiros meses de 2020.

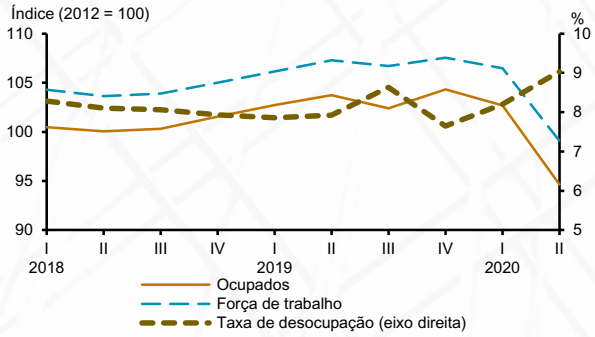
O comércio foi a atividade que menos caiu no auge da crise, em virtude da concessão do auxílio emergencial e da alteração do padrão de gastos das famílias, que priorizaram as compras de alguns segmentos, em especial de alimentos. Na sequência, a redução do isolamento promoveu a retomada da atividade de forma geral – o volume de vendas da PMC aumentou 16,8% no trimestre até agosto (-18,4% até maio). Na comparação com o intervalo anterior à crise, sobressaíram, positivamente, o comércio de material de construção (19,1%) e, negativamente, vestuário e calçados (-30,1%). Muito embora o bom crescimento na margem, as vendas automotivas não voltaram ao nível anterior.

Em linha com a recuperação da demanda, a produção de veículos automotores destacou-se no intervalo junho-agosto, consistindo na principal contribuição para o resultado da indústria de transformação no trimestre, que expandiu 23,8% sobre o anterior (-25,4%), situando-se 9,1% aquém do nível pré-crise. Nessa base de comparação, as atividades assinalaram ritmos distintos, enquanto algumas já retornaram, outras ainda apresentam patamar deprimido, como é o caso da fabricação de calçados, que foi duramente atingida na crise.

A prestação de serviços é o setor com menor impulso de retomada, e repercute, em parte, o maior isolamento social, mas também a trajetória mais fraca antes da pandemia, em relação à média nacional. Após cair 20,6% no trimestre finalizado em maio, o volume de serviços aumentou 5,5% no intervalo até agosto, segundo dados da PMS/IBGE.

23/ Para fins de comparação, o primeiro bimestre de 2020 foi definido como o intervalo pré-pandemia da Covid-19.

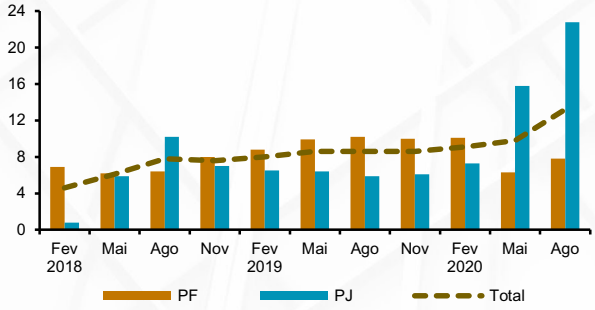
Gráfico 5.2.3 – Força de trabalho, ocupados e taxa de desocupação – Rio Grande do Sul[1/]



Fonte: IBGE (PNAD Contínua)
1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 5.2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul[1/]

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

Tabela 5.2.3 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul

Itens selecionados

Em mil toneladas

Discriminação	Pesos[1/]	Produção[2/] 2020	Variação % 2020/2019
Grãos	78,1	26 587	-23,2
Soja	50,5	11 215	-39,4
Arroz	14,7	7 766	8,3
Milho	7,6	4 152	-27,7
Trigo	3,7	2 529	10,6
Feijão	0,6	81	-12,4
Outras lavouras			
Fumo	8,1	289	-22,5
Mandioca	2,2	796	-10,4
Uva	2,1	736	10,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2019.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2020.

Comparativamente ao período anterior à crise, o volume de serviços prestados situa-se 16,0% abaixo (-51,5% nos serviços às famílias).[24]

Como resultado da redução na atividade econômica – e a despeito da introdução de mecanismos para a mitigação dos efeitos e sustentação do emprego – o mercado de trabalho foi impactado no segundo trimestre, com o RS apresentando a taxa de desemprego de 9,4%, a maior da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012, 1,2 p.p. superior à do mesmo trimestre de 2019. Nessa base, houve aumento de 1,5% no rendimento médio real habitual e queda de 7,2% na massa de rendimentos.

Especificamente no segmento com carteira, o mercado de trabalho apresentou modesta reação no trimestre até agosto, segundo dados do Caged/ME. As 3,6 mil vagas criadas representaram 3% das eliminadas no trimestre anterior, sendo que os serviços de alojamento e alimentação, de educação e de transportes, além da indústria calçadista continuaram a desempregar no trimestre encerrado em agosto.[25] Apesar disso, de acordo com a pesquisa PNAD COVID19 do IBGE, as pessoas ocupadas passaram a trabalhar mais horas – o percentual em relação ao número de horas habituais subiu de 70% em maio para 90% em setembro. A massa de rendimentos cresceu 2,6% a.m. no mesmo intervalo, acelerando na margem. Ainda segundo a mesma pesquisa, a desocupação atingiu 9,7% da força de trabalho em setembro e 29% dos domicílios gaúchos receberam auxílio emergencial nesse mês.[26]

O mercado de crédito manteve a expansão no Rio Grande do Sul, com crescimento de 3,8% no trimestre encerrado em agosto (3,2% em maio). A redução do dinamismo da carteira a pessoas jurídicas (6,2%, ante 10,4% em maio) foi compensada pela retomada no crescimento da carteira a pessoas físicas (2,3%, ante -0,8% em maio). No crédito às empresas com recursos livres, sobressaiu a expansão de 16,0% no capital de giro e, dentre as direcionadas, o aumento de 68,3% em outros créditos direcionados, os quais abrangem as linhas do Pronampe e do PEAC/FGI, voltadas principalmente a empresas de micro, pequeno e médio porte. Em relação às famílias, destaca-se o aumento de 11,6% no saldo do cartão de crédito à vista, nas linhas livres, além dos crescimentos de

24/ Muitas atividades de serviços às famílias ainda possuem restrições de funcionamento (p.ex. torcida em estádios, eventos) ou restrição de horário ou capacidade.

25/ Dados sem ajuste do Novo Caged.

26/ Estatísticas devem ser usadas com cautela, pois ainda estão em fase de testes e avaliação.

3,0% e 4,7% nos financiamentos imobiliários e rurais, respectivamente, nas linhas direcionadas.

A produção gaúcha de grãos foi prejudicada pela estiagem prolongada em 2020. Para a próxima safra de culturas de verão, as condições climáticas do fenômeno *La Niña* não alteraram significativamente o *deficit* hídrico no solo e a semeadura está atrasada para soja e milho, podendo comprometer a recuperação dessas produções. Cultivado em sistema irrigado, cerca de 60% da semeadura de arroz no RS já foi realizada.

A balança comercial do RS nos nove primeiros meses do ano repercutiu a redução na corrente de comércio, mais intensa nas importações, em linha com a desaceleração da atividade. As exportações destacaram os produtos básicos (59% da pauta), em especial soja, fumo e frango. Além disso, o aumento nas cotações internacionais do arroz ampliou as vendas em 75% no período. As importações retraíram fortemente – 11% no preço e 19,4% no *quantum*, em relação a igual intervalo de 2019. Apesar do recuo de aproximadamente 30% no valor das aquisições da Argentina, esse país foi a principal origem das compras externas do estado (18,7%), com destaque para veículos.

Dados mais tempestivos confirmam continuidade do crescimento do comércio e serviços. As vendas com cartão de débito (CIP/SLC) expandiram 4%, em valores nominais, na comparação da média de quatro semanas finalizadas em 20 de outubro com a das quatro semanas imediatamente anteriores. Destacaram-se, nessa base de análise, a aceleração nas receitas provenientes de material de construção e a desaceleração nas de estabelecimentos de alojamento e alimentação e serviços pessoais.

Indicadores coincidentes da atividade industrial sugerem aumento da produção em setembro e acomodação em outubro. De acordo com dados da Secretaria da Fazenda, o valor das NFe aumentou 25,3% em setembro, interanual, destacando as contribuições de alimentos, outros produtos químicos e produtos de metal. Informações mais contemporâneas sobre o consumo de energia na indústria de transformação gaúcha (CCEE) sugerem que a demanda pelo insumo, após atingir em meados de setembro patamar 8% superior ao período-base, desacelerou na margem, recuando para nível 2% inferior nos dados disponíveis até 16.10.2020.

Tabela 5.2.4 – Comércio exterior – RS
Janeiro-setembro

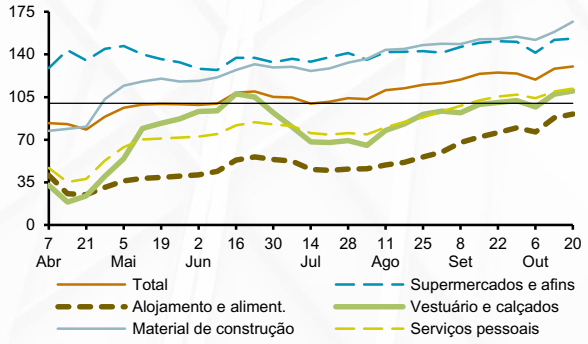
US$ milhões

Discriminação	2019	2020	Var. %
Exportações	12 816	10 921	-14,8
Básicos	6 408	6 410	0,0
Industrializados	6 407	4 511	-29,6
Semimanufaturados	1 661	955	-42,5
Manufaturados	4 746	3 556	-25,1
Importações	7 418	5 316	-28,3
Bens de capital	1 149	922	-19,8
Bens intermediários	4 762	3 092	-35,1
Bens de consumo	702	480	-31,7
Combustíveis	805	822	2,1
Saldo comercial	5 397	5 605	3,8

Fonte: MDIC/Secex

Nota: Exclusive operações no âmbito da Repetro

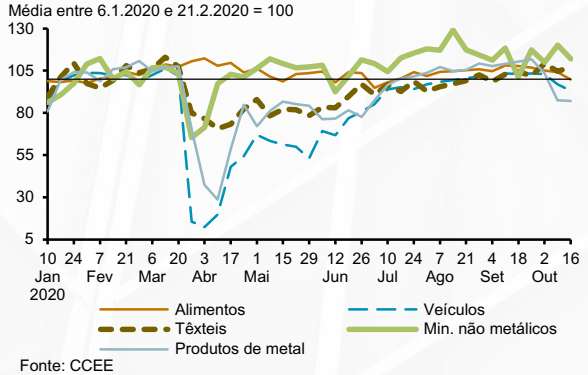
Gráfico 5.2.5 – Vendas com cartão de débito – RS[1/]
Média das semanas de 8.1.2020 a 25.2.2020 =100



Fonte: Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP); elaboração BCB

1/ Média móvel de quatro semanas.

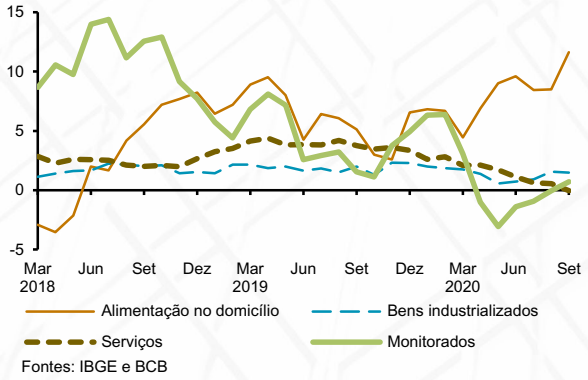
Gráfico 5.2.6 – Consumo de energia – Ind. transf. – RS
Média entre 6.1.2020 e 21.2.2020 = 100



Fonte: CCEE

Gráfico 5.2.7– IPCA – RMPA

Variação % em 12 meses



Fontes: IBGE e BCB

Tabela 5.2.5 – IPCA – RMPA

Variação % no período

Discriminação	Pesos[1/]	2019	2020		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	4,08	-0,50	1,39	2,52
Livres	72,3	3,79	0,47	0,82	3,22
Alimentação no domicílio	14,3	6,54	3,77	2,64	11,63
Bens industrializados	23,1	2,29	-0,08	0,92	1,48
Serviços	34,9	3,36	-0,47	0,00	0,85
Administrados	27,7	4,93	-2,99	2,91	0,72

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2020.

O IPCA da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) passou de deflação para alta nos preços, com aceleração nos preços livres (leite, arroz e cigarro) e, principalmente, nos monitorados (gasolina). O índice de difusão atingiu média trimestral de 51,3% em setembro, ante 46,2% em junho. Em doze meses, o IPCA da RMPA acumulou variação de 2,52% em setembro, ante 1,58% em junho.

Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

6

Os indicadores de atividade econômica divulgados desde o último Boletim Regional evidenciam que o ritmo de recuperação, após o impacto mais agudo decorrente da pandemia da Covid-19, ocorre de forma mais intensa do que o antecipado. A retomada, entretanto, acontece com comportamento heterogêneo entre as atividades. O consumo de bens, expresso pelos resultados do comércio, apresenta forte recuperação, enquanto várias atividades dos serviços, em especial aquelas mais diretamente afetadas pelo distanciamento social, permanecem deprimidas. Regionalmente, também se observa recuperação não homogênea das economias, refletindo, em alguns casos, a estrutura produtiva distinta, e, em outros, as diferenças do aumento da mobilidade e dos impulsos dos programas emergenciais.

Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC
Brasil e regiões[1/]

%

Discriminação	2019		2020		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	0,5	0,9	0,0	-11,0	5,9
Norte	1,3	0,5	0,4	-6,0	6,7
Nordeste	-0,3	0,6	0,8	-7,1	2,8
Centro-Oeste	2,3	-0,2	0,0	-2,8	0,5
Sudeste	-0,1	1,2	0,1	-6,8	4,3
Sul	0,2	-0,3	-0,5	-7,1	5,1

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

As economias regionais, após contração severa e disseminada no trimestre encerrado em maio, apresentam quadro de crescimento generalizado no trimestre encerrado em agosto. Nesse sentido, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) aumentou 5,9% no período. A evolução repercutiu elevações em todas as regiões, com maior intensidade no Norte, sendo a única região a superar o nível do primeiro bimestre (período pré-pandemia). Os crescimentos do comércio, da prestação de serviços e da produção industrial foram superiores aos das demais regiões, e refletiram também em indicadores relativamente melhores no mercado de trabalho.

A atividade econômica do Nordeste, apesar do crescimento de 2,8% no trimestre, apresenta o menor nível em relação ao período pré-pandemia. Esse resultado repercute os desempenhos regionais mais fracos nos serviços e na indústria, além de piores indicadores no mercado de trabalho. Apenas o comércio ampliado, favorecido pelo auxílio emergencial, registra crescimento acima da média nacional na comparação com o primeiro bimestre do ano.

Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas

Brasil e regiões[1/]

Variação percentual

Discriminação	2019		2020		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Comércio varejista					
Brasil	1,1	1,3	-0,9	-9,9	15,5
Norte	2,3	4,2	-1,8	-18,8	38,5
Nordeste	-1,0	2,1	-0,7	-18,3	24,9
Centro-Oeste	-0,7	1,9	-0,4	-9,0	11,4
Sudeste	1,6	1,4	-0,6	-9,2	14,1
Sul	0,2	1,4	-0,3	-6,3	9,9
Comércio ampliado					
Brasil	0,0	2,3	0,7	-19,9	22,4
Norte	2,4	4,1	-0,5	-22,7	44,9
Nordeste	-0,1	1,8	-0,4	-25,2	33,2
Centro-Oeste	1,7	1,6	-0,8	-14,9	16,3
Sudeste	0,8	1,5	0,7	-19,7	21,4
Sul	1,1	1,9	-0,3	-15,9	19,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Tabela 6.3 – Volume de serviços

Brasil e regiões[1/]

%

Discriminação	2019		2020		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	-0,1	2,0	-0,5	-15,0	2,7
Norte	1,0	1,6	0,6	-10,6	5,1
Nordeste	-0,2	-0,2	-1,0	-19,5	-1,3
Centro-Oeste	1,6	1,3	-1,1	-11,4	2,0
Sudeste	0,2	2,0	-0,2	-14,2	2,3
Sul	-0,2	0,6	-0,2	-16,3	3,2

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

Considerando apenas o trimestre encerrado em agosto, o setor industrial foi o principal vetor para recuperação da atividade no Sul. No Sudeste, a despeito de crescimentos generalizados, ressalta-se a importância da intermediação financeira para o crescimento da região. O menor avanço da atividade no Centro-Oeste decorre, principalmente, da estrutura produtiva – maior participação do agronegócio – que permitiu impacto menos severo no trimestre anterior. Nesse sentido, o carregamento estatístico (*carry-over*) do resultado de agosto projeta queda menos intensa na atividade do Centro-Oeste em 2020 (-1,1%), ficando abaixo apenas da estabilidade no Norte.

O comércio foi a atividade que apresentou a maior recuperação no trimestre. As vendas do comércio ampliado cresceram expressivamente no trimestre encerrado em agosto em todas as regiões, com maiores expansões no Norte e Nordeste, resultado em linha com o sinalizado no último Boletim Regional. Esse desempenho era esperado em decorrência das informações de mobilidade para junho e julho e das transações comerciais efetuadas com cartão de débito. Adicionalmente, a maior importância relativa do auxílio emergencial contribui para esse comportamento. Na comparação com o período pré-pandemia, todas as regiões estavam em patamar superior em agosto[27] (Norte, 16,8%; Nordeste, 7,3%; Centro-Oeste, 3,6%, Sul, 2,7% e Sudeste, 2%).

O volume de serviços não financeiros no país anotou expansão no trimestre encerrado em agosto em quatro regiões, após forte e generalizado recuo no período anterior. Apenas o Nordeste retraiu (1,3%), impactado pelo fraco desempenho de serviços de informação e comunicação. Não obstante o arrefecimento das restrições de atividades não essenciais e distanciamento social tenha contribuído para a melhora da atividade, sua evolução vem ocorrendo de forma mais moderada do que outros setores.

Os dados do mercado de trabalho formal evidenciam recuperação gradual do emprego no trimestre encerrado em agosto. A criação de postos ocorreu em todas as regiões, com destaque para o resultado no Norte, que praticamente recuperou os postos eliminados no trimestre anterior. Por atividade, as contratações da construção civil no Norte e Centro-Oeste já recuperaram as perdas ocorridas.

27/ O Norte já havia superado em junho, enquanto o Nordeste atingiu em julho e as demais regiões, somente em agosto.

Tabela 6.4 – Geração de postos de trabalho[1/]

Mil

Discriminação	2019		2020		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	213,6	327,3	-60,6	-1 413,8	342,1
Norte	21,7	18,2	-4,9	-42,3	42,1
Nordeste	42,4	98,6	-50,5	-226,3	83,4
Centro-Oeste	32,3	6,4	-3,3	-77,8	41,8
Sudeste	106,3	123,9	-45,7	-753,9	110,3
Sul	10,9	80,2	43,8	-313,6	64,5

Fonte: Caged

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Tabela 6.5 – Taxa de desocupação

%

Discriminação[1/]	2019			2020	
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Brasil	12,0	11,8	11,0	12,2	13,3
Norte	11,8	11,7	10,6	11,9	11,8
Nordeste	14,6	14,4	13,6	15,6	16,1
Centro-Oeste	10,3	10,1	9,3	10,6	12,5
Sudeste	12,4	11,9	11,4	12,4	13,9
Sul	8,0	8,1	6,8	7,5	8,9

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

Tabela 6.6 – Operações de crédito do SFN[1/]

Agosto de 2020

Var %

Discriminação	Operações de crédito					
	Trimestre			12 meses		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	5,2	3,5	4,2	17,3	9,3	12,7
Norte	5,5	4,1	4,5	17,9	12,8	14,3
Nordeste	4,6	3,3	3,7	9,8	8,1	8,6
Centro-Oeste	5,0	3,0	3,8	19,5	12,1	14,7
Sudeste	4,8	3,8	4,3	16,3	8,5	12,3
Sul	6,7	3,3	4,7	23,1	9,3	14,8

1/ Operações com saldo superior a R$1 mil.

A taxa de desocupação, dados disponíveis até o segundo trimestre, aumentou 1,3 p.p em comparação ao mesmo período de 2019, segundo a PNAD Contínua do IBGE, indicando os efeitos da pandemia. Com exceção do Norte, houve aumento em todas as regiões. A PNAD COVID19[28] mostra, em setembro, aumento do desemprego de 1,6 pontos comparativamente a junho, sinalizando que o ajuste do mercado de trabalho continua e possui defasagem em relação à atividade econômica. O Sudeste e o Sul apresentam relativa estabilidade do desemprego no período, enquanto as demais regiões registram expansão.

O mercado de crédito apresentou, no trimestre encerrado em agosto, expansão superior ao do trimestre anterior, com crescimentos dos empréstimos às famílias e às empresas. Os empréstimos às pessoas físicas, impulsionados pela recuperação das operações de cartão de crédito à vista, cresceram em linha com o consumo das famílias. O financiamento às empresas nesse período foi marcado pela forte demanda nas linhas de crédito emergencial criadas para auxiliar as empresas nesse período de crise, principalmente as de micro, pequeno e médio porte, em especial as operações de Pronampe e PEAC/FGI[29].

O crédito às empresas avançou 5,2% no trimestre, destacando-se os desempenhos no Sul e no Norte, impulsionados por operações de capital de giro e dos programas emergenciais de crédito, ressaltando-se as contratações das empresas de comércio, transportes e indústrias de transformação no Sul, e as do comércio e do setor público no Norte. Os empréstimos às famílias aumentaram 3,5% no trimestre, com variações mais acentuadas nas regiões Norte e Sudeste, com destaque para as operações de cartão de crédito à vista no Norte e para as de cartão de crédito à vista e financiamentos imobiliários no Sudeste.

A estimativa do IBGE para a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas subiu para 252 milhões de toneladas, 4,4% acima da colheita obtida na safra anterior, com destaque para as expansões em soja (7,0%), arroz (7,3%), algodão (2,7%) e trigo (30,6%), e para o recuo em feijão (3,4%). O acréscimo de 10,5

28/ Segundo o IBGE, as estatísticas da PNAD COVID19 são experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação.

29/ Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe): crédito emergencial para microempresas e empresas de pequeno porte para investimentos e capital de giro, por meio da disponibilização de garantias do Fundo de Garantia de Operações (FGO); Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC) no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI): destinado a pequenas e médias empresas (PME), por meio da concessão de garantias pela União para agentes financeiros.

Tabela 6.7 – Estimativa da produção anual de grãos[1/]
Brasil e regiões

Em milhões de toneladas

Discriminação	Peso[2/]	Produção[3/]		Variação %
		2019	2020	2020/2019
Brasil	100,0	241,5	252,0	4,4
Norte	4,2	9,8	10,8	9,6
Nordeste	10,0	19,2	22,3	16,4
Centro-Oeste	43,0	111,5	119,7	7,3
Sudeste	10,7	23,7	25,6	8,0
Sul	32,2	77,2	73,6	-4,7

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2019.

3/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2020.

Tabela 6.8 – Produção física da indústria
Brasil e regiões[1/]

%

Discriminação	Peso[2/]	2019		2020		
		Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	100,0	-0,8	1,4	-0,3	-18,2	14,7
Norte	5,9	11,5	-2,1	0,3	-21,4	23,8
Nordeste	9,5	-1,3	4,0	3,2	-23,8	17,9
Centro-Oeste	3,5	-2,4	4,0	-3,3	-0,6	3,1
Sudeste	62,7	-1,6	0,7	-1,7	-14,2	11,7
Sul	18,5	-1,0	-0,1	0,5	-22,2	18,1

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

Tabela 6.9 – Balança comercial regional – FOB
Janeiro-Setembro

US$ bilhões

Região	Exportações		Importações		Saldo	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Total	169,6	156,5	133,6	114,3	36,0	42,2
Norte	16,1	17,4	9,7	8,7	6,4	8,8
Nordeste	12,5	11,4	15,2	10,4	-2,7	1,0
Centro-Oeste	22,5	25,4	6,6	6,1	15,9	19,3
Sudeste	83,9	70,3	72,5	65,2	11,5	5,1
Sul	33,3	29,7	29,6	24,0	3,7	5,7
Outros[1/]	1,3	2,3	0,1	0,0	1,2	2,3

Fonte: Ministério da Economia

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

milhões de toneladas, comparativamente a 2019, provém, especialmente, do Centro-Oeste (8,1 milhões de toneladas; soja, milho e algodão) e Nordeste (3,1 milhões de toneladas; soja, algodão, milho e feijão), mais do que compensando a perda no Sul (-3,6 milhões de toneladas; -7,7% soja, -12,0% milho e -5,6% feijão), impactado por condições climáticas desfavoráveis no RS. No Sudeste, sobressaem os aumentos nas produções de cana-de-açúcar (2,9%), café (22,5%) e soja (23,5%). Para o Norte, assinalem-se maiores volumes de soja (12,0%) e milho (8,5%), e menores de feijão (-7,5%) e mandioca (-8,0%).

O Primeiro Prognóstico Safra 2020-2021, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado em outubro, estima crescimento de 4,2% na produção nacional de grãos, a partir de área plantada 1,3% maior. Devem aumentar a área cultivada com soja (2,5%), arroz (1,6%) e feijão 1ª safra (1,7%), e diminuir a de milho 1ª safra (1,1%). Espera-se acréscimo nas colheitas de soja (7,1%) e milho 1ª safra (4,2%) e decréscimo em arroz (-2,7%) e feijão 1ª safra (-3,5%). Dentre as regiões, projeta-se aumento na produção de grãos no Centro-Oeste (1,5%), Sul (12,5%), Sudeste (1,6%) e Norte (2,7%), e retração no Nordeste (-4,3%).

A produção industrial, no mesmo sentido do comércio e serviços, apresentou recuperação generalizada no trimestre encerrado em agosto, após contração naquele finalizado em maio. O Boletim Regional anterior já mencionava a expectativa de melhor desempenho no Norte, onde se destacou o segmento de outros equipamentos de transportes na Zona Franca de Manaus. A especificidade da estrutura fabril no Centro-Oeste – grande participação da indústria de alimentos – contribuiu para arrefecer os impactos da pandemia, e registrar a única expansão regional na comparação com o primeiro bimestre do ano. Por outro lado, o Nordeste acumula o pior desempenho, com retração de 11,2% em relação ao período pré-pandemia.

Para setembro e metade de outubro, dados da CCEE de consumo de energia pela indústria de transformação sinalizam continuidade da recuperação industrial, embora em ritmo mais moderado.

A balança comercial registrou aumento do *superavit* nos nove primeiros meses de 2020, em decorrência de menor redução das exportações relativamente às importações. Todas as regiões apresentaram melhoria nos resultados, com exceção do Sudeste, cujas vendas

de produtos industrializados vêm apresentando queda acentuada. O desempenho das exportações de *commodities* agrícolas e minerais explica os bons resultados do Centro-Oeste e do Norte, únicas regiões com crescimento das exportações. Ressalte-se ainda a reversão do saldo comercial do Nordeste, para *superavit* de US$1,0 bilhão, repercutindo retração das importações (31,3%).

A inflação, medida pela variação do IPCA, situou-se acima do esperado no terceiro trimestre, com pressões decorrentes da continuidade da alta dos preços dos alimentos, consequência da depreciação persistente do Real, da mudança de hábitos de consumo e dos programas de transferência de renda. Os preços monitorados também aumentaram em todas as regiões no período, em boa medida refletindo o preço da gasolina e reajustes postergados no trimestre anterior. Regionalmente, a inflação, considerados períodos de doze meses, está mais elevada no Norte, sugerindo algum efeito do ritmo de recuperação da economia e o maior peso dos alimentos.

Em síntese, os principais indicadores sugerem recuperação desigual da atividade econômica. Os programas governamentais de recomposição de renda têm permitido uma reação mais rápida de alguns segmentos, inclusive o de bens duráveis, relativamente ao inicialmente esperado. Paralelamente, várias atividades do setor de serviços, sobretudo aquelas mais diretamente afetadas pelo distanciamento social, permanecem bastante deprimidas. Prospectivamente, a pouca previsibilidade associada à evolução da pandemia e ao necessário ajuste dos gastos públicos a partir de 2021 aumenta a incerteza sobre a retomada da atividade. Nesse sentido, em termos regionais, essa incerteza sobre o ritmo de recuperação econômica é ainda maior para as economias mais impactadas pelos benefícios emergenciais.

Tabela 6.10 – IPCA

%

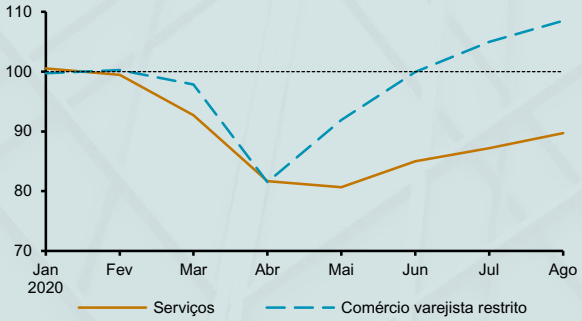
Discriminação	Peso	2019	2020		
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA					
Brasil	100,0	4,31	-0,43	1,24	3,14
Norte	4,7	5,35	-0,69	1,73	4,29
Nordeste	15,9	4,12	-0,13	1,35	3,63
Centro-Oeste	7,9	4,20	-0,58	1,86	3,39
Sudeste	55,4	4,35	-0,38	1,02	3,03
Sul	16,2	4,02	-0,71	1,35	2,50
Livres					
Brasil		3,88	0,19	0,93	3,85
Norte		5,05	0,25	1,29	5,67
Nordeste		3,45	0,48	1,02	4,38
Centro-Oeste		4,26	-0,13	1,29	3,92
Sudeste		3,88	0,17	0,79	3,66
Sul		3,68	0,15	0,97	3,33
Monitorados					
Brasil		5,53	-2,18	2,15	1,14
Norte		6,35	-3,27	3,00	0,46
Nordeste		6,24	-1,87	2,33	1,50
Centro-Oeste		4,03	-1,81	3,45	1,92
Sudeste		5,64	-1,96	1,68	1,26
Sul		5,04	-3,11	2,44	0,18

Fontes: IBGE e BCB

Heterogeneidade da recuperação dos serviços

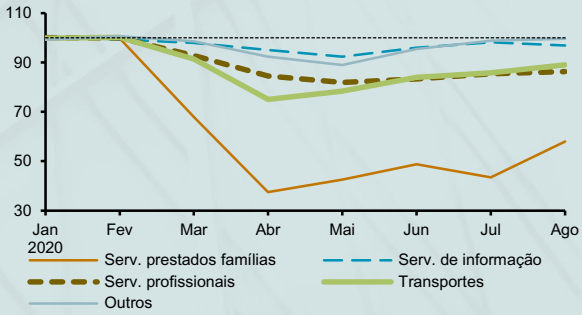
O consumo de serviços recuou com maior intensidade no período de maior distanciamento social e apresenta recuperação subsequente mais lenta em comparação ao de bens (Gráfico 1). Além disso, mesmo dentro desse setor, a desagregação da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) mostra que transportes, atividades profissionais e, sobretudo, serviços às famílias[1] têm retomada ainda mais tênue (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Serviços e comércio – Brasil
Dados dessazonalizados
Média de jan-fev 2020 = 100



Fonte: IBGE

Gráfico 2 – Serviços – Brasil
Dados dessazonalizados
Média de jan-fev 2020 = 100



Fonte: IBGE

Enfatizando as atividades de serviços prestados às famílias, este boxe analisa o estágio atual do setor, destacando aspectos regionais. Para isso, são utilizados os dados da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) de vendas com cartão de débito, que apresentam comportamento similar à PMS[2]. Sua vantagem é permitir o desdobramento regional por subatividades, o que não é disponibilizado na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para todos os estados, e a disponibilidade de dados para outubro.

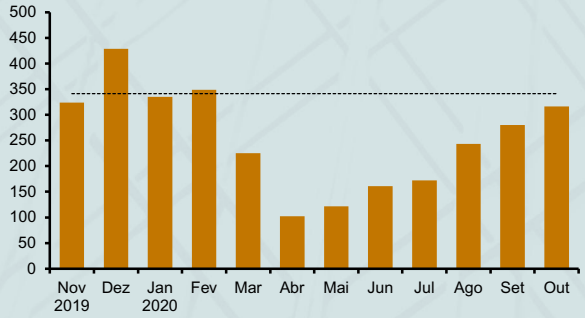
De acordo com os dados da CIP, a média diária das vendas com cartão de débito nesse segmento caiu de R$342 milhões nos meses de janeiro e fevereiro (período pré-pandemia) para R$102 milhões em abril, o pior mês da crise (Gráfico 3). Desde então, há crescimento em todos os meses. Todavia, em outubro, a média diária, R$316 milhões, ainda é 7,6% menor que a dos dois primeiros meses do ano.

A atividade com recuperação mais rápida foi a de cabelereiro, lavanderias e outros serviços pessoais, que no mês de setembro já reverteram ao faturamento pré-pandemia (Gráfico 4). A atividade de alimentação, que tem o maior peso no setor, está em trajetória crescente, mas, em outubro, ainda se encontra aproximadamente 7% abaixo do observado no primeiro bimestre. As atividades culturais, de recreação e lazer possuem a retomada mais lenta (faturamento 53% abaixo do nível pré-pandemia), uma vez que grande parte desses serviços ainda não estão funcionando normalmente na maioria dos estados.

1/ Corresponde a alojamento e alimentação, atividades culturais e de recreação e lazer, atividades esportivas e serviços pessoais e de educação não continuada.

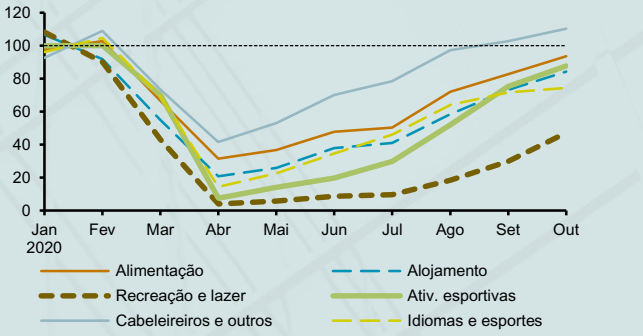
2/ Nesse boxe são usados dados da CIP para as atividades com a mesma classificação na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) presente na categoria serviços prestados às famílias da PMS. Contudo, os dados podem divergir pois a amostra da PMS é composta apenas por empresas formais com pelo menos 20 funcionários, enquanto na CIP não há restrição de tamanho e são abrangidas pessoas jurídicas e físicas. Outra possível fonte de diferença é que os dados usados da CIP incluem apenas pagamentos realizados com cartão de débito. Dessa forma, as séries podem divergir devido a alterações da participação do cartão de débito como meio de pagamento desses serviços.

Gráfico 3 – Serviços prestados às famílias
Vendas médias diárias com cartão de débito
R$ milhões



Fonte: CIP

Gráfico 4 – Serviços prestados às famílias
Vendas com cartão de débito por atividade
Média de jan-fev 2020 = 100



Fonte: CIP

Para ajudar no entendimento da relação entre a recuperação dos serviços prestados às famílias e o estágio da pandemia e as medidas de distanciamento associadas, usa-se uma comparação regional[3]. As regiões metropolitanas de algumas capitais foram classificadas em dois grupos. O primeiro inclui Belém, Fortaleza, Manaus e Recife, cidades que apresentaram um pico pronunciado na média de óbitos. O segundo grupo contempla Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá e São Paulo, capitais em que o pico da doença foi tardio ou segue indefinido (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5 – Grupo 1 de Regiões Metropolitanas
Óbitos médios diários por milhão de habitantes

Fonte: Secretarias estaduais de saúde

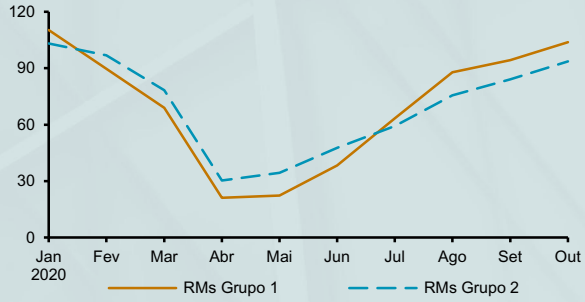
Gráfico 6 – Grupo 2 de Regiões Metropolitanas
Óbitos médios diários por milhão de habitantes

Fonte: Secretarias estaduais de saúde

No Gráfico 7 é possível observar trajetórias de queda dos gastos qualitativamente semelhantes para os dois grupos, com abril e maio como os meses de maior impacto. Contudo, o grupo 1 apresenta contração mais acentuada e se recupera mais rapidamente a partir do mês de julho. Tal movimento caracteriza uma correlação negativa entre os gastos com serviços prestados às famílias e a intensidade do surto da Covid-19. É possível que a queda mais acelerada no número de óbitos no grupo 1, em relação ao grupo 2, tenha facilitado a recuperação mais rápida das atividades tanto via maior flexibilização de restrições como através de aumento da demanda pelos serviços em questão.

Essa análise está em linha com o comportamento de indicadores de mobilidade (Gráficos 8 e 9) para os grupos das regiões metropolitanas em questão. O fluxo de pessoas em estações de transporte

Gráfico 7 – Serviços prestados às famílias
Vendas com cartão de débito
Média de jan-fev 2020 = 100



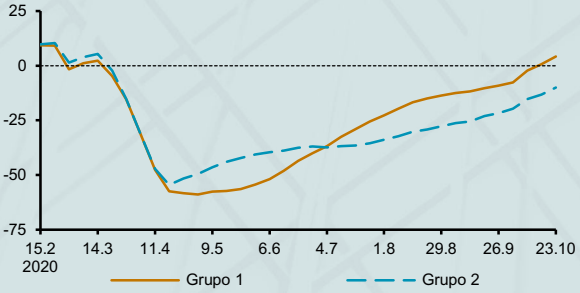
Fonte:CIP
1/ Grupo 1: RMs - Manaus, Belém, Fortaleza e Recife.
2/ Grupo 2: RMs - SP, DF, BH e Cuiabá.

3/ Ver estratégia semelhante no boxe "Consumo por quartil de renda durante a pandemia" do Relatório de Inflação de setembro de 2020.

público[4] em outubro atingiu o nível pré-crise no grupo 1, mas ainda se situa 10% abaixo da mesma referência no grupo 2. Tendência parecida é exibida pela movimentação em locais de trabalho.

Gráfico 8 – Índice de mobilidade: Transporte público

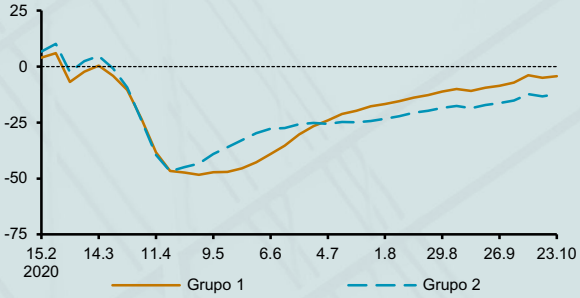
Variação % em relação ao período base (3-jan a 6-fev)
Média móvel de quatro semanas



Fonte: Google Mobility Report
1/ Grupo 1: RMs - Manaus, Belém, Fortaleza e Recife.
2/ Grupo 2: RMs - SP, DF, BH e Cuiabá.

Gráfico 9 – Índice de mobilidade: Locais de trabalho

Variação % em relação ao período base (3-jan a 6-fev)
Média móvel de quatro semanas



Fonte: Google Mobility Report
1/ Grupo 1: RMs - Manaus, Belém, Fortaleza e Recife.
2/ Grupo 2: RMs - SP, DF, BH e Cuiabá.

Em síntese, após o período de maiores restrições decorrentes da Covid-19, a recuperação dos serviços mostra-se heterogênea tanto em relação aos segmentos como regionalmente. As vendas com cartão de débito mostram atividades como recreação e lazer ainda bastante deprimidas, enquanto outras, como alimentação, alojamento e cabeleireiros mostram trajetória mais clara de retomada. Já o recorte regional sugere que o estágio da pandemia influencia o ritmo de recuperação dos serviços às famílias.

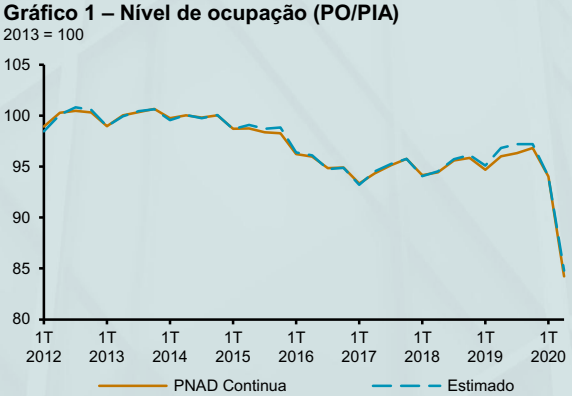
4/ Tendências de mobilidade de lugares como terminais de transporte público, por exemplo, estações de metrô, ônibus e trem.

Estimativa mensal do total de horas trabalhadas por região

Visando acompanhar mais tempestivamente a evolução do mercado de trabalho durante a pandemia, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua mensal), pesquisa de abrangência exclusivamente nacional, foi mensalizada[1] em boxe do Relatório de Inflação[2]. Para outros níveis geográficos (regiões, unidades de federação, região metropolitana e municípios), as informações da PNAD possuem apenas frequência trimestral. Diante disso, este boxe estima, por região e com periodicidade mensal, o total de horas trabalhadas na economia, para analisar os desdobramentos da crise sanitária e o atual ritmo de recuperação[3]. Para o período posterior a junho de 2020, informação mais recente da PNAD contínua trimestral, são examinados dados da PNAD COVID19.

A primeira etapa da metodologia consiste em encontrar, entre os entrevistados, o mês da entrevista. Para isso, utilizando os microdados da pesquisa, compara-se a idade da pessoa (a data de nascimento é fornecida) com a idade calculada (corresponde a idade no sábado da semana de referência)[4], em linha com procedimento realizado em Hecksher (2020)[5]. A subamostra resulta em cerca de 38% do total de entrevistados, para os quais é possível encontrar o mês da entrevista. Mesmo assim, a evolução do nível

Gráfico 1 – Nível de ocupação (PO/PIA)



Fonte: IBGE e Banco Central

1/ A PNAD Contínua apresenta dados em médias trimestrais; a mensalização corresponde a estimativa de dados mensais.

2/ "Estimativa para dados "mensalizados" da PNAD Contínua" do Relatório de Inflação da edição de junho de 2020.

3/ É importante ressaltar que a pesquisa foi planejada para ter periodicidade de coleta trimestral, ou seja, a amostra total de domicílios é coletada em um período de três meses, para ao final deste ciclo serem produzidas as estimativas dos indicadores desejados. A perda de informações associadas à mensalização, aliada a desagregação regional resulta em series mais instáveis e imprecisas. Ainda assim, entende-se que contribuem para a avaliação dos impactos da crise sanitária.

4/ Por exemplo: identifica-se que um indivíduo foi entrevistado em janeiro se o domicílio tiver sido visitado no primeiro trimestre e a idade calculada de um morador nascido em janeiro mostrar que ele ainda não havia feito aniversário (a mesma lógica vale para o primeiro mês de um trimestre qualquer). Já as pessoas entrevistadas em março são aquelas visitadas no primeiro trimestre, nascidas em março e que, segundo a idade calculada, já haviam feito aniversário. Os nascidos no mês de fevereiro são mais difíceis de se encontrar já que requerem a informação de outro morador (caso um deles tenha nascido em janeiro ou fevereiro e o outro em fevereiro ou março). Ressalte-se que basta encontrar o mês da visita de um único morador para que todas as pessoas do domicílio sejam identificadas. Além disso, através de pareamento é possível encontrar os cinco meses em que o domicílio é visitado (o esquema de rotação da pesquisa é do tipo 1-2(5), em que os domicílios são entrevistados em um mês, ficam fora da amostra por dois meses, o que ocorre cinco vezes).

5/ Hecksher, Marcos. Valor Impreciso por Mês Exato: Microdados e Indicadores Mensais Baseados na PNAD Contínua. Nota Técnica 62. IPEA.

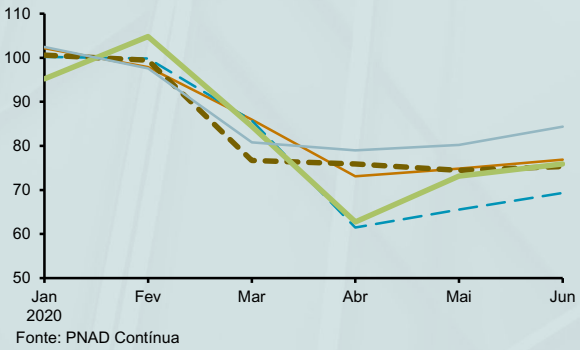
de ocupação (razão entre População Ocupada – PO e População em Idade Ativa – PIA) mostra aderência entre as duas amostras[6].

Em seguida, observando-se que um indivíduo encontra-se necessariamente em uma das seguintes categorias: PO (que, de sua parte, segmenta-se em atividades), população desocupada (PD), fora da força de trabalho (FFT) ou fora da população em idade ativa (FPIA), multiplica-se o peso de cada observação da subamostra pela razão entre o peso da categoria no país e o peso equivalente na subamostra. Por fim, para que as séries sejam consistentes com as divulgadas regionalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – média trimestral – aplica-se um novo fator multiplicativo, dado pela razão entre o peso da categoria na região e o peso equivalente calculado na etapa anterior.

Dessa forma, observa-se que o total das horas efetivamente trabalhadas[7] em relação ao período pré-crise (média entre janeiro e fevereiro), com dados dessazonalizados, recuou, até abril, 38,5% no Nordeste, 37,3% no Sudeste, 26,9% no Norte, 24,1% no Centro-Oeste e 21,1% no Sul. Nos dois meses seguintes houve crescimento ao ritmo médio mensal de 10,0% no Sudeste, 6,2% no Nordeste, 3,4% no Sul, 2,5% no Norte e relativa estabilidade no Centro-Oeste. Portanto, em junho o total de horas efetivamente trabalhadas ainda era inferior ao nível do primeiro bimestre em todas as regiões, variando entre -30,7% no Nordeste e -15,7% no Sul.

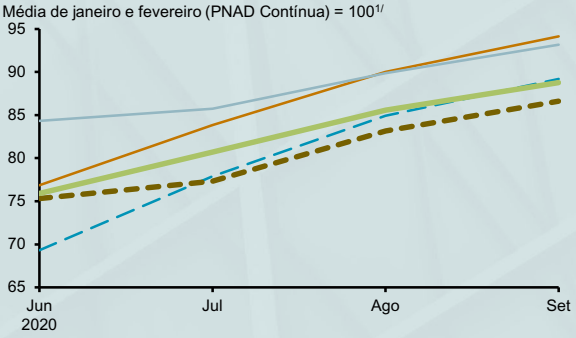
Dados mais contemporâneos da PNAD COVID19 sinalizam trajetória de crescimento disseminada do total de horas trabalhadas nas regiões. De junho (último mês com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua) a setembro sobressai a expansão do Nordeste e Norte (8,8% e 7% em média mensal, respectivamente). Esses resultados, analisados em conjunto com os dados mensalizados da PNAD Contínua trimestral, sugerem que o Norte seria a região de maior recuperação, e atualmente mais próxima ao nível pré-pandemia, e o Nordeste estaria mais próximo à média das demais regiões, após maior redução até junho.[8]

Gráfico 2 – Horas efetivamente trabalhadas
Dados dessazonalizados
Média de janeiro e fevereiro = 100



Fonte: PNAD Contínua

Gráfico 3 – Horas efetivamente trabalhadas
Média de janeiro e fevereiro (PNAD Contínua) = 100[1/]



1/ A PNAD Contínua é utilizada como referência da recuperação desde o início da pandemia.
Fonte: PNAD COVID19

Norte Nordeste Centro-Oeste Sudeste Sul

Em síntese, os resultados mensalizados da PNAD Contínua trimestral em nível regional melhoram o entendimento da dinâmica do mercado de trabalho no período dos impactos da pandemia da Covid-19. A análise das horas trabalhadas mostra retração até abril mais intensa no Nordeste e Sudeste, e mais branda no Sul; a partir de maio houve tendência geral de recuperação. O Norte, em posição intermediária, ganhou tração a partir de junho, de acordo com dados mais tempestivos da PNAD COVID19 – em linha com a maior expansão da mobilidade na região – e estaria em estágio mais avançado de retorno ao nível pré crise.

6/ No processo de identificação do mês da entrevista, os domicílios com mais moradores, mais visitas realizadas e menor proporção de pessoas ocupadas tendem a apresentar maior sucesso, enviesando a amostra. As reponderações descritas nas etapas seguintes, contudo, amenizam o problema.

7/ Entende-se que o total de horas efetivamente trabalhadas fornece informação útil para aferir a retração e a velocidade do retorno às atividades laborais.

8/ Esse resultado deve ser interpretado com certa cautela, pois a PNAD COVID19 é uma pesquisa experimental e os dados não são diretamente comparáveis com os da PNAD Contínua.

Inflação por faixa de renda familiar em 2020

A pandemia da Covid-19 tem influenciado a inflação e os preços relativos no Brasil desde março. Por um lado, distanciamento social, aumento do desemprego e retração da atividade deprimiram os preços de diversos serviços. Por outro, a depreciação cambial, os programas de transferência de renda e o aumento dos gastos com alimentação no domicílio pressionaram os preços dos alimentos. Nesse contexto, este boxe calcula a inflação de 2020 e seus segmentos para famílias com diferentes níveis de renda em cada região do país.

O cálculo da taxa de inflação por faixa de renda parte da estrutura de ponderação de cada uma das faixas[1] para cada município e região metropolitana presente no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base nos microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. As faixas de renda familiar usadas são 1 a 3 salários mínimos, 3 a 10 salários mínimos e 10 a 40 salários mínimos,[2] que representam, na ordem, 46,2%, 44,0% e 9,8% da população objetivo do IPCA.

Em todas as regiões, conforme aumenta o nível de renda das famílias, cresce a parcela do orçamento destinada ao consumo de serviços em detrimento dos gastos com alimentação no domicílio e monitorados (Figura 1). Ademais, vale destacar os maiores gastos com alimentos no domicílio e bens industriais no Norte, em relação às outras regiões, para todas as faixa de renda; a participação de aproximadamente 50% de dispêndios em serviços para as famílias com renda entre 10 e 40 salários mínimos no Sudeste; e a grande diferença da participação no orçamento de gastos com alimentação no domicílio entre as famílias da faixa de renda mais baixa (22,5%) e as de renda mais alta (9,4%) no Nordeste.

A inflação acumulada em 2020 até setembro apresenta, de modo geral, relação inversa com o nível de renda familiar (Tabela 1 e Gráfico 1). Em todas regiões, as famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos foram as mais impactadas pela inflação, repercutindo tanto a maior participação dos gastos com alimentação no domicílio (segmento com maior variação neste ano), quanto as maiores variações nos preços desse segmento e no de serviços. Ressalta-se que mesmo para este grupo, a inflação se encontra em patamar baixo, com variação de 2,29% no acumulado do ano para o país (3,01% em termos anualizados).

Adicionalmente, a análise evidencia inflação de alimentos mais elevada no Norte e no Nordeste, inclusive para a faixa de renda mais baixa, o que sugere algum efeito do auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade[3], mais significativo nessas regiões, sobre a demanda desses produtos[4]. Por outro lado, a inflação de serviços é mais baixa para a faixa de renda mais alta e, principalmente, no Sul e Sudeste, em parte, pela maior participação de itens como passagem aérea, transportes por aplicativos e hospedagem, que foram impactados pela menor mobilidade.

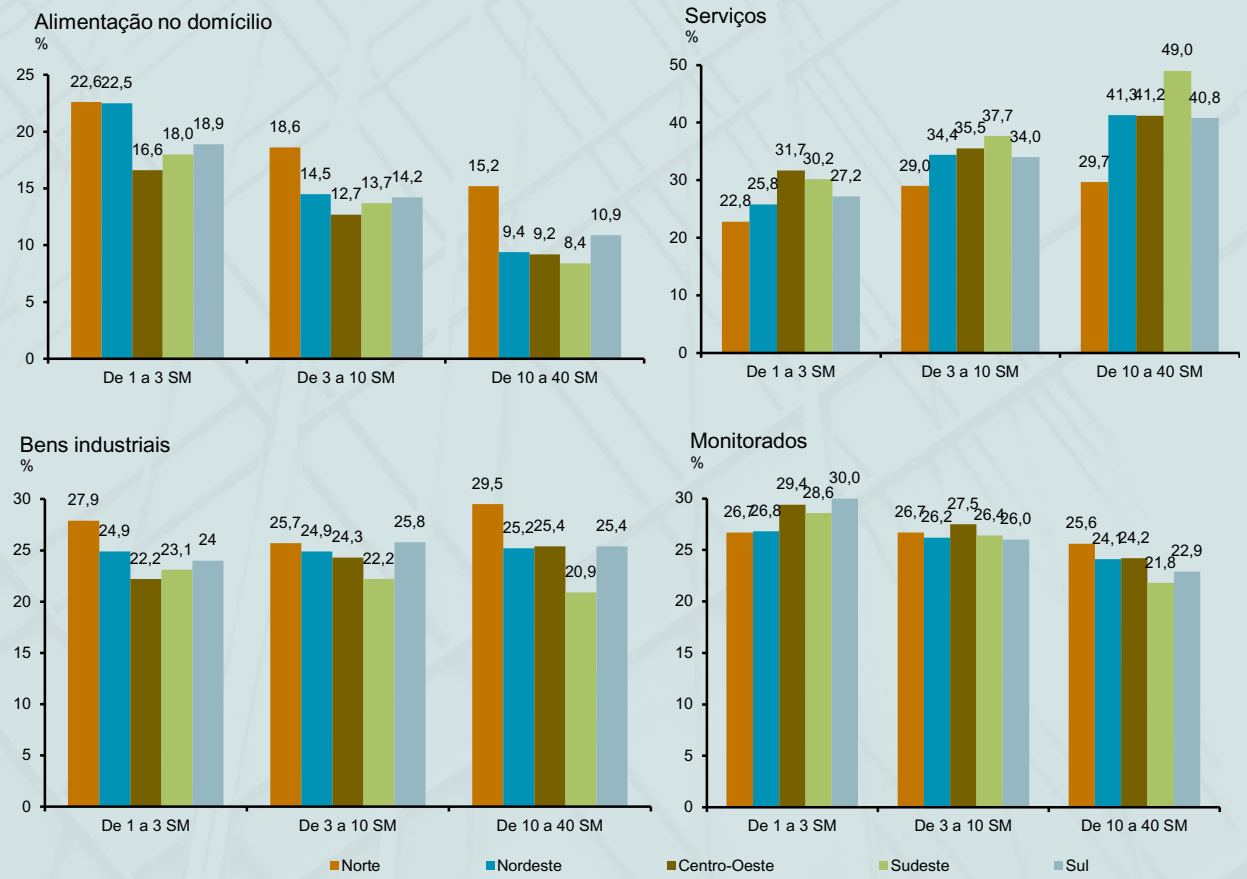
1/ As estruturas de ponderação das faixas de renda escolhidas foram estimadas com base na metodologia descrita no documento "Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Estruturas de ponderação a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 – IBGE, 2020 (Série Relatórios Metodológicos, v. 46)". A atualização mensal da estrutura de ponderação segue a metodologia do IPCA, a partir da relação entre o relativo de preços do subitem e o índice geral, cuja variação é calculada por um índice de *Laspeyres*. A agregação para os dados de Brasil e regiões geográficas, de janeiro a setembro de 2020, foi realizada a partir dos pesos dos municípios e das regiões metropolitanas no IPCA.

2/ Considerou-se o valor do salário mínimo nacional vigente em janeiro de 2018 (R$954,00).

3/ Benefício financeiro concedido pelo Governo Federal, instituído pela Lei n° 13.982, de 2.4.2020, aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados.

4/ Ver boxe "Consumo por faixa de renda municipal" no Boletim Regional de julho de 2020.

Figura 1 – Ponderação da cesta de gastos por faixa de renda e região



Os itens com maior impacto sobre a inflação variam entre as faixas de renda e entre as regiões. Algumas das principais contribuições para alta da inflação das famílias com renda entre 10 e 40 salários mínimos foram automóvel novo, em todas as regiões, e plano de saúde e alimentação fora do domicílio, no Brasil e nas regiões, com exceção do Norte. Entre os itens que mais pressionaram a inflação das famílias com rendimentos entre 1 e 3 salários mínimos no ano de 2020, destacam-se cereais, leguminosas e oleaginosas e leites e derivados, em todas as regiões, e carnes, no Brasil e no Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

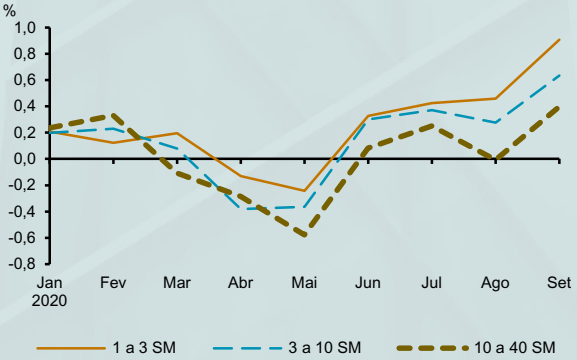
Em resumo, observou-se que a inflação acumulada no ano foi maior para as famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos devido tanto à parcela maior de seu orçamento destinada à alimentação no domicílio, segmento que mais tem pressionado a inflação neste ano, quanto pela maior variação dos preços de serviços e alimentos consumidos especificamente por famílias nesta faixa de renda.

Tabela 1 – Variação acumulada da inflação em 2020 por faixa de renda familiar, no Brasil e nas regiões, com base nos microdados da POF 2017-2018

Variação %

Brasil	1 a 3 SM	3 a 10 SM	10 a 40 SM	1 a 40 SM
Índice Geral	2,29	1,35	0,32	1,34
Alimentação no domicílio	10,27	8,92	8,16	9,17
Bens industriais	0,69	0,41	0,83	0,61
Monitorados	0,07	-0,09	-0,15	-0,06
Serviços	0,89	0,22	-1,24	-0,05
Norte	**1 a 3 SM**	**3 a 10 SM**	**10 a 40 SM**	**1 a 40 SM**
Índice Geral	2,04	1,10	1,58	1,46
Alimentação no domicílio	11,03	9,06	7,69	9,76
Bens industriais	0,16	0,16	2,60	0,28
Monitorados	-1,35	-0,96	-1,54	-1,16
Serviços	0,12	-0,90	0,35	-0,56
Nordeste	**1 a 3 SM**	**3 a 10 SM**	**10 a 40 SM**	**1 a 40 SM**
Índice Geral	3,14	1,88	0,90	2,12
Alimentação no domicílio	11,81	10,81	9,95	11,15
Bens industriais	0,34	0,36	0,80	0,44
Monitorados	0,89	0,19	0,11	0,42
Serviços	1,17	0,77	-0,52	0,49
Centro-Oeste	**1 a 3 SM**	**3 a 10 SM**	**10 a 40 SM**	**1 a 40 SM**
Índice Geral	2,29	1,32	0,41	1,24
Alimentação no domicílio	10,09	8,18	5,58	8,03
Bens industriais	0,00	0,06	0,12	0,14
Monitorados	1,08	1,00	0,68	0,87
Serviços	1,14	0,07	-0,69	0,03
Sudeste	**1 a 3 SM**	**3 a 10 SM**	**10 a 40 SM**	**1 a 40 SM**
Índice Geral	2,34	1,41	0,05	1,30
Alimentação no domicílio	10,04	8,75	8,24	9,02
Bens industriais	1,02	0,66	0,85	0,80
Monitorados	0,28	0,17	0,06	0,15
Serviços	0,98	0,19	-1,60	-0,13
Sul	**1 a 3 SM**	**3 a 10 SM**	**10 a 40 SM**	**1 a 40 SM**
Índice Geral	1,39	0,71	0,23	0,76
Alimentação no domicílio	9,47	7,51	6,95	7,86
Bens industriais	0,16	0,25	1,03	0,50
Monitorados	-1,41	-1,48	-1,29	-1,42
Serviços	0,34	0,07	-1,11	-0,19

Gráfico 1 – Taxa de inflação por faixa de renda familiar – Brasil



Apêndice

Banco Central do Brasil

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Banco Central do Brasil

Presidente
Roberto Oliveira Campos Neto

Diretor de Política Econômica
Fabio Kanczuk

Chefe do Departamento Econômico
Ricardo Sabbadini

Representações Regionais do Departamento Econômico

Coordenação Regional do Nordeste

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia

Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará

Coordenação Regional do Norte e Sul

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará

Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná

Coordenação Regional do Sudeste

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais

Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro

Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

Coordenação Regional do Nordeste	Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro Caixa Postal 1.445 50040-090 – Recife (PE) *E-mail*: pe.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste na Bahia	Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina Caixa Postal 44 40210-901 – Salvador (BA) *E-mail*: ba.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Nordeste no Ceará	Av. Heráclito Graça, 273 – Centro Caixa Postal 891 60140-061 – Fortaleza (CE) *E-mail*: ce.depec@bcb.gov.br
Coordenação Regional do Norte e Sul	Rua 7 de setembro, 586 – Centro Caixa Postal 919 90010-190 – Porto Alegre (RS) *E-mail*: rs.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Pará	Boulevard Castilhos França, 708 – Centro Caixa Postal 651 66010-020 – Belém (PA) *E-mail*: pa.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Norte e Sul no Paraná	Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico Caixa Postal 1.408 80530-914 – Curitiba (PR) *E-mail*: pr.depec@bcb.gov.br
Coordenação Regional do Sudeste	Av. Paulista, 1804 – Bela Vista Caixa Postal 8.984 01310-922 – São Paulo (SP) *E-mail*: gtspa.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste em Minas Gerais	Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho Caixa Postal 887 30170-001 – Belo Horizonte (MG) *E-mail*: mg.depec@bcb.gov.br
Núcleo da Coordenação Regional do Sudeste no Rio de Janeiro	Av. Presidente Vargas, 730 – Centro Caixa Postal 495 20071-900 – Rio de Janeiro (RJ) *E-mail*: rj.depec@bcb.gov.br

Siglas

a.a.	Ao ano
a.m.	Ao mês
AE	Auxílio emergencial
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Cotepe	Comissão Técnica Permanente do ICMS
Covid-19	Doença Coronavírus
Depec	Departamento Econômico
Fecomércio-CE	Federação do Comércio do Estado do Ceará
Fecomércio-PE	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FFT	Fora da força de trabalho
FGI	Fundo Garantidor de Investimentos
FGO	Fundo de Garantia de Operações
Fieam	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Fiec	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
Fiepe	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPIA	Fora da população em idade ativa
FT	Força de trabalho
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC-Br	Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil
IBCR	Índice de Atividade Econômica Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
Iceb	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
Icec	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
Icei	Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICF	Intenção de Consumo das Famílias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEF	Índice das Expectativas Futuras dos Consumidores
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
ISP	Índice da Situação Presente
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ME	Ministério da Economia
MEI	Microempreendedor Individual
NFE	Nota fiscal eletrônica
Nuci	Nível de utilização da capacidade instalada
p.p.	Pontos percentuais
PAM	Produção Agrícola Municipal
PD	Pessoas Desocupadas
PEAC	Programa Emergencial de Acesso ao Crédito
PF	Pessoa física
PIA	População em Idade Ativa
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
PJ	Pessoa jurídica
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMS	Pesquisa Mensal de Serviços
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAD COVID19	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PO	População ocupada
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
Pronampe	Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMS	Região Metropolitana de Salvador
Secovi-SP	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais em São Paulo
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SLC	Sistema de Liquidação de Cartões
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

BANCO CENTRAL
DO BRASIL

bcb.gov.br